

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.

HENRIQUE TEIXEIRA LOTT
(depoimento, 1978)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Ignez Cordeiro de Farias; Paulo César Farah

levantamento de dados: Ignez Cordeiro de Farias; Paulo César Farah

pesquisa e elaboração do roteiro: Ignez Cordeiro de Farias; Paulo César Farah

sumário: Ignez Cordeiro de Farias

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

copidesque: Paulo César Farah

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 20/10/1978 a 21/11/1978

duração: 7h 55min

fitas cassete: 08

páginas: 181

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975.

temas: Eleições Presidenciais, Exército, Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), Henrique Teixeira Lott, Militares, Militares e Estado, Política Nacional, Revolta de Aragarças (1959), Revolta de Jacareacanga (1956), Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Sumário

1ª Entrevista: local de nascimento; Colégio Militar; influência da família na escolha da carreira; família; formação; a profissão militar; diferenças regionais e econômicas no Brasil; Escola Militar do Realengo; Escola Militar da Praia Vermelha e a Revolta de 1904; Marechal Hermes; militares candidatos à presidência da República; os presidentes militares; problemas brasileiros.

2ª Entrevista: Escola Militar do Realengo; aspirante no 56º Batalhão de Caçadores, na praia Vermelha; voluntariado no Exército; o Contestado; general Setembrino de Carvalho; a profissão militar; a política e o Exército; a Escola Militar na Revolução de 30; Revolta de 1922; no Serviço Geográfico Militar; Missão Militar Francesa; os jovens turcos; armas e munições no Exército.

3ª Entrevista: Revolução de 30 e a Escola Militar do Realengo; comportamento militar do entrevistado; eleições de 1955 e de 1930; conseqüências da Revolução de 30; promoções para o Exército, Estado-Maior do Exército e o Ministério da Guerra; Missão Militar Francesa; general Góis Monteiro; forças públicas estaduais.

4ª Entrevista: professor da Escola de Estado-Maior (1934); no comando do 18º Batalhão de Caçadores (35); o coronel Newton Cavalcanti e a crise política em Mato Grosso; subdiretor de ensino da Escola de Infantaria na Vila Militar do Rio de Janeiro; infiltração comunista no Exército em 1935; os sargentos do Exército; Exército e política; Prestes e os ideais revolucionários; comunismo e integralismo no meio militar; promoções; na subcomissão de compra de armas automáticas (Copenhague, 1936); indústria de armas e munições no Brasil; indústria e segurança nacional; na Escola Superior de Guerra de Paris (1937-39); a Alemanha e o Exército brasileiro; a Segunda Guerra Mundial e suas repercussões no Brasil; organização do corpo expedicionário brasileiro; o Estado Novo; o militar e o governo constituído; general Dutra; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial; na Itália durante a guerra.

5ª Entrevista: consultado sobre o golpe em 1945; promoções; na comissão de promoções do Exército; tentativa de impedir a posse de Vargas (50); o Clube Militar; monopólio estatal do petróleo; tentativa de envio de tropas brasileiras à Coréia; crises políticas de agosto de 1954 e de novembro de 1955; no Ministério da Guerra, no governo Café Filho; Carlos Lacerda; João Goulart; discurso de Mamede no enterro do general Canrobert; Movimento Militar Constitucionalista.

6ª Entrevista: ministro da Guerra no governo Juscelino; conspirações na Aeronáutica; Juscelino Kubitschek; promoções nas forças armadas; o voluntariado e o serviço militar obrigatório; a espada de ouro; voto do analfabeto e eleições; cédula única; eleições presidenciais de 1955; política e políticos no Brasil; Clube Militar; Juarez Távora; a Frente de Novembro e o Clube da Lanterna; contatos tentando induzir o entrevistado a agir contra o governo Jango; candidatura à presidência da República e a campanha eleitoral; Juscelino e a candidatura Lott; a prisão do neto.

1ª Entrevista: 20.10.1978

P.F. – Marechal, primeiramente, gostaríamos que o senhor nos contasse alguma coisa sobre a sua infância, suas origens familiares e sua opção pela carreira militar.

H.L. – Nasci em Sítio, Minas Gerais, uma estação próxima de Barbacena, e que hoje tem o nome de Antônio Carlos. Sítio está a mais de mil metros de altitude e, como todo o estado, não se pode dizer uma região montanhosa, mas coberta de morros, com pouco mato e de vegetação rasteira. Passei nesta cidade pequena parte da minha vida. Minha mãe era professora, e logo viemos morar no Rio, onde ela assumiu a função de diretora de escola. Moramos primeiramente na rua do Costa, no próprio edifício escolar, transferindo-nos depois para a rua Santos Rodrigues, no Estácio, e finalmente para a rua da Matriz, em 1904.

Ingressei no Colégio Militar com dez anos de idade. Fiz aniversário em novembro e em março me matriculei, inicialmente como interno, passando a semana no colégio e vindo aos sábados para casa. Acho que esta opção pela carreira das armas está relacionada com o fato de meus antepassados terem sido militares. Uma espécie de hereditariedade. Meu bisavô, que era filho de um *commodore* da Marinha britânica, foi coronel do Exército inglês e combateu no Canadá contra a França. Seu filho, porém, Eduardo Williams Jacobson Lott, não conseguiu matricular-se na Escola Militar, porque não tinha altura suficiente, tendo por isso interrompido seus estudos e emigrado para o Brasil.

Meu avô materno, João Batista da Costa Teixeira, tinha vontade que eu fosse para a Marinha. Ele tinha um primo irmão, que era almirante em Portugal e esperava que eu o encontrasse na viagem de circunavegação, que se faz ao fim do curso da Escola Naval. Eu estava disposto a ingressar na Marinha mas, indo tomar o bonde na Galeria Cruzeiro para ir para minha casa em Botafogo, me encontrei com colegas que vinham de falar com o presidente da República. O marechal Hermes, segundo eles, havia prometido reabrir a Escola de Guerra no Rio, que passaria a se chamar Escola Tática de Realengo. Como todos eles – com exceção de Nílson Portilho – iam para a Escola Militar, acabei me animando a acompanhá-los, pois estava aborrecido com um episódio ocorrido na Escola Naval.

P.F. – Eu pediria que o senhor nos contasse este episódio.

H.L. – Não pertencemos a uma família rica. Meu pai foi industrial, mas de pouca sorte nos negócios; minha mãe era professora, até hoje as professoras ganham uma miséria. Se não fosse termos morado durante algum tempo nos prédios escolares, não sei como poderíamos ter sobrevivido. Meu avô, que era português, foi chefe da contabilidade da Companhia das Loterias Nacionais. Tinha um ordenado relativamente bom, morava conosco e nos ajudava, de modo que assim íamos vivendo. Eu não tinha roupa civil. Era do Colégio Militar e andava sempre com as minhas fardas, naquele tempo calça vermelha e blusa marrom. Eu era comandante no Colégio Militar e, quando fui fazer inscrição na Escola Naval, tinha cinco galões, além de um laço que vinha pelo ombro. O secretário, pela farda, percebeu que eu não devia ser rico mas estudioso, porque era

comandante-aluno do Colégio Militar. Quando fui escrever meu nome no livro de inscrição (por coincidência, eu era o primeiro de uma página), voltei a folha para ver se outros colegas – Edgar Ferreira do Amaral, Nélon Coutinho – de fato tinham se inscrito na Escola Naval. O secretário, então, que era um capitão-tenente, me passou um pito danado: “Que indiscrição! O senhor está voltando as folhas...” Eu estava tentando explicar-lhe que minha intenção era apenas ver se de fato meus colegas do Colégio Militar se haviam inscrito, quando chegou um rapaz, em trajes civis, muito bem vestido, e o secretário voltou-se e perguntou: “O que veio fazer?” Ele respondeu: “Vim me inscrever. Meu nome é Edgar Ferreira do Amaral.” Ao ouvir o nome, o secretário prosseguiu: “E qual seu parentesco com o general Ferreira do Amaral, médico do presidente da República?” O rapaz disse que era filho e o capitão, abrindo um sorriso, convidou: “Então, senta aqui, faz favor.” Isso me feriu profundamente: a maneira diferente de ele tratar a mim, que era pobre, e um outro, que era filho do general-médico, médico do presidente de República. Isso havia me aborrecido. Quando cheguei à Galeria Cruzeiro, encontrei meus colegas e soube que a Escola Militar ia reabrir; em casa, conversei com meus pais e meu avô, que disseram: “A vida é sua. Você decide como achar conveniente.” E me matriculei na Escola Militar em 1911.

P.F. – O fato de o senhor ter cursado o Colégio Militar já não o induzia necessariamente para a Escola Militar?

H.L. – Para minha família foi um sacrifício grande matricular-me no Colégio Militar, porque como interno eu pagava 250 mil-réis por trimestre. Mamãe ganhava apenas 300 mil-réis como professora, e papai quase não ganhava nada, pois teve pouca sorte nos negócios. O ambiente do Colégio Militar naturalmente predispôs-me a seguir uma profissão militar qualquer. E tive muita sorte no Colégio Militar, pois peguei comandante muito bom, Alexandre Barreto, excelentes professores e também um ótimo oficial responsável pelo serviço de disciplina, o major Espiridião Rosa, que seria mais tarde comandante do Colégio Militar de Barbacena, um homem correto, excelente disciplinador, mas justo e bondoso. Tivemos um professor de latim, a quem chamávamos *Tenaere*, porque ele dizia *tenius*, *tenae*, *tenaere*; o nosso professor de história natural, quando tratava da fisiologia dos diferentes órgãos do corpo humano, dizia: “O importante é o pâncreas; os senhores têm o pâncreas; falam no estômago, falam no intestino, mas não falam no pâncreas”. Tinha, por isso, o apelido de pâncreas. E havia um outro que tinha sobancelha muito grossa e usava bigode, que nós chamávamos de Tetagode.

P.F. – Os alunos pagavam para freqüentar o Colégio?

H.L. – Os órfãos de militares não pagavam, os filhos de militares pagavam menos, mas os filhos de civis pagavam 250 mil-réis por trimestre no internato, ou 200 mil-réis no externato. Era natural, portanto, que houvesse muitos filhos de militares...

I.F. – O senhor entrou para o Colégio Militar por concurso?

H.L. – Sim, havia uma prova de admissão. Quando me matriculei no Colégio Militar o curso abrangia seis anos, mas depois houve uma modificação, acrescentando-se mais um ano, de modo que ao terminar a terceira série deveria enfrentar um quarto ano, com grandes dificuldades, pois o que eu tinha aprendido até então não era suficiente para que pudesse estudar ao mesmo tempo muitas matérias, algumas difíceis, como química desenvolvida, física, álgebra superior. Tive então alguma dificuldade, inclusive porque havia uns professores muito exigentes, mas deu-se um fato interessante. Apesar da dificuldade, passei de ano mas meus pais, vendo que eu tinha passado em condições não muito aceitáveis, resolveram que eu repetiria a terceira série; daí em diante fui sempre o primeiro aluno da turma.

Vejam, pois, como uma das coisas mais importantes na educação do ser humano é a sua hereditariedade. As condições físicas e psíquicas do indivíduo contam muito, mas o ambiente em que ele se cria, o lar, os seus pais, seus avós, seus irmãos têm importância fundamental em toda vida. Hoje tenho a oportunidade de poder ler sobre assuntos relacionados com o ser humano – psicologia – e os vários livros que possuo a esse respeito acentuam tanto o aspecto hereditário como o aspecto ambiental.

P.F. – Há algum professor ou algum militar que fosse um exemplo, uma figura que o impressionou muito, que teve alguma especial influência na sua formação?

H.L. – Quase todos os professores eram bons. Arlindo de Sousa, por exemplo, aquele médico que nós chamávamos de Pâncreas, ensinava muito bem, e com muita clareza. O professor de matemática, cujo nome infelizmente não me lembro agora, teve uma grande influência na minha vida profissional. O professor de latim nos deu uma base muito boa de lingüística, que me renderia mais tarde a facilidade de estudar o francês e de ler e compreender o espanhol e o italiano. Tivemos um professor de inglês, que era bom conhecedor da gramática, mas como tinha uma péssima pronúncia me influenciou negativamente. É interessante, o alemão é uma língua que possui aspectos que dificultam a aprendizagem, pois tem declinações como o latim e verbos muito complicados. Há uns verbos separáveis que mudam de sentido quando se põe uma palavra no meio. É uma língua difícil, mas tem uma compensação: as regras de pronúncia são seguidas sem maiores problemas. Com o inglês, não: a combinação de suas vogais em uma palavra é diferente da combinação das mesmas vogais em outra palavra. E, como esse nosso professor não tinha boa pronúncia, acabei tendo um sério problema ao lidar com ingleses e americanos, apesar de meu pai falar muito bem o inglês, e meu avô ser inglês. Papai me ensinava inglês quando eu era menino, mas ele era muito exigente e me lia trechos de livros em inglês, acordando-me com um cascudo, pois eu era pequeno e dormia com aquela lengalenga. Agora, com a língua francesa eu tive muita sorte, porque no Colégio Militar tínhamos um sargento, Miguel Vicente de Paula Oliveira, a quem chamávamos de Napoleão, que era maníaco pelo imperador francês e tinha muitos livros de Napoleão que nos emprestava. Eu fui aluno e auxiliar da Missão Francesa, fui instrutor em escolas em que a missão funcionava, mais tarde estudei na Escola Superior de Guerra em Paris e nunca tive problemas com a língua francesa.

P.F. – O senhor tinha falado que seu pai havia estudado no Caraça...

H.L. – Papai, apesar de ser filho de inglês e ser ele próprio anglicano, foi para o Caraça, que era uma escola de padres católicos romanos. No Caraça foi colega de turma de João Pinheiro, que seria mais tarde governador de Minas Gerais.

P.F. – João Pinheiro foi uma mentalidade muito modernizante, muito empreendedora e o seu pai, pelo que o senhor disse, foi uma pessoa que se aventurou na indústria, que também participava dessa mentalidade progressista. O senhor pode nos contar um pouco sobre ele?

H.L. – Em Sítio, que hoje se chama Antônio Carlos, havia três famílias – Andrade, Sá Fortes e Andrada, do José Bonifácio – que ocupavam três zonas distintas: os Andradas, na borda do campo; os Andrades, no centro do sítio; e do outro lado Sá Fortes, Bias Fortes etc. Minha mãe, que é irmã da mãe de minha primeira esposa, se casou com um dos Andrades: Manuel Carlos Pereira de Andrade. Meu bisavô trabalhou na construção da parte serrana da Estrada de Ferro Central do Brasil em Minas Gerais, como contratador de engenheiros. Meu avô conheceu minha avó porque foi trabalhar na firma desse meu bisavô e lá se conheceram, namoraram e se casaram. E mais tardem, também em Sítio, minha tia e meu tio Eudoro de Andrade se conheceram e se casaram. O velho Manuel Carlos Pereira de Andrade deu as terras de graça para as linhas da estrada de ferro e para as casas do pessoal da estação.

A família Andrade fez muito por Sítio. Eram industriais, tinham fábrica de manteiga, queijo e cigarros. Quando começou a ser empregada a energia elétrica no Brasil, eles logo a utilizaram, sendo meu pai o construtor da barragem destinada a esse fim. Aproveitando um curso d'água, que é uma das cabeceiras dos rios Grande e Bandeirinhas, papai lembrou de fazer uma barragem, cavou a dinamite a parte rochosa do curso e utilizou grandes troncos de árvores. A água se elevava até certo nível, correndo depois para um rego, que por sua vez iria tocar uma bobina Pelton, que fazia trabalhar as máquinas da fábrica. Mais tarde, puseram geradores, dínamos, mas o início da eletricidade local foi resultado desse empreendimento de meu pai.

Quando houve a Exposição Nacional de 22, João Pinheiro empregou papai nas obras da Exposição, e talvez isso tenha até contribuído para sua morte prematura. Papai estava dirigindo os homens quando um tábua escorregou e arranhou muito sua perna. Ele não ligou. O ferimento arruinou, e depois de sofrer muito ele morreu com 57 anos. Eu estou com 84 anos; o pai dele, vovô Lott, que morreu de câncer porque fumava cachimbo, morreu com 98; papai morreu só com 57, de sorte que esse acidente contribuiu, embora houvesse também outro fato: ele fumava para tomar café e tomava café para fumar. Eu acho um absurdo permitir-se propaganda do fumo. Na minha infância as mulheres do Brasil não fumavam. Nós tivemos duas empregadas, Delfina e Maria, de um lugar chamado Cordeiro, no estado do Rio. Delfina, que era uma preta beicuda, foi a primeira mulher que vi fumar em minha vida. Passados os anos eu fui trabalhar na Dinamarca, fui fiscalizar uma fabricação de metralhadoras em Copenhague, e no bonde via aquelas mocinhas loirinhas fumando e desenhava-se na minha mente a imagem da Delfina, da crioula [risos] .

[FINAL DA FITA 1-A]

P.F. – Gostaria que o senhor, que foi um elemento por tanto tempo ligado à instrução militar, nos falasse sobre o curso que realizou na Escola Militar de Realengo.

H.L. – Antes disso quero falar alguma coisa sobre a profissão militar. A profissão militar, como o magistério, tem uma influência fundamental para qualquer país, porque os futuros cidadãos dependem muito do que eles aprenderam em casa, em primeiro lugar, depois na escola, depois nos quartéis. São educadores os pais, os professores e os chefes militares. Pensa-se que o interessante da profissão é ser general, mas a fase mais interessante da carreira vai de tenente a coronel, porque é quando lidamos mais perto com a missão de educar e cuidamos da saúde de nossos subordinados. Quando tenentes, ao assumir a função de oficial de dia, temos que fiscalizar o rancho, a confecção dos alimentos e sua distribuição, cuidando de um aspecto relacionado com a saúde de nossos soldados. Depois, na instrução, temos antes de tudo de dar o exemplo, chegar na hora e fazer aquilo que deve ser feito. Depois, ensinando com paciência, para que eles não só aprendam assuntos relacionados com a vida militar, mas assuntos relacionados com a vida do cidadão em geral. Hoje, em alguns lugares ensina-se até algumas profissões. Mas outro fato importante de destacar é que nessa fase estamos mais perto da paisagem brasileira, porque fazemos exercícios de combate em campo, no meio da vegetação, das belezas da paisagem brasileira. A maior parte de nossa vida é passada nos quartéis. Quando eu morava em casa, estava lá a partir de cinco horas da manhã e ficava até cinco horas da tarde. Durante um certo tempo morei no quartel, na Paraíba, em João Pessoa, e em Belém do Pará, porque minha esposa precisou ficar no Rio para que meus filhos estudassem. Aliás, é graças a isso que todos os meus filhos se formaram; se eu os ficasse levando para aqui e para lá, eles teriam interrompido ou não teriam tido o mesmo sucesso nos estudos. Nessa convivência com nossos homens, muitos deles nos trazem seus problemas, nós ficamos tendo conhecimento do Brasil – não o Brasil que aparece nos jornais, no cinema e na televisão, mas o Brasil vivido, o Brasil sofrido. Esses problemas vêm. Há um episódio passado na Paraíba interessante de registrar, porque reflete bem esse país. Eu já era coronel e comandava o regimento. Nessa ocasião era proibido aos cabos se casarem: se se casassem, eles tinham que ser postos para fora. Um dos cabos, porém, namorou uma pequena, parece que fez mal a ela, de sorte que seria obrigado a se casar na polícia. Pois a menina, boa, disse que ela tinha sido culpada, que ele não tinha culpa alguma, porque não queria que ele interrompesse a profissão.

Na Paraíba, nosso quartel ficava em Cruz das Armas, nos arrabaldes de João Pessoa. O lugar era muito pobre e eu enxergava a pobreza e fazia duas distribuições diárias de alimentos: a primeira, quando a carne para nossos caldeirões era cortada, das pelancas que sobravam com alguma carne e ossos, que serviam para fazer uma sopa ou um ensopado; depois, o que sobrava nos caldeirões era distribuído também.

Na Paraíba, eu tinha que fazer reconhecimento de terreno para exercícios em zonas que não conhecia. Como não havia boas cartas, eu tinha que tomar informações com homens que estavam lá em suas palhoças. As palhoças eram uma tristeza, feitas de pau-a-pique e barro, cobertas de palha e umas varas com palha por cima serviam de cama. O fogão era de barro, as panelas de barro, os meninos e meninas "nuinhos", mesmo os de sete, oito anos. Tinha-se que ter cuidado ao tomar uma informação, pois às vezes a própria dona da casa não estava vestida. Essa é a miséria que eu vi na Paraíba. É esse aspecto da profissão militar que faz com que conheçamos o Brasil, o Brasil vivido, o Brasil sofrido, o Brasil do povo brasileiro.

Nós, na profissão militar, antes de aprender a mandar, aprendemos a obedecer, porque é muito importante saber obedecer para saber mandar. E apesar de dizerem que somos mandões, esse mandar é relativo, porque só podemos mandar dentro das leis e dos regulamentos. Mas houve a esse respeito um incidente dos mais ilustrativos de minha vida. Eu já era capitão e estando no quartel quando estourou um barulho qualquer no país, tive que tomar as providências. O major veio logo, mas o comandante, que era um folgado, um barrigudão, só apareceu no outro dia e sem ter visto nada do que se passou veio me censurar, por causa das providências tomadas. Quando fui explicar meus motivos, eles reagiu com rispidez: “Estou falando, o senhor me ouça. O senhor aqui é obrigado a fazer tudo que eu mandar”. Não concordei: “Perdão, comandante, eu só sou obrigado a fazer o que o senhor mandar quando estiver dentro das leis e dos regulamentos”. Ele então me prendeu, mas a prisão foi anulada posteriormente. Então, estamos vendo que esse mandar é relativo, está subordinado a um quadro bem marcado. Não podemos exorbitar, temos que estar dentro dos limites prescritos pelas leis e regulamentos. Então, se há prevenção da parte dos civis pelo fato de sermos mandões, é preciso perceber que há nisso um aspecto positivo, pois nós aprendemos a mandar da maneira adequada, isto é, mandar no que for direito.

P.F. – O senhor lançaria sobre a classe política a culpa de todas essas distorções que existiam no Brasil? O senhor chegava a pensar nas causas dessas distorções? O que poderia gerar tanta miséria, tanta pobreza, tanto problema num país que, geograficamente, naturalmente, é um país tão rico?

H.L. – De um lado, o Brasil é um país que tem uma tal variedade de paisagens, de ecologia, que não se pode desenvolver da mesma maneira. Em primeiro lugar, quando os portugueses vieram para aqui, a ocupação foi feita na faixa litorânea; depois do litoral, no Sul, onde o clima era mais favorável aos portugueses, menos quente, como São Paulo, etc. Por outro lado, os recursos naturais estavam inicialmente explorados – o ouro e os diamantes – nas Minas Gerais. E depois plantamos o café nas áreas do Brasil que eram propícias a seu cultivo, passamos então ao algodão. Assim, o Brasil desenvolveu-se nas áreas que eram mais propícias ao desenvolvimento desses meios de produção de dinheiro. Depois, também a instrução não se fez de maneira homogênea, mas estendeu-se principalmente em certas áreas em que havia mais possibilidade de o indivíduo progredir pessoalmente. A escravidão também trouxe males bem grandes para o Brasil, mais no Sul, em Minas Gerais, que no Norte, pois o café é uma planta que dá relativamente bem e produz de modo que imediatamente permite a quem plantou recompensar os seus esforços. Já o Nordeste tem a região litorânea coberta de vegetação, mas o agreste e o interior não têm água. É mal distribuída a água, que é um elemento vital para o ser humano. E outra coisa, o cidadão não tem muito o que fazer, aí faz filho. Na Paraíba famílias com dez filhos eram comuns, ainda hoje nosso aumento de população é de 3% ao ano, é um dos maiores do mundo.

P.F. – Muitos militares do seu tempo, alguns um pouco mais modernos, mas alguns do seu tempo, tenderam a acusar muito a classe política, os maus governantes do Brasil por esses problemas.

H.L. – Em parte eles têm razão, porque também foram os maus governos. O político formava-se no seu município e depois no seu estado. Às vezes ele ia além, mas em geral só ficava conhecendo a região de seu município, sua cidade ou seu estado. Acidentalmente conhece outra coisa, enquanto que nós militares temos a vantagem de que nossa profissão nos obriga a estarmos servindo em todas as áreas, em contato com os problemas, as dificuldades da vida, as razões dessas dificuldades, e isso faz com que os militares fiquem com um conhecimento maior do Brasil não só em extensão, mas em profundidade. Essa é uma das vantagens.

Outro aspecto da profissão militar interessante são os extraordinários prazeres que essa profissão nos proporciona. Em Minas Gerais, em 1918, quando eu era apenas segundo-tenente (tinha só galão), criaram em Belo Horizonte uma companhia, depois transformada em batalhão, que ficou alojada no antigo pavilhão para imigração, que aliás não chegou a ser utilizado para o fim a que primitivamente se destinara. Mais tarde, quando aumentou o batalhão, o comandante teve que dar tratos à bola para abrigar o pessoal e acabou alugando uma serraria perto da estação. Eu, apesar de ser segundo-tenente, fui comandar uma companhia, pois havia poucos oficiais no batalhão. Éramos apenas eu, os sargentos, os cabos, os soldados. Isso ocorreu pouco antes de começar a eleição, no segundo ano de sorteio militar no Brasil; no primeiro ano, haviam sido sorteados vários estudantes de medicina, inclusive um primo meu que foi médico, Mário Lott.

Nessa companhia, antes de começar o ano de instrução, havia uma fase de cerca de 30 dias em que os soldados sorteados iam chegando, e nós os fardávamos e cuidávamos deles. Achei então que era conveniente treiná-los para que eles suportassem os esforços, pois muitos deles tinham função sedentária, não faziam muito trabalho físico. Eu fazia ginástica, inclusive correr e saltar, que é uma das ginásticas interessantes para o militar. E os mineiros são bons saltadores. Fiquei admirado de como aquela rapaziada saltava bem, mas apareceu um rapaz forte, de ombros largos e peito grande, que não conseguiu saltar. Botou-se a vara para ele saltar e ele esbarrou; baixou-se a vara e ele esbarrou de novo. Cheguei a pensar que ele estivesse de molecagem e quase me esquentei, mas tratei com paciência. Depois, passamos aos exercícios de barra, mas enquanto os outros procuravam um jeito, ele não conseguia subir. Os colegas ajudaram, mas quando ele se viu lá em cima começou a gritar: “Minha mãezinha, me tira daqui!” Aquele negócio chocou-me. Havia um sargento, de nome Carlindo, que era muito bom instrutor e muito paciente. Então, eu o incumbi de só ensinar a esse camarada. E ele foi progredindo. Três meses depois eu estava em meu gabinete tratando dos papéis, quando disseram que tinha um cidadão que queria falar comigo. Mandeí entrar e me veio um camarada bem vestido, com olhos lacrimejantes: “Seu tenente, venho lhe agradecer o bem que o senhor fez ao meu filho. Eu sou pai do fulano. Ele está outro homem. Ele era a tristeza da minha vida; eu não podia suportar um filho naquelas condições...” Eu disse: “O senhor está enganado, não é a mim que o senhor tem que agradecer. Em primeiro lugar é a seu filho, que procurou melhorar; em segundo lugar, ao sargento Carlindo que foi quem ensinou a ele.” Esses são os aspectos agradáveis da vida militar.

P.F. – É aquela função educativa que o senhor citou...

H.L. – Nós militares, principalmente no interior, recebemos uma turma de rapazes, alguns de classe média, já com certa instrução, mas a maior parte de gente pobre e inculta, havendo inclusive fracos fisicamente. Depois, com o nosso trabalho, aquela

gente se transforma. Eu soube outro dia que o general Geisel vai a Santa Cruz do Sul para assistir à festa do fumo e lembrei de como foi interessante minha passagem por esta cidade, já como general. Santa Cruz do Sul é uma região de plantação e trato de fumo. Lá, do mesmo modo que no Norte, se põem os bodes no quarto de dormir, com toda catinga, pois os cevados de secar fumo ficavam junto à casa, de modo que o ar que se respirava fazia mal à saúde. Pois bem; assim que começou a instrução fui a Santa Cruz do Sul. A região foi colonizada por alemães e só tem rapazes altos e de pele clara, mas magros e pálidos. Havia nessa unidade um tenente, excelente oficial, que era muito entusiasmado por educação física. Passados alguns meses, fui fazer outra inspeção em Santa Cruz do Sul e fiquei entusiasmado com o que vi: a rapaziada, com a boa alimentação do quartel (que era um prédio novo e bem arejado) e com exercícios físicos, se formara uma turma bonita, me fazendo sentir uma enorme satisfação.

Outro aspecto importante da profissão militar é o esclarecimento da propriedade de muitas áreas de terra. A primeira vez que tive esse problema foi em Mato Grosso, quando comandi um batalhão em Campo Grande. Existia na cidade uma área que estávamos procurando saber quem era o dono e, após uma trabalhadeira danada, pude descobrir que o terreno era nosso. Igualmente em São Paulo, quando construíram o quartel em Campinas, o Ministério da Guerra comprou uma área que se estende desde um morro que fica junto da cidade até um outro que se eleva numa área de banhados. Comprada a área e construído o quartel, o pessoal não deu muita bola para a marcação; mais tarde, porém, por acaso um cidadão me disse que havia lá uma patifaria em relação aos terrenos do quartel. Os cidadãos que haviam vendido o terreno ao Exército estavam dando para o quartel a parte dos banhados e ficando com a parte boa. Fui procurar o papelório e consegui descobrir isso e assim pude defender os interesses do Ministério da Guerra. E ainda em Lorena, quando uma senhora veio reclamar de nós determinada área, disse a ela que trouxesse os documentos.

P.F. – Voltando um pouco ao outro assunto, eu gostaria que o senhor falasse sobre a Escola Militar de Realengo, onde viveu um bom tempo...

H.L. – A minha turma foi a primeira da Escola Militar do Realengo. Éramos 48, em geral vindos do Colégio Militar, mas depois, com a reprovação de alguns e a entrada de outros, ficamos sendo 56. O quartel de Realengo fica no antigo prédio da Escola Preparatória e Tática do Realengo. É um edifício grande, quadrilátero, tendo a parte da frente com dois pavimentos, as laterais e a dos fundos com um só pavimento e um grande pátio no meio. Atrás tem uma fossa que chamavam o “Túmulo do Biriba”. (Biriba era o apelido de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil). Tivemos bons comandantes, muito traquejados. Antônio de Albuquerque e Sousa era duro de roer, tocava o cidadão na cadeia por qualquer coisa, mas era muito honesto e justo. Tinha um bom fiscal, auxiliar do “galego Antônio”, também de excelente coração. Nós éramos internos, e o comandante em geral nos negava licença para sair durante a semana.

Naquele tempo, a Escola dava uns passes para viajarmos de trem de Realengo até a Central e era esse major-oficial quem assinava os passes. O aluno ia pedir licença ao “galego Antônio” para sair e ele negava; aí o sujeito ia ao fiscal e conseguia a licença e o passe. Na Escola Militar tivemos um cidadão excepcional – como instrutor e como ser humano - , Eurico Gaspar Dutra. Ele foi meu instrutor de cavalaria, excelente instrutor pela parte profissional, homem disciplinador e justo. Os alunos, algumas vezes procuravam criar dificuldades para o Dutra. Na escola havia uma área cercada por uma

grade. Os que fugiam tinham que voltar pela grade ou embrulhar a sentinela. Dutra era magro, usava uma capa preta até os pés e ficava num canto. Quando o aluno passava pela sentinela, ele perguntava: “Qual o seu nome? Qual é, faz favor?” e enquadrava o sujeito. Era tão bom instrutor, que mesmo quem não gostava de cavalo pedia para ir para a cavalaria. Tivemos também excelentes professores de assuntos militares, de cálculo, descritiva, cálculo diferencial, integral, geometria analítica, que nos proporcionavam uma boa base. O instrutor de artilharia era muito bom; o instrutor de infantaria também era bom; não tão capaz quanto Dutra, que era excepcional, mas bom também.

Dutra, além de tudo, era muito valente. Na Revolução de 32, ele serviu na mesma coluna em que eu servia. Havia uma tropa de polícias lá do Norte constituída por um pessoal meio medroso, e ele ia na frente: “Avança, avança!” Quando houve a Revolta de 35 na praia Vermelha, o ajudante-de-ordens estava a seu lado e foi ferido e morreu. Dutra era um homem muito valente, inteligente, foi excelente presidente da República.

P.F. – O senhor acha que na própria organização da escola se procurou evitar que se repetissem aqueles episódios de indisciplina típicos do período da praia Vermelha?

[FINAL DA FITA 1-B]

H.L. – A Escola Militar da praia Vermelha tinha um curso de quatro anos. Primeiro se estudavam as três armas: infantaria, cavalaria e artilharia. Os primeiros da turma eram declarados alferes-alunos, enquanto os outros se formavam e quando havia vaga eram promovidos a tenentes, passando mais tarde para uma outra escola para estudar engenharia, na praia Vermelha, na zona sul do Rio, onde mantinham muito contato com a população. Por isso, certos problemas que influenciavam a população eram naturalmente levados aos alunos, muitas vezes através dos próprios parentes.

O episódio da vacina obrigatória foi interessante. Assisti na minha infância aos males da varíola, que chegou a dizimar quase que ruas inteiras. O governo determinou a vacina obrigatória mas o povo brasileiro, ignorante, não aceitou, aproveitando-se alguns políticos das circunstâncias para influenciar os alunos a reagirem. Com a eclosão da revolta de 1904, então, deu-se o fechamento da Escola Militar da praia Vermelha depois reaberta no Rio Grande do Sul. Foi uma pena o fechamento, pois a Escola Militar da praia Vermelha formava profissionais que se destacavam em várias funções públicas. A instrução, a formação profissional e a formação técnica e conhecimentos gerais de lá eram muito boas, porque havia um excelente quadro de mestres.

P. F. – Mas é isso justamente que algumas pessoas criticavam na época, dizendo que, na realidade, a Escola Militar da praia Vermelha formava mais bacharéis fardados do que militares, homens especializados em filosofia, história, sociologia...

H.L. – Há certa verdade nisso. A Escola Militar, encaixada na praia Vermelha, não proporcionava a seus alunos a possibilidade de fazer exercício de combate no campo e eles se ressentiam disso. Não havia linha de tiro nem qualquer exercício prático, a não

ser a ordem unida, que se faz em qualquer canto. No Realengo, ao contrário, estávamos junto de Jericinó e tínhamos maior possibilidade de nos formar profissionalmente na instrução de combate. Eu, quando era da Escola Militar, tinha mãos grossas de cavar trincheira. Em compensação, mais tarde fiz muita gente cavar trincheira, inclusive dois presidentes da República – Castelo Branco e Costa e Silva –, que tiveram que engrossar a mão, quando fui seu instrutor em organização do terreno.

P.F. – Será que nós poderíamos ver a diferença, por exemplo, entre um militar do tipo de Benjamin Constant ou de Euclides da Cunha, que eram elementos bastantes ligados à filosofia e às artes e um militar do tipo, por exemplo, de Deodoro, que foi forjado no campo de batalha da guerra do Paraguai?

H.L. – Sim, mas isso é natural, pelo seguinte: dentre aqueles que vêm para a vida militar, alguns têm em seu íntimo, em sua psique, uma real tendência para serem militares e sentem-se bem agindo dentro do quadro dessa profissão; outros, entretanto, são movidos por outras circunstâncias, em geral motivados pelo fato de ser gratuita a instrução militar. Estas vítimas, que não têm vocação para militares, quando terminam o curso procuram uma oportunidade para exercer funções que não sejam propriamente militares e daí derivar para tal ou qual função civil. E como na antiga Escola Militar a instrução geral era muito boa, tanto quanto a instrução técnica, eles ficavam aptos a caminhar em qualquer direção.

P.F. – O marechal Hermes é visto como um elemento que procurou fortalecer muito esse lado de instrução militar profissional, inclusive com o envio de oficiais para a Alemanha, com o início das grandes manobras e outras coisas, não?

H.L. – O marechal Hermes era de uma linhagem de militares e isso fez dele um militar por hereditariedade. Além disto, desde cedo adotou a profissão. Homem inteligente e trabalhador, ele procurou sempre fazer o possível para que tivéssemos um Exército capaz de cumprir o difícil dever de defender oito milhões e quinhentos e tantos mil quilômetros quadrados e assegurar a ordem no seio dessa população, pois sem ordem não há progresso. Isto é coisa positivista, mas é uma verdade. Hermes da Fonseca foi muito bom presidente da República, embora sua candidatura tenha suscitado uma luta tremenda, a que assisti como menino do Colégio Militar. Aqueles que eram contrários ao marechal Hermes achavam que ele era um burro, o que ele não era, pois comprovou ser homem muito inteligente e capaz no exercício de suas funções, inclusive como presidente da República. Seu adversário era o “Águia de Haia”, Rui Barbosa, que possuía também muitos partidários. Então, nas famílias havia discussões acerbadas, desentendimentos sérios, brigas e agressões. Certa vez ocorreu com o tenente Otávio Muniz Guimarães um fato digno de nota, pois demonstra bem com estavam acirrados os espíritos. Este oficial era instrutor do tiro de guerra de Juiz de Fora e estava caminhando na rua Halfeld em trajes civis, quando o reconheceram. Ele vinha da aula, quando foi reconhecido e agredido, só porque era militar. Para se defender o tenente tirou o paletó, enrolou-o no braço e sacou uma faca, começando a espetar seus agressores. Pouco depois, muito moleque, ele próprio contou isso, quando foi encontrado na farmácia botando pontos-falsos na cabeça.

Nosso povo é interessante e não compreende certas coisas. A América Latina foi colonizada por portugueses e espanhóis, cabendo aos últimos uma parte maior do que a dos primeiros. Pois bem; na parte colonizada pelos portugueses – oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados cercados pela Amazônia a norte, pelo Prata a sudoeste e pelo Atlântico a leste –, constituiu-se uma pátria só. É verdade que os portugueses tiveram dois vice-reinados, dois governos-gerais, vingando, porém, depois a idéia de unidade. A América espanhola se organizou em vice-reinados, mas nem estes se mantiveram unidos, subdividindo-se em Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Equador, México e não sei mais o quê. Nós, ao contrário, nos mantivemos, por quê? Os portugueses, não sei se por serem mais inteligentes e melhores colonizadores, apesar de menores e mais fracos, foram os últimos a deixar as suas colônias na África. Vejam que capacidade! Portugal, tendo uma pequena população, não mandou para aqui as suas tropas, mas ordenou que se constituísse um Exército de brasileiros, de sorte que desde o período colonial a tropa que defendia o Brasil era integrada por brasileiros, estabelecendo-se desde cedo fortes laços entre a tropa e o povo. Na América espanhola eram os próprios “terços” espanhóis que defendiam a terra, de sorte que não houve essa trama entre o povo e a tropa. Daí, o esfacelamento geral. Os brasileiros em geral não se dão conta desse aspecto. Nós militares temos cometido erros, mas o juízo que fazem de nós, a condenação é muito maior do que aquela que merecemos, em tudo.

Então, tivemos Hermes e Rui envolvidos nessa campanha danada. Eduardo Gomes foi candidato duas vezes, Juarez Távora uma e eu próprio outra. Nossos contendores quase todos eram cidadãos de boas qualidades como Juscelino, por exemplo, que era um homem excepcional. Mas no caso de Jânio Quadros – sem entrar no julgamento de sua pessoa –, pelo que ele fez, mostrou quem realmente era: um egocêntrico que queria ter toda autoridade, não aceitava de modo algum subordinar-se à lei e ao quadro constitucional brasileiro. Quando não conseguiu isto, tentou dar um golpe, pensando que o povo viria em seu auxílio. Ele tinha a idade de minha filha mais velha. Eu, militar desde a minha infância, conhecia o Brasil não a passeio, mas porque servi no Rio de Janeiro, em Minas Gerais (Belo Horizonte), em São Paulo (Lorena e na capital), no Pará (Belém), em Mato Grosso (Campo Grande e Cuiabá), em Santa Maria (Rio Grande do Sul)... Quer dizer, tinha bom conhecimento do Brasil, por ter vivido, servido e sofrido nessas áreas, em contato com a população e com os problemas locais. Consequentemente, sob o ponto de vista de conhecimento, tinha melhores condições do que ele, que nasceu no Mato Grosso mas foi para São Paulo, onde retornou político e governador. Jânio só conseguiu conhecer mesmo São Paulo; o Brasil, conhecia de vigem, mas não de viver e sofrer. Entretanto, ele tem cinco milhões e seiscentos e trinta e seis mil votos, enquanto eu três milhões e oitocentos e quarenta e seis mil. Uma derrota fragorosa. Mas é um fato interessante da história que agora tenhamos um militar atrás do outro: Castelo, Costa e Silva, Médici, Geisel e agora João Batista de Figueiredo. Naturalmente, cometem erros como todo governante. Governar o Brasil não é coisa fácil, devido à diversidade do nosso país e à sua conexão com o resto do mundo, com as condições atuais do mundo, sofrendo os problemas que o mundo atual apresenta. O mundo atual apresenta uma de suas fases mais difíceis. Recentemente com o problema do petróleo, mas antes desse já havia outros problemas. Naturalmente o Brasil, grande como é, teve que suportar todas essas tempestades, pois “quanto maior a nau maior a tormenta”. Mas, apesar dos pesares, nós caminhamos. Estamos vendo esta Itaipu, talvez a maior usina do mundo, com 12 milhões e 600 mil quilowatts, construída em combinação com um país vizinho. Quer dizer, é preciso capacidade política para, no quadro internacional, combinar com o vizinho; capacidade técnica para imaginar, fazer, reunir os recursos materiais, além de coragem para empreender uma obra desse vulto.

Em outros setores, não temos condição. A educação, por exemplo, deixa muito a desejar. A falha de nossa educação é devida principalmente ao fato de não podermos recrutar os elementos mais capazes. As pessoas que se dedicam ao magistério, quando vislumbram a possibilidade de receber maiores vencimentos abandonam a carreira perdendo-se toda a prática que tiveram. Os elementos mais capazes não ficam, exceto aqueles que têm muito amor à arte, mas a maioria vai para outros caminhos. É imprescindível que o mais cedo possível resolvamos esse problema, pagando ao magistério aquilo que ele vale, em todos os níveis e um dos níveis mais importantes é o primário, porque é o que dá formação à infância, que é a fase em que a criança mais absorve os conhecimentos. Então, precisamos ter bons professores primários, mas não temos. Há lugares no Brasil que se ganha uma miséria. Ganha-se Cr\$ 200,00 lá no Norte, quando se paga hoje até Cr\$ 4.000,00 para uma empregada que mora na casa e come a comida da gente.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

2ª Entrevista: 25.10.1978

P.F. – Marechal, hoje gostaríamos de retomar o tema da Escola Militar do Realengo, a qual o senhor cursou entre 1911 e 1914. Como se fez sentir, na instrução militar e no próprio direcionamento do Exército, o retorno daqueles oficiais que tinham ido à Alemanha, os chamados *joventes turcos*, a mando do Hermes da Fonseca, entre os quais nós poderíamos lembrar Leitão de Carvalho e Klinger?

H.L. – No tempo que eu cursei a Escola Militar, a influência desses oficiais chamados *joventes turcos* ainda não se tinha feito sentir. A escola, quando a cursei, nem era chamada Escola Militar, mas havia dois cursos – o da Escola de Guerra e o da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria –, ambos no Realengo. Minha turma inaugurou a Escola de Aplicação. Viemos 48 que havíamos concluído o curso no Colégio Militar em fins de 1910 e a nós se somaram mais oito reprovados da Escola de Guerra do sul. A Escola Militar, então, funcionou no edifício que abrigou a Escola Preparatória e de Tática do Realengo, caracterizando-se o prédio por ter a forma de um grande quadrilátero: dois lados eram alojamentos; o terceiro, o refeitório; e no último as salas de aula, ficando na frente o gabinete de comando e também a parte administrativa da direção da escola. O gabinete do oficial de dia e do sargento eram ao lado do corpo da guarda. A Escola teve bons comandantes, exigentes, mas muito bons. Disciplinadores, muito sérios, muito honestos e muito justos; também teve um bom corpo de instrutores, dos quais o melhor foi o então tenente Eurico Gaspar Dutra, que era instrutor da cavalaria. Excelente instrutor não só pela capacidade profissional, mas por sua exemplar dedicação ao serviço. Ele teve uma grande influência na nossa formação profissional. Havia outros bons instrutores, como um de infantaria que se destacou porque era grande andarilho, um entusiasmado pela infantaria, mas profissionalmente não estava à altura do Dutra. A artilharia tinha uns nomes, dos quais também não me recordo agora, que nos davam instrução e eram bons instrutores. Tínhamos ainda instrutor de ginástica. Os professores, de um modo geral, eram bons mestres que procuravam por todos os modos, nas matérias pelas quais eram responsáveis, nos dar uma cultura que nos habilitasse mais tarde a desempenhar bem nossas funções no Exército. Mas isso foi em 1911 e

1912, quando cursei a Escola de Guerra; depois passei para a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, que também era no Realengo, onde os instrutores militares continuaram os mesmos, mas passamos a ter mais instrução teórica. Assim que terminamos o curso fui declarado aspirante a oficial, em 2 de janeiro de 1914. A minha intenção era ir para a cavalaria, não só pelo fato de eu gostar de andar a cavalo, mas também pelas qualidades excepcionais de meu instrutor, o então tenente Eurico Gaspar Dutra. Mas em conversa com um ex-aspirante de cavalaria desanimei-me, devido às condições inadequadas em provimento de cavalos das unidades de cavalaria.

P.F. – Faltavam cavalos?

H.L. – Não, os cavalos tinham mau aspecto; não eram cavalos bons. Mas o fator decisivo foi o fato de esse aspirante, que na ocasião servia no 56º Batalhão de Caçadores situado na praia Vermelha, ter-me dito que sua unidade tinha um excelente comandante, o coronel Onofre Luís Ribeiro, um bom fiscal, que era um engenheiro-militar, e um outro oficial, Armínio Borba de Moura, também muito capaz, que tinha feito um estágio de dois anos na Alemanha. Além disso, o ambiente era muito agradável pois o batalhão se alojava no prédio da antiga Exposição de 1908, junto ao mar, entre o Pão-de-Açúcar e a Urca. No 56º Batalhão de Caçadores tivemos uma instrução muito ativa. Naquele tempo não tinha havido o sorteio militar, de sorte que os nossos soldados eram voluntários e ficavam no Exército até enjoar ou envelhecer. Havia um cabo, por exemplo, que me pediu para dispensá-lo de um exercício que trazia algum risco: “Por favor, não me obrigue porque estou quase na hora de reformar e não quero sair aleijado”. Esses nossos comandados, porém, eram muito dedicados, como se pode ver através de um episódio ocorrido comigo. Eu morava no quartel e costumava tomar banho de mar. Um dia, meu bagageiro – bagageiros eram os homens responsáveis pelo cuidado das nossas coisas – perdeu um meu calção e cortou uma calça de seu próprio uniforme, pedindo que eu aceitasse em substituição ao calção. Era uma gente assim, dedicada, o pessoal com quem lidávamos.

P.F. – Eu gostaria que o senhor esclarecesse uma coisa: esses voluntários de que camadas sociais saíam? Quem era esse voluntariado?

H.L. – Naturalmente, eram homens pobres, que não tinham meios de vida lá fora. Em grande proporção, quase três-quartos, eram nordestinos. E eles ficavam no Exército. Alguns chegavam a cabo; outros, pouco melhores, a sargento. Não havia ainda, nessa ocasião, a escola para formação de cabos e sargentos; os sargentos e cabos eram formados na tropa, mas eram homens obedientes, muito capazes, valentes em geral. O nordestino em geral é muito valente. De sorte que era uma tropa muito boa de se comandar, que foi para mim uma excelente escola. Eu era muito moço, tinha apenas 19 anos, quando comecei minhas atividades. Tinha feito aniversário em novembro e em janeiro fui para o Batalhão.

P.F. – O senhor acha que o fato de não existir serviço militar obrigatório pesava negativamente para o crescimento e mesmo para o prestígio do Exército?

H.L. – Não se pode dizer que se pesasse o prestígio do Exército. O problema era que não se preparavam reservas para a eventualidade do Brasil ter que ir para uma guerra. Porque esse homens serviam cinco, seis, sete ou oito anos, ao passo que um sorteado serviria, quando muito, dois anos e passaria para a reserva. E o fato de servir traz ainda uma outra vantagem, porque o Exército não ensina apenas um cidadão a se preparar para a guerra, mas dá educação, ensina a obedecer, ensina a cumprir o seu dever, ensina as primeiras letras, ensina ginástica, tornando os soldados mais fortes, mais capazes; o Exército nivela. No Exército, a doutrina de Cristo é aplicada: todos somos irmãos, ninguém é melhor do que o outro. Apenas os nossos atos fazem com que possamos nos destacar em relação ao outro, ou no bom, ou no mau sentido. Enfim, tem uma série de vantagens o serviço militar, para o país de um modo geral – pois esses homens quando voltam para os lugares de onde provieram, levam essa educação, essa formação. Não é só a formação profissional para a eventualidade de uma guerra, mas essa formação cívica e moral que é muito útil para o brasileiro.

P.F. – Então, o senhor acha que o Brasil neste momento não estava preparado para a eventualidade de uma guerra?

H.L. – O Brasil em geral não se preocupa muito com guerras. Por isso no passado tivemos séria dificuldades, inclusive as guerras contra Oribe e Rosas e a Guerra do Paraguai, justamente por nós não nos preocuparmos muito com a formação de nossas reservas. O Brasil precisava ter uma tropa para atender a uma eventual necessidades de defesa das nossas longuíssimas fronteiras e também para manutenção da ordem pública e das autoridades constituídas. Essa era a finalidade precípua do Exército naquele tempo. Mais tarde se iniciou o sorteio militar, anos depois, quando eu já não estava mais no 56º Batalhão de Caçadores, pois tivemos que ir para o Contestado.

O Contestado foi resultado de um dissídio entre Paraná e Santa Catarina em certa zona fronteiriça, pois ambos pretendiam o domínio de uma mesma região, que não sendo judiciada nem governada nem por um nem por outro, ficou sendo uma espécie de terra de ninguém. E houve um cidadão chamado João Maria que resolveu aproveitar esse estado de coisas para constituir uma espécie de estado à parte, tendo a religião como base, mas uma religião *sui-generis* cujos princípios não sei exatamente quais eram, mas que constituía o móvel de congregação desses homens. Como o governo procurava combatê-los, eles, para aumentar seu número encontraram uma solução inusitada: dominavam uma certa área, prendiam a população e a levavam para seus acampamentos, onde prendiam mulheres e crianças, obrigando os homens a participar de suas lutas e suas incursões. Depois de certo tempo, esse homens já ficavam com a responsabilidade de ter participado da luta e não podendo mais se afastar se tornavam combatentes como todos os demais. Era uma gente valente, mas também bárbara sob certos pontos de vista, pois procuravam, inclusive, matar nossos homens a facão.

[FINAL DA FITA 2-A]

P.F. – Eu ia lhe perguntando se não tinha havido também lá no Contestado um problema de expulsão de camponeses de umas terras por uma estrada de ferro, uma coisa qualquer assim.

H.L. – Não, pelo menos, se houve isso eu não tenho conhecimento. O governo, como em Canudos, ao invés de enviar tropas suficientes para dominar essa insurreição, mandou pequenas colunas. A desordem, a luta de um modo geral, é como incêndio. Quando começa, apaga-se com um copo d'água, mas depois de se desenvolver nem mesmo os bombeiros às vezes conseguem. A mesma coisa são as insurreições e todas as outras lutas. Se o governo tivesse logo mandado uma grande tropa... Houve uma coluna que foi completamente desbaratada, até o comandante, um capitão, foi sacrificado.

P.F. – Era seu colega de turma?

J.L. – Não, era muito mais antigo que eu; não o conheci pessoalmente. Mais tarde, o governo mandou mais tropas, porém ainda insuficientes. Só em 1914 o governo resolveu esmagar a revolta e constituiu quatro colunas que vinham de várias direções. Particpei da Coluna Norte, comandada pelo nosso comandante de batalhão, Manuel Onofre Munis Ribeiro, a qual, como seu nome indica, marchava do norte para o sul, rumo ao centro do reduto de Santa Maria. Tivemos lutas cruentas, sendo necessário manter um alerta dia e noite, porque eles conheciam o terreno, uma mata de pinheiros, araucárias e também de imbuías, que são árvores frondosas; e além disso, samambaias e em certas zonas uma plantação de erva-mate. Hoje já desbastaram quase toda a mata, mas naquele tempo a vegetação facilitava a quem tinha o conhecimento do terreno, e que agindo de surpresa, podia conseguir um êxito inicial. Nossos soldados, por isso, tinham horror, principalmente no escuro, de serem mortos a facão, travando-se então um tiroteio a noite inteira, amenos que os oficiais estivessem atentos.

Ocorreu, por exemplo, um episódio à meia-noite do dia em que fiz 20 anos, em 16 de novembro de 1914, quando eu estava justamente comandando uma trincheira. Como havia muita madeira no local – sendo, inclusive, as casas feitas desse material – nós fazíamos revestimentos de tábua, colocávamos alguns toros de árvore, depois um pouco de terra e cobríamos também de tábuas para proteger contra as chuvas. Assim, ficávamos alojados e prontos, abrigados, para nos defender dos ataques dos fanáticos. Essa noite, tínhamos tido atividade o dia todo. Eu estava cansado e queria dormir, mas de vez em quando o soldado que estava de sentinela perguntava: “Posso atirar?” Não autorizei, sem antes indagar: “Atirar em quê? Você está vendo alguém?” Ele respondia: “Não...” E eu não deixava atirar, porque senão não havia munição que chegasse. A luta continuou ainda durante muitos meses, mas não pude chegar até o fim. Tinha ido para o Paraná em setembro e já em dezembro estava afetado pelo tifo, paratifo e impaludismo combinados, sendo forçado a baixar hospital, carregado em maca de transportar defunto. Infelizmente, o meu colega Armínio Borba de Moura, que tinha feito estágio na Alemanha, também chegou poucos dias depois ao hospital... E nesse hospital os cuidados deixavam muito a desejar, tanto da parte dos médicos como dos enfermeiros.

P.F. – O hospital era lá perto mesmo?

H.L. – Não, esse hospital era em Curitiba.

P.F. – Então, não era um hospital de campanha?

H.L. – Não. Primeiro fui para a enfermaria e depois para um pequeno hospital, situado no caminho; depois fui para o hospital de Curitiba, porque minha moléstia era séria. Quando adoeci pesava 67 quilos e assim que pude andar me pesei, e estava com 47 quilos. Não sei por que não morri; talvez porque Deus não quis. E também, porque mamãe e meu irmão foram ao Paraná me buscar. Armínio Borba de Moura, entretanto, não teve a mesma sorte. Certo dia ele tomou um banho para baixar a febre, bebendo em seguida um líquido alcoólico para reação. Moura estava na cama quando veio a enfermeira e tentou dar leite a ele. Mas ele não podia, com aquela xaropada toda, tomar leite por cima. A enfermeira insistiu, insistiu, até que eu disse: “A senhora não vê, ele não pode beber leite, porque tomou isso”. Ela então se convenceu e foi embora. Mas Armínio acabou morrendo durante o tempo em que eu estava no hospital. Eu já estava um pouco melhor e minha mãe foi para lá, conseguindo licença para que eu fosse primeiro para um hotel e depois para minha terra em Minas Gerais, onde fui tratado com muito carinho. Sítio possuía um ótimo clima, ideal para cura de tuberculose e como meus parentes tinham fábrica de manteiga e queijo, muito bom leite, horta, muitas frutas, eu pude arribar depressa.

P.F. – O comando geral da Campanha do Contestado coube a Setembrino de Carvalho, não é?

H.L. – É, ao general Setembrino de Carvalho, um homem muito capaz, muito dedicado etc. Ele conduzia muito bem as colunas, mas no combate final em Santa Maria os jagunços lutaram até o fim como se passara em Canudos.

P.F. – Eu gostaria que o senhor falasse para nós alguma coisa acerca do Setembrino de Carvalho...

H.L. – Não lidei muito com o general Setembrino de Carvalho, pois era apenas um aspirante a oficial que servia numa de suas colunas. O general Setembrino tinha exercido várias outras funções anteriormente, das quais não me recordo agora, mas todas com grande competência. Na Campanha do Contestado coordenou de tal maneira a ação dessas quatro colunas que conseguimos em tempo aceitável dominar, se não me engano em março, completamente os rebeldes.

P.F. – Eu lhe pergunto isso porque o Setembrino vai um pouco mais tarde, acho que em 1915, também exercer uma outra missão de pacificação, desta vez no Ceará, onde se abriu um conflito entre o padre Cícero e o coronel Franco Rabelo, que estava no poder.

H.L. – É.

P.F. – E depois mais tarde, em mil novecentos e vinte e poucos, ele vai novamente exercer uma missão de pacificação no Rio Grande do Sul, conciliando as duas facções políticas que estavam desavindas naquele momento. O que eu lhe pergunto é como o senhor via esse tipo de missão, menos no Setembrino, mais pela imagem que o Exército podia representar através da pessoa dele.

H.L. – A pessoa dele era de um homem inteligente, muito equilibrado, dedicado a seus deveres e com grande coraçaõ. É essa impressãõ que se tem do Setembrino.

P.F. – O senhor acha que estaria entre as missões principais do Exército, naquele momento de tantos conflitos, exercer essas missões de pacificação?

H.L. – O fato de lhe terem confiado várias missões da mesma natureza é uma demonstração de que ele exercera bem as suas funções e missões anteriores da mesma natureza.

P.F. – O senhor falou ainda há pouco dos problemas que as colunas do Exército enfrentaram ao se defrontarem com os grupos de jagunços. O senhor acha que isso contribuiu para trazer à consciência do país e do Exército mesmo a necessidade de fazer um Exército mais preparado para a guerra, mais adestrado, mais forte?

H.L. – Não sei. Nessa ocasião eu era apenas aspirante, mas seria natural que as dificuldades encontradas pelo nosso Exército no cumprimento de certas missões despertassem nos seus chefes a idéia de que é preciso melhor prepará-lo para no futuro ele exercer suas funções e cumprir suas missões em melhores condições. É natural isso. Mas o interessante dessa campanha era a característica da região do Contestado, a mata. As casas eram construídas de madeira, com paredes de tábuas justapostas, de sorte que às vezes, com a umidade e a secura do ar abria-se uma fresta por onde penetrava um frio que congelava a gente no inverno; e a coberta também era de pequenas toras cortadas, depois acamadas de uma maneira especial. O assoalho também de madeira, tendo em alguns pontos uma toras grandes, que suportavam toda a estrutura da casa. Em alguns lugares, os nossos chefes mandavam queimar as casas, mas de um modo geral, na Campanha do Contestado se bem que houvesse alguma violência nós respeitávamos muito a população. Aliás, as zonas em que nós agíamos já estavam vazias de seres humanos, porque esses fugiam quando a luta se aproximava e iam para outra região do estado.

P.F. – Nesse mesmo período também se inicia a Primeira Guerra Mundial, não é?

H.L. – Sim, a Primeira Guerra Mundial vai justamente de 1914 a 1918.

P.F. – E como é que o senhor, como militar, viu e sentiu a eclosão de um conflito daquelas proporções?

H.L. – Naturalmente nós brasileiros estávamos afastados da região em que o conflito era travado, mas também sofríamos, como todo mundo sofria, de ver tanta gente ser morta sem existir, afinal de contas, uma razão muito forte para que isso se processasse. E havia uma outra possibilidade também de o Brasil tomar parte dessa guerra. Aliás, no fim da guerra, nós mandamos um pequeno contingente. Nessa fase da Primeira Guerra Mundial, eu estava fazendo curso: tive que fazer curso de engenharia e depois o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

P.F. – O senhor retomou a escola, quer dizer, depois de ter acabado o curso, retomou para o completar como engenheiro no IME?

H.L. – É, para o curso de engenharia militar. E justamente quando estava fazendo esse curso, as aulas foram interrompidas e fomos mandados nos apresentar à tropa para a eventualidade de sermos mandados para a guerra. Mas a guerra, graças a Deus, acabou mais cedo.

P.F. – Aí o senhor já era segundo tenente?

H.L. – Já, fui promovido a segundo-tenente com dois anos de aspirante a oficial.

P.F. – E isso era comum?

H.L. – A nossa turma foi das que menos tempo demorou para ser promovida. Anteriormente, como havia excesso de oficiais, as vagas destinadas aos aspirantes eram muito poucas. Alguns aspirantes a oficial passaram três a quatro anos antes de serem promovidos a segundo-tenentes.

P.F. – Quer dizer que só na medida em que havia promoção de segundo-tenente se abriam vagas para promoção dos aspirantes?

H.L. – É, quando os segundo-tenentes fossem promovidos a primeiros haveria vagas de segundo-tenente, e os aspirantes então eram promovidos nas suas vagas.

P.F. – E não havia um tempo fixo, um prazo fixo para isso?

H.L. – Não havia prazo fixo; dependia da maneira pela qual se processavam as vagas.

P.F. – Então, a profissão de militar era uma profissão que exigia uma abnegação muito grande, não é?

H.L. – A profissão militar, de um modo geral, exige abnegação. Os militares são os que se preparam de antemão para uma eventual guerra e se houver qualquer guerra eles naturalmente terão que se envolver e além disso, para preparar seus compatriotas. É uma profissão que a gente começa obedecendo e aprendendo, antes de mais nada, a sofrer; é uma profissão dura de ser desempenhada; a abnegação é um dos elementos capitais para o bom desempenho da profissão.

P.F. – Talvez por isso, nesse tempo pelo menos os oficiais de postos superiores muitas vezes se dedicassem mais a cargos públicos ligados à administração do que propriamente à corporação, não?

H.L. – Não era tão grande assim esse número. Na antiga Escola Militar da praia Vermelha, os engenheiros militares tinham uma formação muito boa e eram os melhores engenheiros de que o Brasil dispunha naquele tempo. Por isso, eles foram chamados para outras funções, na qual a sua qualificação profissional, a sua capacidade técnica era imprescindível. Alguns poucos eram também arrastados para a política, pois a política sempre é o aspirado de todas as profissões. Nem a profissão militar, infelizmente, escapa desse aspirador.

P.F. – Como é que o senhor via essa questão da política dentro do Exército?

H.L. – Nessa fase da nossa vida, a intervenção da política dentro do nosso Exército era muito pequena, a não ser nas lutas intestinas que nós tivemos. Tivemos essa Campanha do Contestado, devido essa questão de limites; depois tivemos a revolução de 22; depois tivemos São Paulo em 24; depois tivemos 30; depois nós tivemos 32; depois tivemos os comunistas em 35. Em que será que nós falhamos? Numa fase relativamente curta, quantas lutas intestinas tivemos no Brasil, com brasileiros sendo inimigos de brasileiros, com brasileiros matando brasileiros e fazendo sofrer brasileiros e brasileiras, homens, mulheres e crianças!

P.F. – O senhor acha que isso teria levado pelo menos alguns militares a perceberem no Exército não só uma corporação com finalidade de defesa externa, mas também uma corporação que tivesse também objetivo de garantir a paz interna ou a ordem interna?

H.L. – Isso nós fazemos desde o dia em que nos obrigamos a manter os poderes constituídos, as leis e a Constituição. Isso é fundamental para nós.

P.F. – Mas a Constituição de 91, isso é um fato muito curioso, ordenava ao militar que obedecesse à hierarquia e atendesse aos chamados da disciplina, contanto que essa

hierarquia e essa disciplina estivessem ao lado da lei. A própria Constituição de 1891 fazia essa restrição.

H.L. – Sempre a nossa obediência aos regulamentos militares está subordinada à lei suprema e à Constituição. Isso não oferece dúvida.

P.F. – Mas não ocorreu o problema de ser dada uma determinada ordem e um grupo resolver achar que aquela medida é uma medida legal, enquanto outro grupo acha que não é, que é ilegal?

H.L. – Esse drama foi vivido por numerosos militares de todos os postos, em várias épocas da história do Brasil. Eu tive a oportunidade de viver esse drama de uma maneira acentuada por duas vezes. A primeira vez foi em 1930 e a segunda, quando tive que dar o golpe. Em 1930 eu era instrutor da Escola Militar, quando começou a insurreição no sul e foi se desenvolvendo e progredindo. A Escola Militar, por causa da vacina obrigatória de 1904, se tornou a vanguarda dos nossos movimentos insurreccionais. Mas em 30 não participamos da insurreição: a Escola Militar só se passou para a nova situação quando nosso comandante foi ao quartel-general e voltou ordenando que hasteássemos a bandeira, como sinal de que se tinha aceito a nova ordem de coisas. Os aviões, de vez em quando, sobrevoavam o local para ver se o pavilhão estava hasteado. Quando o general voltou da cidade e deu a ordem, imediatamente pedi demissão da Escola Militar.

P.F. – Em 1930?

H.L. – Em 1930, época da revolução.

P.F. – Como é que se passaram os fatos? Não houve ninguém que tentasse sublevar a escola?

H.L. - Sim, houve.

P.F. – E como é que foram as coisas?

H.L. – Um oficial, que mais de uma vez tentou sublevar a escola, tentou entrar na parte do edifício em que estavam as nossas armas e a nossa munição, foi notado em tempo oportuno e não pôde fazer nada.

P.F. – Quem era ele?

H.L. – Não me lembro o nome dele. Além disso, na parte dos alunos havia alguns que estavam apoiando a sublevação. Tive, por exemplo, um incidente com um grupo de alunos, porque me mantive até o fim do lado do governo.

P.F. – Por que naquele momento o senhor se mantinha ao lado do governo?

H.L. – Porque durante toda a minha vida eu me mantive ao lado do governo. Não aceito a violência como solução para os problemas humanos e acho que a ordem deve ser mantida, desde que as Forças Armadas cumpram as suas obrigações perante a Constituição. Uma das maiores dificuldades que já atravessei foi quando tive que dar o golpe contra o Café Filho, aliás contra Carlos Luz, porque toda a minha formação religiosa, toda a minha formação moral e profissional funcionavam como obstáculos. Mas em 30 houve um momento em que um oficial ligado à insurreição estava no primeiro pátio, enquanto eu estava no segundo pátio, com uma formatura de alunos. Eu era capitão e quando mandei sair de forma, os alunos passaram para o primeiro pátio, voltando todos para o segundo pátio, em companhia do tal cidadão. Interpelei-os, porque estavam com gritaria e lhes chamei a atenção. Mas um deles disse: “A alma do cadete está vibrando?” Respondi então que ele não sabia o que estava dizendo: “Você não tem experiência da vida, não pode compreender o que está se passando no Brasil. Nós não sabemos qual será o nosso dia de amanhã, de sorte que não há razão para isso”. Nosso comandante, que também se manteve ao lado do governo, não ficou na Escola e foi nomeado comandante da Polícia Militar. Quando o novo comandante chegou, fui-me apresentar, como comandante do batalhão-escolar, que era a força máxima da unidade. Havia um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria, uma bateria de artilharia e um pelotão de engenharia. A infantaria era constituída pelo primeiro e segundo ano pelo curso preparatório, ao passo que as outras armas eram constituídas apenas pelos elementos do terceiro ano, porque era só no último ano que se passava para a arma.

P.F. – Então, o senhor era uma peça importante. Se o senhor resolvesse se sublevar teria condições de levar muita gente junto.

H.L. – Justamente, eu comandava um batalhão que era a força mais numerosa da escola e felizmente tinha a meu lado um outro comandante da engenharia, porque os da cavalaria e da artilharia estavam com os rebeldes. Nós, graças a Deus, não tivemos luta interna, pois os que apoiavam a conspiração não procuraram luta no interior da escola. Mas mesmo assim, durante a noite tínhamos que ficar de guarda. Havia na escola umas janelas guarnecidas com grades de ferro grandes – não sei se ainda há – e elas não são muito altas, mas ficam a dois metros e meio mais ou menos do solo, do lado de fora. Postava-se então um aluno nesta janela, com uma arma automática, metralhadora, pronto para defender a escola, com ordem de atirar caso houvesse qualquer aproximação de tropas. E eu ficava dormindo em minha cama de campanha, levantando-me de vez em quando sempre que os alunos me chamavam. Um dos alunos parece que pretendia dar o golpe, pois eu percebi quando ele tirou a munição da arma automática, para evitar que seus colegas pudessem se defender. A Escola Militar tem grande número de alunos que são filhos ou irmãos de militares, sendo natural que eles seguissem a orientação dos seus parentes mais experientes, mas os que poderiam

realmente ser classificados como revoltosos eram poucos e não chegaram a constituir um problema para nós.

P.F. – Nesse período nenhum dos revolucionários tentou se chegar ao senhor para conquistar as suas simpatias para o lado da revolução?

H.L. – Não, ninguém procurou me arrastar para a revolução. Nós estivemos lá completamente separados. Interessante, eu morava no Realengo e durante esse tempo não podia sequer ir à minha casa, vivendo minha vida na escola, isolado pelos edifícios.

P.F. – E naquele período anterior, de 1922, quando havia aquele problema do Clube Militar, do marechal Hermes, do episódio das cartas falsas, o senhor está lembrado desse período?

H.L. – Lembro.

P.F. – Como é que essa coisa repercutiu no senhor? Porque de um modo geral os militares sentiram o Exército como muito ofendido com o problema das cartas.

H.L. – Em 1922 eu fazia parte do Serviço Geográfico Militar; a nossa sede era no morro da Conceição um morro no centro da cidade.

P.F. – Acabou já, não é?

H.L. – Eu não sei, era um antigo forte, era uma fortaleza que foi utilizada para o Serviço Geográfico.

P.F. – Era ali onde é o Castelo agora, não é?

H.L. – Não, o Castelo é outro morro e foi derrubado; o morro da Conceição existe ainda. Mas nós, na Seção de Geodesia, naturalmente conversávamos a respeito do que se passava no Brasil. A situação estava se agravando a cada momento. Um dia, depois de acabado o trabalho, descíamos eu, um colega de artilharia – cidadão de uma inteligência muito brilhante e excelente profissional – e um outro companheiro, trocando idéias. Durante a conversa, chamaram esse meu colega de uma das janelas. Esse forte tinha uma entrada grande e alta, com um portão de grades de ferro muito largo. Uma rampa leva até uma certa elevação, ao nível da qual foram construídos os outros edifícios, e nós descíamos essa rampa, quando um colega chegou à janela e chamou um dos que me acompanhava: “Olha, estão chamando você ao telefone”.

[FINAL DA FITA 2-B]

H.L. – Enquanto ele foi falar ao telefone, nós continuamos, eu para a minha casa, e o outro colega para a dele. No outro dia houve a revolução no Forte de Copacabana. Qual não foi a nossa surpresa, mais tarde, ao sabermos que esse colega, João Carlos Barreto, estava lá! Foi chamado porque era da Seção de Geodesia, e o canhões do Forte de Copacabana só podiam atirar contra o mar.

P.F. – Eles eram calculados para atirar para o mar, não é?

H.L. – É, não podiam atirar para terra, os revoltosos queriam atirar sobre o quartel-general do Exército. Então, esse, que era um canhão potente para época, precisava ser reorientado, mas como eles não tinham lá ninguém capaz de fazer esse serviço procuraram José Carlos Barreto, que era da Seção de Geodesia. E assim foi feito. Um oficial da Missão Francesa estava no Ministério da Guerra quando um dos projéteis caiu no campo de Santana, e se retirou quando o brasileiro que o acompanhava disse: “Eles vão acabar acertando o Ministério”.

Há um outro fato, também ligado à minha pessoa. Meu amigo Vítor César da Cunha Cruz, meu colega do Colégio Militar e da Escola Militar, foi padrinho do meu primeiro casamento. Eu me casei com 21 anos e minha esposa tinha 16 anos. Era segundo-tenente. Esse meu colega, Vítor César da Cunha Cruz, foi para a Escola Militar, indicado por mim, quando saí da escola e entrei para o Serviço Geográfico. Eu era engenheiro militar e não tinha nenhuma especialidade. Como havia uma Missão Militar Austríaca, de elementos de capacidade profissional fora do comum, fora de série, como dizem hoje, que tinham vindo organizar o Serviço Geográfico Militar...

P.F. – Missão Austríaca, é?

H.L. – É, austríaca. Eu, então, sabendo disso, resolvi ir para o Serviço Geográfico mesmo com prejuízo, porque na Escola Militar eu ganhava 300 mil-réis a mais. Como tenente meus vencimentos somavam 450 mil-réis, de sorte que a diferença era grande, mas assim mesmo fui para o Serviço Geográfico Militar. Eu morava no Engenho Novo, de um lado do morro do Vintém, enquanto do outro lado, já no Méier, morava esse meu colega Cunha Cruz. Nós nos visitávamos amiúde. Nossas mães foram colegas na Escola Normal, de forma que a amizade de família já era antiga. Quando ele foi convidado para a revolta, teve que tomar o trem no subúrbio lá no Engenho Novo, para depois em Deodoro passar para o outro trem para ir para Resende. Ele lembrou-se de vir falar comigo, mas depois ele pensou: “Não, o Lott tem um bocado de filhos. Não vou levá-lo para isso não”. E não me falou nada. Só que eu, de manhã cedo, quando ia tomar o trem – eu ia da Central ao morro da Conceição a pé para economizar cem réis, para ir para o serviço geográfico – vi uma tropa da polícia ocupando a estação e fiquei surpreso. Quando indaguei o que tinha havido, me disseram que a Escola Militar tinha se revoltado, o forte também, que havia uma revolução. Um oficial de polícia estava falando disso e assim fiquei sabendo da revolta, seguindo direto para o Serviço Geográfico, mas lá não tive nenhuma missão.

P.F. – O senhor não participou daquelas assembléias do Clube Militar organizadas para discutir as tais cartas do Bernardes?

H.L. – Não, eu não acreditava que aquelas cartas fossem verdadeiras; achava uma coisa tão tola que um cidadão inteligente como o Bernardes não ia cometer. As cartas foram forjadas. Havia gente interessada em que o Exército se rebelasse, e alguns realmente se revoltaram, mas a luta da Escola Militar foi ruim, pois os alunos sofreram muito.

Meu primo e cunhado – porque minha esposa é minha prima irmã – Jorge Duffles Teixeira de Andrade, era aluno da Escola Militar em 22. Ele é mineiro e sua família, inclusive, simpática ao Bernardes, de sorte que ele não tinha razão política para entrar na briga. Mas entrou por camaradagem na revolta. Depois, quando foi sufocado o levante, os alunos foram chamados para dizer se tinham ido por sua vontade ou se tinham sido obrigados, e ele foi dos que disseram que foi porque quis ir. A partir daí começou o sofrimento dos alunos. Foram excluídos da escola, foram mandados para a tropa, depois foram expulsos do Exército. Esse meu primo não teve grandes dificuldades, porque seus pais e seu avô tinham indústrias em Sítio. Eram donos de uma fábrica de manteiga e queijo e de uma fábrica de cigarro, possuindo, além disso, fazendas, de sorte que ele foi trabalhar na administração, auxiliando seus pais. Um dia, quando ele já estava em Sítio, vieram dizer que tinha um homem muito fraco, parecendo tuberculoso, procurando-o.

Era um colega, chamado Mário Vitória, que sendo pobre não conseguiu se alimentar o suficiente e acabou tuberculoso. Esse meu primo era tão bom que conseguiu com os pais uma casa onde o amigo ficou alojado, sendo sustentado por ele. Vitória melhorou, pois o clima do lugar era muito bom, mas começou a ir a danças e não sei mas o quê, acabando por recair e morrer. E outro fato que mostra a extensão da perseguição é que esse meu primo, antes de trabalhar com os pais, quis ir para a Escola de Minas em Ouro Preto, na qual lecionava um tio. Ele chegou a matricular-se, mas foi expulso por ser revoltoso de 22. Então, foi uma perseguição mesquinha contra os alunos. Eles sofreram muito.

P.F. – Onde o senhor estava servindo em 24?

H.L. – Em 24, não me lembro agora.

P.F. – O senhor foi instrutor da Escola de Sargentos?

H.L. – Sim, mas não me lembro agora onde servia em 1924. Sei, porém, que me mandaram me apresentar ao Departamento da Guerra para ser designado para ir lutar contra os revoltosos de 24, lá encontrando esse meu primo. “O que é que você está fazendo aqui?” Ele já era aluno da Escola Militar, porque houve a anistia.

P.F. – Em 24 não houve anistia, o pessoal foi todo condenado.

H.L. – Não, então isso é em 32. Mas então eu perguntei: “O que é que você está fazendo aqui?” Ele disse: “Vim me apresentar para ir para a luta”. Interroguei: “Você foi chamado?” Ele respondeu: “Não, mas esse governo me deu a anistia, de sorte que é minha obrigação ir defendê-lo”. E foi. E ele lutou com tanta bravura que morreu com uma bala no peito, na frente de seu pelotão. Um homem bom, estimadíssimo, que distribuía com seus soldados os abrigos e guloseimas que a senhora dele, muito carinhosa e dedicada, lhe mandava. Morreu em combate.

P.F. – Marechal, a Missão Militar Francesa, que veio ao Brasil em torno de 1919, que modificações o senhor acha que trouxe para o Brasil?

H.L. – A Missão Militar Francesa trouxe grandes modificações. Os franceses mandaram para o Brasil um grupo de oficiais de primeiro plano, chefiados pelo general Gamelin, que iria mais tarde exercer funções muito elevadas na Segunda Guerra. E havia outros bons instrutores, inclusive um outro oficial que encontrei depois, quando fui aluno da Escola Superior de Guerra em Paris. Até então nossa instrução deixava muito a desejar, porque não tínhamos experiência de guerra, a não ser essas lutas intestinas. Entretanto, com o aparecimento de novas armas, a estratégia e a tática haviam evoluído muito, de sorte que era preciso que tomássemos contato com essas novas idéias. E justamente para isso é que a Missão Militar Francesa serviu. Ela atuou em todas as escolas: havia professores na Escola de Estado-Maior, instrutores na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e alguns auxiliares na tropa, mas principalmente nas duas primeiras. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais instruía tenentes e capitães para que eles se preparassem melhor para o exercício de suas funções. E a Escola de Estado-Maior ensinava os futuros chefes e futuros oficiais de Estado-Maior. De sorte que a Missão Militar Francesa prestou excelentes serviços ao Brasil.

P.F. – De certo modo, veio completar uma reforma do Exército, porque a primeira reforma seria a Lei do Sorteio, que instituiu o Serviço Militar obrigatório.

H.L. – A Lei do Sorteio foi bastante antes, em 1917. Tive um primo irmão que estudou medicina. Ele se chamava Mário e era filho do meu tio Hermano Lott, que morreu com 98 anos. Pois bem; Mário Lott foi convocado para se apresentar numa companhia que instalaram em Belo Horizonte, no Pavilhão da Imigração, nos arredores da cidade. Como a Escola de Medicina, ao contrário de outros órgãos, mandou a lista dos alunos que estavam na idade de serem convocados, quando foram fazer a convocação, chamaram vários de seus alunos. Essa companhia era comandada por um oficial muito traquejado, porém grosseiro, e tinha um sargento que também maltratava os soldados. Os alunos da escola superior, naturalmente, não aceitavam bem as grosserias do sargento e um dia combinaram de reclamar junto ao capitão das brutalidades que vinham sofrendo. O capitão, entretanto, talvez porque tenha sabido antecipadamente da intenção dos alunos, talvez por uma percepção subconsciente, no dia em que os alunos pretendiam reclamar entrou com o diabo no corpo no quartel e fez tanta grosseria, que eles disseram: “Não vamos perder tempo de falar com ele; ele é pior que o sargento”. Mais tarde comandi essa companhia e nela se passou aquele episódio que eu falei da vez passada, do soldado cujo pai veio me agradecer com lágrimas nos olhos a transformação do filho.

I.F. – Marechal, o senhor pegou o Exército sob influência alemã e depois essa transformação da Missão Francesa. O que é que nos poderia falar sobre essa mudança?

H.L. – A influência alemã foi pequena, porque veio através de alguns oficiais nossos que fizeram estágio na Alemanha, como o Armínio Borba de Moura, de quem já lhes falei. Eles naturalmente trouxeram alguma melhoria, mas eram oficiais de postos inferiores, de forma que com influência limitada. Por isso, a influência alemã não se fez sentir, nem profunda, nem extensamente no Brasil.

P.F. – O senhor acha que esses oficiais que estiveram na Alemanha chegaram a ser hostilizados?

H.L. – Não, nunca foram hostilizados.

P.F. – Mas também não chegaram a ter influência decisiva.

H.L. – Alguns tiveram. Bertoldo Kliger era um oficial ligado à Alemanha e exerceu várias funções sendo, inclusive, comandante das tropas revoltosas de Mato Grosso. Era um oficial de qualidades excepcionais, excelente oficial.

P.F. – E como é que se situava a questão dos armamentos nesse período?

H.L. – Nossos armamentos eram em geral alemães. Tínhamos fuzil Mauser e canhão Krupp. Eram os armamentos que nosso Exército tinha nessa fase. Inclusive, há pouco tive notícia da substituição dos canhões Krupp do Forte São João, que já estavam muito velhos.

P.F. – Mas o material de guerra era todo ele importado da Alemanha, não é?

H.L. – É, nessa ocasião nós fabricávamos munição em Realengo, na fábrica de cartuchos da infantaria. A munição para nossas armas portáteis – metralhadoras e fuzis – eram fabricadas lá no Realengo, na nossa fábrica.

P.F. – Mas este fato não deixava o país numa situação um pouco delicada em relação à nossa própria soberania?

H.L. – Não; naturalmente, é sempre arriscado estar dependendo de outro país para fornecimento de armamento. Não se sabe se no caso de o país necessitar entrar numa

luta de que lado vão ficar os fornecedores. É, realmente um risco muito grande. Felizmente, hoje já fabricamos uma boa parte do nosso armamento.

P.F. – Quer dizer que o senhor acha que a industrialização é que veio superar isso?

H.L. – Sim, naturalmente, mas também tive oportunidade de comprar armamento na Dinamarca para o nosso Exército. Mais tarde, tivemos metralhadoras Madsen, feitas na Dinamarca, que eram boas metralhadoras também.

P.F. – O senhor acha que os oficiais do Exército pensavam nisso, na necessidade de industrializar o país, a fim de acabar com essa dependência do exterior?

H.L. – Mas não adiantava os oficiais pensarem porque não existiam funções onde esses pensamentos pudessem ser postos em ação. Era evidente que precisávamos fabricar armamento. Já estávamos fabricando munições, mas os armamentos não podíamos. Depois, começaram a ser fabricadas armas para civis no Rio Grande do Sul.

P.F. – Nesse sentido, então, os governos da República Velha, que só viviam preocupados com o preço do café e com a agricultura, não era um governo que pudesse agradar muito ao Exército, não é?

H.L. – Mas para o Exército não se trata disso. Se o governo foi escolhido pelo povo nós, gostemos ou não gostemos, temos que servi-lo. Alguns deles, naturalmente, não nos eram simpáticos, tanto que houve alguns movimentos. Campos Sales não era muito simpático; o próprio Rodrigues Alves; com Bernardes nós sabemos o que se passou...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

3ª Entrevista: 31.10.1978

P.F. – Marechal, nessa entrevista gostaríamos de cobrir especialmente aqueles assuntos relativos à década transformadora de 1930. E para começar, nós pediríamos que o senhor nos refrescasse a memória de como a Revolução de 30 o apanhou como instrutor da Escola Militar do Realengo.

H.L. – Em 1929 fui pela terceira vez nomeado instrutor da Escola Militar. Nessa ocasião, tínhamos um número de alunos bastante grande, tendo sido, inclusive, necessário um aumento das instalações. Antigamente só havia o primeiro pátio, mas construíram uma outra área, que constituiu uma nova zona cercada pelos quatro lados, chamada de segundo pátio. Eu exercia a função de instrutor-chefe de infantaria. Era capitão e, como instrutor-chefe de infantaria, comandava um batalhão de alunos. A Escola Militar era constituída por dois anos no curso preparatório; depois dois anos de

curso geral, em que os assuntos relacionados às três armas eram ensinados; depois, no terceiro ano, os alunos eram orientados para as respectivas armas. De modo que só os alunos do terceiro ano é que pertenciam à arma específica de artilharia, cavalaria ou engenharia; os outros, enquanto estavam no curso geral, eram de infantaria. Daí sermos uma proporção muito grande em relação aos alunos das outras armas, tendo um batalhão de alunos, ao passo que havia apenas um esquadrão de cavalaria, uma companhia de engenharia e uma bateria de artilharia. E daí a influência maior que nós, instrutores de infantaria, tínhamos sobre a orientação da instrução, à manutenção da disciplina e à formação profissional dos futuros oficiais. Os alunos que entravam para o curso preparatório passavam quatro anos orientados pelos instrutores de infantaria e só um ano pelo instrutor da arma a que se destinariam mais tarde. De modo que tínhamos uma ascendência bastante grande sobre o conjunto dos alunos da Escola Militar.

Em 1930 ocorreu uma grande crise, devido às eleições, e que acabou desaguando na chamada Revolução de 30. A revolta se iniciou no Rio Grande do Sul e a Escola Militar não se envolveu nessa luta. Nós fizemos o possível para que a escola não se envolvesse, colocando nos pontos-chaves instrutores com um grupo de alunos armados para repelir qualquer tentativa de invasão.

P.F. – Como era o nome do comandante da Escola?

H.L. – Cavalcanti, Ele não transigiu e se manteve ao lado do governo até o fim. A revolução veio caminhando do sul para o centro do Brasil, progredindo até chegar ao Rio. Mas nós ainda nos mantivemos ao lado das autoridades constituídas até que o general Deschamps foi ao Ministério da Guerra e lá verificou que não era plausível continuar a luta e deveríamos aderir à revolução vencedora.

P.F. – Mas não chegou a haver tentativa de sublevar a escola?

H.L. – Sim, houve um oficial, cujo nome não me recordo, que por duas vezes tentou penetrar na escola. Numa delas conseguiu, sub-repticiamente, alcançar seu intento. Nós tínhamos lá um grande salão que servia de depósito para o armamento e a munição da infantaria. Nesse depósito, havia um sargento responsável pelo serviço e certo número de soldados que eram seus auxiliares, estando sempre, naturalmente, alguém de guarda. Não sei como esse oficial, fardado, conseguiu iludir a guarda e penetrar. Mas se não me falha a memória o coronel Rondon, que era na ocasião tenente, o descobriu e conseguiu impedir que ele levasse a fim os seus propósitos.

P.F. – Esse oficial era parente do marechal Rondon?

H.L. Era sobrinho, chamava-se Joaquim Vicente Rondon. Mas houve também um pequeno grupo de alunos que tentou levantar os colegas. Uma boa parte dos alunos da Escola Militar é parente – filho, primo, irmão, sobrinho – de outros oficiais do Exército, da Marinha ou Aeronáutica, de sorte que era natural que eles sofressem certa influência, embora, sendo de uma minoria muito reduzida, nada tenham conseguido. Chegou a haver um incidente, até certo ponto ridículo, quando eu estava no primeiro pátio e ouvi

um vozerio no terceiro. Fui ver o que era, e lá estavam os alunos reunidos em torno de um oficial, calando-se, porém, quando lhes chamei a atenção: “O que é que está se passando aqui?” Respondeu-me um dos alunos: “A alma do cadete está vibrando, seu capitão”. Apliquei-lhes, então, um sermão: “Vocês não sabem o que estão dizendo. Como é que pode a alma do cadete estar vibrando, quando nós vivemos uma situação dúbia, difícil de saber o que vai se passar no Brasil depois disso, e mesmo o que nesse momento se passa. Não sabemos o que o futuro nos reserva, de modo que o momento agora é de muita meditação, de muito cuidado”. E o problema se resolveu imediatamente. Mas o general Deschamps, indo ao quartel-general do Exército, de lá deu ordem para que a escola não continuasse ao lado da autoridade até então constituída, determinando que, como sinal de adesão, o pavilhão nacional fosse hasteado. Havia um avião que sobrevoava os quartéis do Rio para ver quais aqueles que já tinham aderido e, ao passar por lá, verificou que a Escola Militar já não estava contra a revolução. Imediatamente pedi demissão da Escola Militar e logo no dia seguinte de manhã cedo fui comprar estampilhas para selar meu requerimento. O general Deschamps foi nomeado comandante da polícia e, em virtude disso, substituído. Quando veio o novo comandante, fui-me apresentar e disse a ele o meu nome: “Agora, senhor comandante, tenho que lhe comunicar que pedi demissão da escola. Já entreguei o requerimento”. Mas ele, embora não me conhecesse pessoalmente, objetou: “Não faça isso. O senhor é um dos instrutores que mais conhece a escola e não deve ir embora. Seria um grande mal. Estou chegando agora e não conheço ninguém. A vinda de um outro oficial que também não conheça o meio traria novas dificuldades para mim”. Eu disse: “Mas há um fato a considerar: é a minha situação perante os alunos e a minha consciência. Fui vencido e não posso continuar numa posição que é uma posição de confiança”.

[FINAL DA FITA 3-A]

H.L. – “Eu exerço um cargo de confiança e, tendo sido contra a Revolução vencedora, não estou em condições de continuar nele. O senhor há de concordar comigo”. Ele concordou. Afastei-me da Escola Militar e mandaram-me apresentar ao general Deschamps.

P.F. – Não haviam sido tomadas medidas na Escola Militar de Realengo após a revolta de 22, para evitar que esses atos de insubordinação se repetissem?

H.L. – Medidas específicas não. Na Escola Militar ensinávamos os alunos a servir a pátria, a obedecer, a ser leais para seus companheiros e seus superiores. Isso é que nós ensinávamos. Quando eclodiu a Revolução de 30, nós tivemos que tomar medidas visando manter a Escola a coberto de qualquer tentativa de envolvê-la na luta.

P.F. – Agora, a quem o senhor atribui esse seu comportamento militar, sua filosofia quase de posicionamento do militar, acima de tudo de respeito à hierarquia, à disciplina, quer dizer, de não envolvimento nas lutas políticas? Em sua formação a que pessoa o senhor poderia atribuir esse espírito?

H.L. De um lado à hereditariedade. Na minha família inglesa, meu avô era inglês: Edward Willians Jacobson Lott. A família dele era de militares: o pai foi coronel e combateu contra os franceses no Canadá; o avô era *commodore* reformado da marinha inglesa; e ele mesmo quis entrar na Escola Militar inglesa, não o conseguindo porque não tinha altura suficiente. Então, desse lado, naturalmente, descendo de gente habituada a obedecer. Também do lado materno, meu avô, que era português, tinha um parente almirante – Joaquim Ferreira da Silva –, e esse meu avô era um homem de qualidades morais excepcionais, uma inteligência muito viva e teve grande influência. Meus pais, também. Minha mãe era professora. Mulher calma, nunca alterava a voz, mas nós a obedecíamos, como todos os seus alunos na escola. Papai era outro temperamento, irritadiço, mas sendo muito carinhoso compensava este fato. Então, minha formação deriva primeiro da hereditariedade e depois do lar em que fui criado. Mais tarde, com dez anos, fui para o Colégio Militar, onde tive muitos bons comandantes e bons instrutores. Convivi com oficiais responsáveis de primeira ordem, como Espiridião Rosa, que era o major principal responsável pela disciplina; Demócrito Barbosa, que era um de nossos instrutores, e ainda um auxiliar do Espiridião Rosa, responsável pela disciplina. Na Escola Militar, mais tarde, tivemos bons comandantes: Albuquerque de Sousa, que era um cidadão muito rígido, mas homem justo e cumpridor de seus deveres, que se fazia respeitado, apesar da dureza com que aplicava o regulamento. Isso também contribuiu para que eu me orientasse. Depois, quando saí aspirante, fui servir no 56º Batalhão de Caçadores, que tinha um bom comandante, Manuel Onofre Munis Ribeiro, e um bom subcomandante, o “major-fiscal” Fernando de Medeiros, engenheiro militar, cidadão de primeira qualidade, inteligente e capaz. Havia oficiais muito bons também, inclusive um que tinha feito um estágio de dois anos no Exército alemão, Armínio Borba de Moura, e isso tornava o quartel na praia Vermelha uma excelente unidade. Neste, com 19 anos, aprendi a instruir e educar cidadãos, alguns deles quase da idade da minha mãe. Esse foi então o ambiente de meus primeiros anos de oficial do Exército; depois disso, tivemos uma luta intestina, a guerra do Contestado, que me leva a tratar de um aspecto negativo da profissão. O militar tem em sua profissão muita coisa que o conduz a se sentir feliz, mas há um aspecto triste que é a possibilidade de combater até seus próprios irmãos, nas convulsões intestinas. Não há nada mais triste do que a gente ter que lutar contra nossos irmãos e até estar sujeito a matá-los, rendendo-se, embora dolorosamente, a esse aspecto negativo da profissão militar. O mundo todo evolui, o Brasil também evolui, mas de repente surge uma luta popular qualquer e somos forçados a intervir. Temos que ir contra os que estão do lado de lá, mesmo sem saber qual é a razão. Antes de intervir, temos que tomar uma decisão delicada, como a que eu tomei em 30. Mas como fazê-lo? Em 30, meu passado de sempre obedecer às autoridades constituídas fez com que eu tomasse aquela decisão. Não corri o risco de outros virem tentar influenciar minha pessoa, pois estava praticamente isolado do Rio. Em outras situações, contudo, o oficial está sujeito a várias pressões e se torna mais difícil ainda tomar uma decisão. Agora, depois de tomar decisão boa ou má, ele tem que combater os que estão do lado contrário, e isso é uma coisa muito triste para nós militares.

P.F. – Em 30, quando o senhor havia tomado tão decididamente essa decisão de ficar ao lado da ordem vigente, não ficou chocado com o fato de os oficiais-generais – Mena Barreto, Isaías de Noronha e Tasso Fragoso – terem, eles próprios, assim que foi deposto o presidente Washington Luís, ocupado o governo?

H.L. – Naturalmente, surpreendeu-me, mas estudando a situação vi que dado o panorama da luta era preciso que a situação se definisse em benefício do conjunto do Brasil. Era muito importante manter as autoridades constituídas, mas também era muito importante que uma guerra civil não se eternizasse com brasileiros matando brasileiros, brasileiros destruindo propriedade de brasileiros. Eles, por sua posição hierárquica, tinham conhecimento da situação e estavam em condições de julgar melhor do que nós, que estávamos embaixo. Não podíamos fazer senão aceitar a decisão deles e, a partir daí, seguir a nova orientação. Eu procurei sair da Escola Militar porque nela ocupava um lugar de confiança; outros, naturalmente, em outros setores fizeram a mesma coisa. Mas daí por diante tínhamos que obedecer ao novo governo que se constituiu. Não podíamos nos manter eternamente em situação de inimigos do governo constituído.

P.F. – Quer dizer que exista uma diferença grande, em termos da interferência das Forças Armadas na política, quando essa interferência se dá, porque oficiais superiores, com uma capacidade de reflexão maior sobre a realidade nacional resolvem interferir na vida política, e quando oficiais de patente inferior, como por exemplo os tenentes de 22 resolvem eles próprios fazer essa intervenção?

H.L. – Naturalmente, há uma diferença muito grande. A mim mesmo as circunstâncias obrigaram mais tarde a tomar decisão semelhante, no episódio da eleição do presidente Juscelino Kubitschek. Eu, nessa ocasião, tinha como ministro da Guerra feito tudo o que estava em meu poder para que a eleição fosse uma eleição completamente límpida, sem nada que pudesse pôr em dúvida a escolha do futuro presidente. Esforcei-me para que o povo tivesse plena liberdade de votar, sem que nada o compelisse a votar em um ou outro candidato, e tendo ele decidido votar, não houvesse nada que lhe dificultasse exercer sua decisão. Exatamente para isso é que se introduziu a cédula única. Embora sendo militar, fui falar até com Carlos Luz, então presidente da Câmara, para defender essa idéia, a fim de que o eleitor, em vez de receber a cédula de seus candidatos, a obtivesse do próprio governo no momento da votação, podendo então indicar com um simples traço o nome de seu preferido, a salvo de qualquer indiscrição. Além disso, tomamos providências para que em todo o Brasil plena segurança para o eleitor ir até os locais de votação sem que ninguém o ameaçasse, prejudicasse ou dificultasse o exercício do seu direito e dever de voto, colocando em vários lugares nossa tropa postada de modo a que ninguém pudesse atrapalhar as atividades eleitorais. Um dos ministros, o ministro da Justiça, disse que aquela tinha sido a eleição mais correta até então havida no Brasil. Então estava tudo às mil maravilhas. Tinha havido uma eleição, a eleição foi feita dando ao eleitor a possibilidade de votar em quem ele desejasse, e nada o compeliu a votar em um ou outro candidato. Essa tinha sido uma eleição respeitável. E se tinha sido respeitável deveria ser respeitada, e assim foi, até que começaram a surgir os resultados. Porém, quando os resultados mostraram a vitória de um dos candidatos, a situação começou a se complicar. Turvou-se a atmosfera e não presenciei mais aquele clima de limpidez em que vivíamos. Para mim, era uma situação *sui generis*, porque eu tinha votado no outro candidato. Votei em Juarez Távora, pois o conhecia; não conhecia Juscelino Kubitschek, apesar de ser mineiro. Aliás, meus parentes de Minas eram da UDN, inimigos de Kubitschek, de sorte que as poucas informações que me davam eram contrárias a ele. E o partidarismo desses meus parentes era de tal ordem que um de meus primos, médico, oficial da polícia mineira,

para quem solicitei uma transferência na época em que ocupei o Ministério da Guerra, quando eu fui candidato à presidência da República, procurou me desmoralizar, dizendo que me conhecia, porque era meu primo. Vejam até que ponto vai a paixão política! Eu já tinha visto, quando menino, os extremos a que chega a paixão política, na eleição Hermes-Rui, que desencadeou uma tremenda luta entre civilistas e os hermistas, os primeiros partidários do “Águia de Haia”, os outros do burro, do Marechal Hermes. Nessa época, isso deu lugar a lutas e discussões na família, pois uns estavam com Hermes e outros com Rui.

P.F. – Seu pai era hermista?

H.L. – Meu pai era. Mas então, como tive oportunidade de observar os extremos a que chega a paixão política, compreendi que naquele momento era preciso que o povo fosse obedecido na sua escolha. Por que o convocaram? Hoje dão alimentação e transporte; naquele tempo não. O cidadão ia à sua custa, passando às vezes fome para votar. Como seria possível, depois de ele ter votado, ter se submetido a sacrifícios, passar-se uma esponja em cima? Era isso que eu sentia em minha consciência; agora, meu coração naturalmente estava com Juarez Távora, que era meu companheiro de armas. Conhecia Juarez de bastante tempo, sabia de suas boas qualidades...

P.F. – Mas o senhor separava o cidadão Henrique Lott do militar Henrique Lott?

H.L. – Não, não, o dever do militar Henrique Lott era servir a pátria, não servir a seus sentimentos, paixões ou inclinações. Não há dúvida de que houve uma luta de algumas horas em minha consciência, até que tomei a decisão de agir no sentido de manter o resultado das eleições, de fazer respeitar o resultado das eleições. Esse é o drama que muitas vezes vive o militar.

P.F. – O fato de o senhor ter votado no Juarez deve ter lhe dado um respaldo moral muito grande frente à sua própria consciência para fazer aquela intervenção, porque naquele momento o senhor estava sacrificando a sua inclinação de cidadão em função da sua inclinação militar.

H.L. – Não, não, não; na ocasião não considerei muito esse aspecto, mas me ative principalmente ao que diz respeito a meu dever de oficial do Exército, como homem que exercia uma função de grande importância para o futuro do país. Era preciso que eu tomasse uma decisão em que os interesses do Brasil fossem devidamente respeitados.

P.F. – Agora, de certo modo, nas duas situações, a de 1930 e a de 1955, podemos encontrar uma semelhança, não? A oposição também reclamou muito em 1930 de que as eleições haviam sido fraudadas, de que não haviam sido honestas, de que Washington Luís havia tentado impor um candidato à nação e nesse caso a intervenção do Exército teria sido uma intervenção saneadora, com um espírito saneador, como essa sua intervenção em 55.

H.L. – Mas a situação em 30 era muito diferente. Antigamente os chamados “coronéis”, que eram chefes políticos do interior, tinham certa influência sobre os eleitores da em que viviam e procuravam orientar os seus eleitores. Eram eles que tomavam as decisões, alguns naturalmente com patriotismo, outros talvez por outras razões não tão respeitáveis, mas o fato é que as eleições nessa época tinham essa faixa negativa. Não havia uma boa clareza do que realmente se tinha passado.

P.F. – Mas nessa eleição de Getúlio Vargas e João Pessoa contra Júlio Prestes, a oposição, a Aliança Liberal...

H.L. – A oposição aí dizia que o outro tinha dinheiro, dinheiro de São Paulo. Era esse o argumento capital. Mas o fato é que houve luta, felizmente menos cruenta do que era de se temer. O Brasil atravessou anos sob ditadura, mas os brasileiros não continuaram a se digladiar, a matar uns aos outros e destruir...

P.F. – E os resultados para o Exército? O que a Revolução trouxe de 30 trouxe para o Exército?

H.L. – Como nessa ocasião eu era apenas capitão, não estou em condições de avaliar com segurança o que a Revolução de 30 trouxe para o Exército, mas transformações muito grandes não trouxe. Trouxe foi nas carreiras. Eu, por exemplo, tive minha carreira muito retardada pelo fato de ter sido contra a revolução. Tomei muitas caronas: de capitão para major e de major para tenente-coronel, tendo minha carreira prejudicada pelo fato de haver ficado do lado das autoridades constituídas. Naturalmente, outros colegas que tiveram atitude idêntica à minha também devem ter sofrido, mas houve aqueles que se beneficiaram. Eu era aspirante a oficial, estava na praia Vermelha, servindo em um batalhão comandado por um coronel, cujo filho acompanhou de calças curtas uma marcha de treinamento que fizemos da avenida Pedro Ivo até a praia Vermelha. Pois bem, esse cidadão, que eu conheci de calças curtas, saiu major na minha frente, saiu tenente-coronel, saiu general, mas deixando fumaça... Essas injustiças são as conseqüências das lutas intestinas. Eu, durante o tempo em que fui ministro da Guerra, procurei por todos os meios a meu alcance evitar aqueles que tiveram uma posição contrária fossem prejudicados em suas carreiras. Apenas tomava providências para que não fossem servir em funções que envolvessem comando de tropas, para que não pudessem tentar outra vez derrubar o governo constituído. Mas se eram oficiais de Estado-Maior, eu os colocava em funções de Estado-Maior, garantindo-lhes o direito a uma gratificação especial. Esse era meu dever de justiça. Não sabia que razões os haviam levado a tomarem a atitude que tomaram. Em outros momentos, eu próprio tinha custado muito a me decidir, de sorte que era natural que eu respeitasse a decisão deles.

P.F. – Estive levantando as suas promoções e observei um fato curioso: primeiro, que entre 30 e 1938 o senhor só teve uma promoção, a major em 33, indo depois em 38 a

tenente-coronel e em 40 vai a coronel. Mas essas três promoções foram dadas por merecimento!

H.L. – Mas há um fato interessante: na primeira promoção, a major, além daqueles que tinham sido propostos pela Comissão de Promoção, foram promovidos por merecimento outros oficiais, que não podiam ser promovidos nas vagas de merecimento. Esses oficiais eram mais antigos do que eu e foram colocados acima de mim no Almanaque, de sorte que eu fui prejudicado, e eles foram indevidamente promovidos. Cheguei a fazer um requerimento pedindo reconsideração, mas ele foi indeferido.

P.F. – O senhor pode explicar como é essa questão das promoções? Existem vagas por merecimento e vagas por antigüidade?

H.L. – Há vagas por antigüidade e vagas por merecimento, guardando certa proporção, conforme o posto. O oficial que vai ser promovido por antigüidade tem que ter certos requisitos; em geral, tempo de serviço. Agora, o oficial promovido por merecimento, tem como requisito o exercício de funções de carreira nas quais tinha prestado serviço relevante, destacando-se de seus pares. Como o número dos propostos é maior do que o número de vagas, cabe ao governo então escolher aqueles que serão promovidos. Infelizmente, nem sempre esse critério de escolha dos propostos era feito corretamente, com seriedade, de sorte que houve oficiais inadequadamente propostos a promoção por merecimento.

P.F. – Nesse período entre 30 e 37.

H.L. – Não, sempre houve. Durante o tempo em que fui ministro lutei muito para modificar essa coisa e, com esse objetivo, procurar fazer uma espécie de catalogação dos oficiais na qual a vida de cada um deles era expressada em pontos. Computavam-se os cursos, as notas obtidas nesses cursos, os lugares onde o oficial havia servido, as lutas de que havia participado, os elogios recebidos por atos de bravura nessas lutas, além de outros pontos. Assim, cada um dos pontos era avaliado, tirando-se depois um somatório em função do qual era feita a classificação que daria lugar à proposta de promoção por merecimento.

P.F. – Essas injustiças nas promoções podem inclusive dar origem a inimizades.

H.L. – Naturalmente; em geral nós dizíamos, na linguagem da profissão – e ainda hoje parece que se usa a expressão – “tomar carona”. Tomar carona significa ser o militar preterido em sua promoção por outro mais moderno, quando sabemos que às vezes um oficial mais moderno pode ter mais merecimento do que o mais antigo. As “caronas” então, criam uma situação desagradável inclusive, a meu ver, para aquele que caroneou, pois ele não pode se sentir bem diante de sua consciência, tendo passado indevidamente a frente de um companheiro de turma ou um amigo.

P.F. – Também observei – e não sei a que atribuir – que nesses postos que o senhor foi promovido por merecimento (major, tenente-coronel e coronel) outros militares também tinham sido promovidos por merecimento. Por que acontece isso? É uma coincidência?

H.L. – Na Revolução de 30, aqueles que participaram ativamente da revolução tiveram a sua carreira acelerada. Alguns, com dois anos de capitão, foram promovidos a major e daí subiram como fogueiros. Algumas vezes, também nas nossas lutas intestinas, oficiais têm sido promovidos por bravura. A situação os leva a praticar certos atos de bravura que, sendo notados pelas autoridades, baseiam mais tarde sua proposta de promoção. O general Zenóbio, por exemplo, foi promovido por bravura umas duas vezes.

P.F. – Mas quem tinha participado da Revolução de 30 eram especialmente os oficiais mais modernos, os tenentes de 22. Através da aceleração da carreira desses oficiais se tendia a equilibrar a situação da hierarquia no Exército, uma vez que depois da Revolução de 30 iríamos presenciar toda aquela força e prestígio dos tenentes...

H.L. – Mas a Revolução de 30 não foi feita pelos tenentes de 22. Alguns deles, que ficaram em vários lugares, inclusive no Norte, com o Juarez Távora, de fato influíram bastante para que a unidade em que eles serviam participasse da revolução, mas eles eram um número muito reduzido em relação aos que fizeram a Revolução de 30. Compreendeu? Em geral a influência que os oficiais de postos baixos tiveram na Revolução de 30 foi relativamente pequena. Mas eles se aproveitaram, não só do fato de terem sido revoltosos de 22, como de terem participado também de 30.

P.F. – Eu estou me referindo ao seguinte: depois da Revolução de 30, nós presenciamos a organização do Clube 3 de Outubro, onde se reuniram os tenentes com alguns oficiais superiores – Góis, inclusive; Pedro Ernesto, que era prefeito aqui do Distrito Federal –, e houve as interventorias estaduais colocadas nas mãos dos tenentes. Então, penso que com todo o prestígio político que Getúlio tinha dado aos tenentes, quer dizer, aos oficiais de patente inferior, não era difícil abrir-se um problema de hierarquia...

H.L. – Não, você está enganado. Getúlio não deu categoria de oficial, a não ser a alguns que tiveram carreira muito rápida, como por exemplo ao Cordeiro de Farias, que tinha tomado parte da Coluna Prestes e era um cidadão que tinha mostrado ser valente e competente. Houve um ou outro tenente nesta situação, mas de modo geral eles não se destacaram. Os da cúpula é que foram mais beneficiados. Houve prejuízo em relação aos que não tomaram parte na Revolução de 30, mas nem todos que participaram da Revolução de 30 tiveram a sua carreira tão acelerada assim.

P.F. – Tem outra coisa curiosa que eu reparei: comparando a sua carreira com a do Cordeiro de Farias, que é bem mais moderno, percebi curiosamente que, entre 30 e 37 o Cordeiro teve três promoções enquanto o senhor teve apenas uma; entretanto, quando terminou o Estado Novo em 45, o senhor tinha empatado com ele outra vez.

H.L. – Não, não.

P.F. – Eu acho que os dois eram generais-de-brigada quando terminou o Estado Novo; ou seja, o senhor teve mais promoções que ele nesse período e ficou empatado ou somente um posto atrás, quando antes estava três.

H.L. – A nossa carreira tem um tempo e nós não podemos passar por cima disso...

[FINAL DA FITA 3-B]

P.F. – Marechal, ainda sobre as conseqüências da Revolução de 30: muita gente tem acentuado que após a Revolução de 30 o Exército teve benefícios muito grandes quanto a alocação de verbas, recursos, construção de quartéis, pagamento em dia do soldo dos oficiais. Houve gente que reclamou pelo fato de, no período anterior à Revolução de 30, o próprio pagamento dos oficiais atrasar muitas vezes, submetendo-os a uma situação de extrema penúria, mas estes elementos ressaltam que essas distorções teriam sido minoradas, pelo menos.

H.L. – Antes de 30 não havia atraso no pagamento dos nossos vencimentos; nós sempre fomos pagos em dia. Isso não houve. Quanto a benefícios de construção de novos quartéis, eu não estou em condições de esclarecer, porque não acompanhei este aspecto. Mas o Exército aumentou, de sorte que era naturalmente necessário que fossem construídos novos quartéis. Fosse a revolução ou não fosse, seria imprescindível, porque não poderíamos botar soldados dormindo debaixo de árvores. E o Exército aumentando de número, era necessário que também aumentasse o número de seu armamento, impondo-nos a necessidade de comprar novas armas. Isso não foi propriamente uma conseqüência da Revolução de 30, mas resultado da evolução do mundo e da evolução do Brasil.

P.F.- Em 1934 se reuniu aqui a Assembléia Constituinte para dar uma nova conformação legal ao país. E a Constituição de 34 acaba, perece, trazendo alguns benefícios ao Exército ou pelo menos definindo um capítulo inteiro sobre a segurança do país, inclusive a questão das regiões militares e parece, inclusive, incorporando muitas coisas das reformas que Góis Monteiro já havia pleiteado levar a efeito em 1934. O senhor acompanhou de perto? O senhor estava no Estado-Maior nesse período?

H.L. – Não, não acompanhei, pelo menos não me recordo dessas modificações.

P.F. – O Góis, parece, fez uma reforma na organização militar, dando mais força ao Estado-Maior do que ao Ministério da Guerra. Antes de 30, a força principal, inclusive relativamente à instrução militar, estaria com o Ministério da Guerra, e em 34 Góis

Monteiro faz uma reforma que transfere esse poder do Ministério da Guerra para o Estado-Maior do Exército.

H.L. – Não estou em condições de falar sobre isso, mas de um modo geral, a função do Estado-Maior é relativa à preparação do Exército para a guerra, por meio da educação e da formação profissional-militar. O Ministério da Guerra, por outro lado, tem a responsabilidade de administrar o Exército no seu conjunto e também comandá-lo em tempo de paz. O ministro da Guerra é um representante do presidente da República, que é o chefe das Forças Armadas, e tem subordinadas a ele as regiões militares. Estas, por sua vez, têm seus comandantes e também seus estados-maiores, duplamente subordinados estes últimos ao comandante da região e à orientação do Estado-Maior do Exército. Há uma subordinação de comando e outra de orientação.

P.F. – Algumas pessoas afirmam, inclusive, que o Góis teria feito essa reforma de dar mais força ao Estado-Maior em termos de instrução, como o senhor falou, estando esta forma de organização mais ligada à escola alemã que a escola francesa. Mais tarde porém, Dutra, em 38, já durante o Estado Novo, teria transferido todos os poderes do Estado-Maior para o Ministério da Guerra, quase esvaziando de sentido aquele órgão.

H.L. – O Exército brasileiro, a sua modificação de constituição, de organização, e de funcionamento devem bastante à Missão Militar Francesa, que aqui esteve com um chefe de primeira ordem – General Gamelin – trazendo também oficiais muito bons, como por exemplo o coronel De Rougement, que foi meu chefe na Escola de Estado-Maior. Uma plêiade de oficiais de primeiro plano veio para o Brasil e, em contato com os chefes das nossas organizações militares, propôs modificações visando à melhoria do Exército no seu conjunto, em termos de constituição, funcionamento, aparelhamento material, instrução. Todos os aspectos da vida do Exército foram influenciados pela Missão Militar Francesa. Agora, o general Góis Monteiro – eu o conheci porque fomos colegas, embora ele tenha pertencido à cavalaria e eu à infantaria, pois estudamos engenharia juntos – era muito inteligente, muito capaz, muito trabalhador. E um aspecto interessante da Revolução de 30: Góis, embora tenha sido a mola real da Revolução, não ficou no poder. O governo foi entregue a Getúlio Vargas, justamente o candidato que se queria eleger para a presidência da República.

P.F. – Por que o senhor acha que Góis Monteiro foi a mola real da Revolução de 30?

H.L. – Góis ocupava uma posição importante no Rio Grande do Sul e, sendo homem muito ativo, se movimentou com rapidez e inteligência de modo a conseguir que vários setores agissem tanto quanto possível ao mesmo tempo. Assim, mediante tais esforços conjugados, o Rio Grande do Sul pôde, como uma grande mola, abafar o resto do país à sua frente. Pois bem, Góis conduziu as operações rapidamente rumo a São Paulo, não ficou perdendo tempo lá do Sul. Ele veio logo. De sorte que a vitória da Revolução de 30 é devida em grande parte à sua capacidade militar.

P.F. – Por que o senhor acha que ele acabou não subindo ao poder?

H.L. – Eu não sei, mas deve ter sido questão de foro íntimo. Se ele tinha feito uma revolução para que o cidadão que tinha sido prejudicado nas eleições assumisse as funções presidenciais seria, afinal de contas, uma patifaria.

P.F. – Marechal, outra questão muito debatida na Constituinte é a questão das Polícias Militares, das forças estaduais, que pelo menos antes de 30 competiam em larga escala com o próprio Exército. A questão é muito discutida e acaba sendo resolvida, de certo modo, contra o Exército, porque elas continuam a existir e com uma força muito grande, pela Constituição de 34. Como o senhor via essa questão?

H.L. – As Polícias Militares eram necessárias para que os estados a que elas serviam tivessem sua ordem pública mantida. É esta a função específica da polícia, pois o policiamento civil, em certos casos, exige o emprego de força, que cabe então à Polícia Militar. É bem verdade que muitas vezes agitadores políticos procuravam serviços dessas polícias para conseguir alcançar seus objetivos. Nós tivemos em São Paulo uma revolução em que a Polícia Militar mais uma vez se envolveu, mas o Exército não podia impedir os estados de ter a seu serviço os elementos de que eles necessitam para garantir a ordem pública, o sossego de sua população. Era necessário simplesmente que escolhessem devidamente os seus comandantes e, quanto a esse aspecto, houve alguns militares que comandaram essas polícias. Por outro lado, era necessário também que o chefe do Exército, agindo junto à presidência da República, influísse sobre os governadores de estado no sentido de lhes pedir que não fizessem da Polícia Militar uma rival do Exército no campo nacional. Elas deveriam servir a um determinado propósito de manutenção da ordem pública no estado, e não para dar a esse estado condições de lutar contra a unidade da Federação ou contra a própria União, em prol dos interesses regionais.

P.F. – Mas algumas polícias possuíam uma força de certo modo exagerada. Dizem por exemplo que o Força Pública de São Paulo tinha até aviões e que a Missão Francesa começou exatamente em São Paulo. Os estados compravam, antes de 30, armamentos direto de fora, estabelecendo, de certo modo, uma competição com o poder federal.

H.L. – Não era propriamente competição. Há um fato, que acho que citei anteriormente, ocorrido com a polícia de Minas. A polícia de Minas foi durante muito tempo indisciplinadíssima. Eu mesmo tive oportunidade de sentir essa indisciplina quando, sendo aspirante a oficial e mesmo estando de farda, quase fui apunhalado por um soldado da polícia mineira. Mais tarde, servi em Belo Horizonte e tive a oportunidade de sentir a transformação por que passara a polícia de Minas, graças a um único homem, que aliás, era suíço. Esse suíço era um homem de qualidades tão acima da média que fez com que a Polícia Militar mineira se transformasse: de desordeira, indisciplinada e violenta, ela passou a ser ordeira, disciplinada e eficiente. Dava gosto, por exemplo, ver-se uma parada da polícia de Minas depois que esse suíço esteve lá um certo tempo.

P.F. – Quando o senhor falou na polícia de Minas, eu me lembrei de que, em 1930, quando Washington Luís sente que Minas está contra ele, procura deslocar oficiais fiéis para as guarnições do Exército sediadas em Minas Gerais, que vai ser realmente um dos estados que mais resiste à revolução. No entanto, a Polícia Militar de Minas estava completamente infiltrada de elementos contrários ao governo federal, colocados pelo governador Antônio Carlos. Então, essa autonomia que dá aos governos estaduais o direito de nomear os comandantes das polícias militares pode trazer problemas para a ordem também?

H.L. – Sim, mas é uma questão de falta de noção de responsabilidade dos governadores em relação a seus deveres para com a União – não só com o poder federal, mas com a união dos estados – pois estamos todos servindo a uma mesma pátria. É preciso que nenhuma parte se considere como tendo mais direitos que as outras, por mais desenvolvida que ela seja ou por mais atrasadas que sejam as outras.

Eu tive, no exercício das funções inerentes à minha profissão, a oportunidade de conhecer muitos lugares do Brasil. Servi na Amazônia – em Belém do Pará –, no Nordeste – na Paraíba –, em Mato Grosso – em Campo Grande e em Cuiabá –, no Rio Grande do Sul – em Santa Maria –, em São Paulo – em Lorena e na capital –, em Belo Horizonte e aqui no Rio também, naturalmente, que é o lugar onde passei mais tempo. Então, tive oportunidade de ver o que é o Brasil – as suas grandezas e suas dificuldades, seus tropeços, suas misérias – e perceber que não é homogêneo. A heterogeneidade brasileira é uma consequência não só da configuração geográfica, mas também da maneira pela qual o país foi colonizado e da ordem e localização das riquezas que aqui foram encontradas. O ouro, diamantes e depois o café deram lugar a que certas áreas se desenvolvessem mais rapidamente que outras. O clima é uma outra condição importante, pois o europeu, achando mais interessante viver em climas mais favoráveis, estabeleceu um fluxo de migração para certas áreas em que as condições climáticas eram mais próximas daquelas a que eles estavam acostumados. Então, assim se explica essa desigualdade de desenvolvimento, essa disparidade, que embora até hoje exista, vai-se adoçando com o passar do tempo, diminuindo naturalmente, mas sem cessar completamente. Os Estados Unidos, que são um país muito mais adiantado que o nosso, independente há mais tempo do que nós, apresenta essas mesmas dificuldades, essas mesmas dessemelhanças.

P.F. – Mas o Exército foi um fator de unidade nisso tudo, não é?

H.L. – Sim, mas como já lhes fiz sentir o Brasil é uma exceção no panorama latino-americano, pois se conservou uno com seus 8.550 mil km², ao passo que na América espanhola nem mesmo os vice-reinados se mantiveram unidos. Nós mantivemos a unidade porque desde o começo tivemos um Exército brasileiro, enquanto nesses vice-reinados a tropa era constituída de espanhóis, não havendo entre o povo nem esse elo de comunhão de raça e de sentimentos, nem mesmo amor à terra. Por isso, eles se esfacelaram, e nós nos mantivemos unidos. É muito importante então para o Brasil, que haja sempre um perfeito entendimento entre as Forças Armadas e o povo. Eu peço a Deus que, por mais complicada que esteja a evolução do Brasil, jamais se modifique esse estado de coisas, tornando irreparáveis os danos causados por algum desentendimento.

P.F. – Quando eclodiu a Revolução Comunista de 35 o senhor estava aqui no Rio, não estava? Como é que foi esse movimento?

H.L. – Não pude acompanhá-lo de perto, porque nessa ocasião servia no Serviço Geográfico Militar, sediado no morro da Conceição num antigo forte dos tempos coloniais. Estávamos levantando a primeira carta do Distrito Federal e tínhamos conosco uma missão austríaca. Eu servia na Seção de Geodesia, constituída de elementos de primeiro plano no conhecimento desse setor, e estávamos atarefados com esta missão, inclusive seguindo algumas vezes para o campo, onde passávamos meses sem ver nossa família.

I.F. – Em 22 o senhor também estava no Serviço Geográfico Militar?

H.L. – Não, estava na Escola Militar.

P.F. – Em 34, segundo a informação de que disponho, o senhor tinha ido comandar em Mato Grosso um destacamento qualquer, vindo depois para o Rio.

H.L. – Não, estive em Mato Grosso, mas nessa ocasião já havia retornado. Em 35 não estava em função de tropa.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

4ª Entrevista: 7.11.1978

H.L. – Eu fui promovido a major em 1933. No ano seguinte, nomeado professor da Escola de Estado-Maior, exerci até o final do ano a função de subdiretor de ensino. Em 35 fui transferido para o comando do 18º Batalhão de Caçadores, em Campo Grande. Inclusive, enquanto eu estava no comando desse batalhão de caçadores, houve em Cuiabá uma série de incidentes que deram lugar ao afastamento do governador do estado, sendo nomeado então para governá-lo temporariamente o então coronel Newton Cavalcanti.

P.F. – O senhor se lembra qual foi esse incidente com o governador do estado?

H.L. – Não me recordo, apesar de haver estado bem envolvido nesse problema. Mas o governador do estado era um homem muito ativo, porém muito agitado, e isto gerou certas diferenças dele com a Assembléia Legislativa e com o governo central. Quando nomearam para substituí-lo o então coronel Newton Cavalcanti, este me pediu que o acompanhasse a Cuiabá, a fim de assumir o comando do 16º Batalhão de Caçadores.

P.F. – O senhor já tinha tido contato com o coronel Newton Cavalcanti antes?

H.L. – Sim, em outras funções anteriores, inclusive na Escola Militar, onde fomos instrutores no mesmo tempo.

P.F. – Em 30 ele estava também na Escola Militar, não?

H.L. – Não, mas nessa ocasião seguimos no mesmo avião para Cuiabá, onde ele assumiria as funções de interventor. A Assembléia deveria eleger um novo governador, mas como o pessoal de Mato Grosso era muito violento no exercício da atividade política, o coronel Newton Cavalcanti achou melhor tomar certas providências para que reinasse ordem durante a reunião. A Assembléia, naquele tempo, estava situada num edifício de um só pavimento, pouco acima do nível da rua. Eu, então, para garantir a segurança do local, isolei a área e estabeleci vários postos pelos quais ninguém podia passar na direção da Assembléia sem antes ser revistado para ver se não portava armas. E assim foi feito. Alguns dos deputados reclamaram, alegando que tinham imunidade parlamentar, mas eu lhes disse: “Há duas coisas a considerar: uma, são suas imunidades; outra, é questão de segurança e ordem. Eu sou responsável pela ordem, e isso no momento é mais importante do que suas imunidades. Pelo que já se passou anteriormente na Assembléia, acho necessário, em benefício dos senhores mesmos e de suas vidas, que se deixem revistar”. Eles acabaram concordando...

P.F. – Mato Grosso tinha uma tradição, pelo menos na República Velha, de política muito violenta, entre aquele pessoal do Generoso Ponce e acho que dos Caiados.

H.L. – Há um cidadão, cujo nome não me lembro agora, que tinha um grupo de bandoleiros, com o qual dominava grande parte do sul de Mato Grosso, sem que as autoridades pudessem intervir. Mas nessa oportunidade que eu estava descrevendo foi feita então a reunião e felizmente, graças a Deus, ninguém saiu ferido. Vejam como eu tinha razão em tomar aquelas providências. Tempos depois, já eleito o novo governador, durante outra reunião da Assembléia, um dos deputados feriu a bala um seu colega.

P.F. – Newton Cavalcanti, então, com seu auxílio, se limitou a presidir as eleições e depois se afastou novamente do governo?

H.L. – Ele foi para lá só com essa finalidade: assegurar a ordem durante o tempo que as eleições fossem realizadas até que um novo governador assumisse as funções.

P.F. – Quer dizer, mantinha então o Exército no episódio uma função de neutralidade.

H.L. – O Exército era responsável justamente para assegurar a paz em Cuiabá, durante essa fase da evolução política de Mato Grosso, sendo isto obtido, graças a Deus, sem maiores dificuldades. Depois eu voltei ao comando do 18º Batalhão de Caçadores, sendo ao fim do ano nomeado subdiretor de ensino da Escola de Infantaria, na Vila Militar.

P.F. – Já aqui no Rio de Janeiro?

H.L. – Sim, mas estive aqui pouco tempo, de setembro até fim de novembro, como subdiretor de ensino da Escola de Infantaria.

P.F. – Então, o senhor estava nessa Escola de Infantaria quando houve a Revolução Comunista de 35?

H.L. – Justamente, e há até um fato: nessa ocasião, tive necessidade de chamar atenção de um sargento, porque ele deixou de me cumprimentar, embora estivéssemos ambos fardados; chamei a atenção do sargento, ele reconheceu o erro, e eu não o preendi.

P.F. – Como é que foi o episódio, marechal?

H.L. – Eu estava indo para a Escola de Infantaria, que ficava na Vila Militar, quando um sargento que passava por mim na plataforma deixou de me fazer continência. Observei-o. Ele concordou, disse que estava errado e me pediu desculpas. Não o preendi. Nessa ocasião havia uma grande agitação no quadro de sargentos. O micróbio do comunismo já estava se espalhando no meio militar, sendo naturalmente as classes inferiores e os oficiais de menor patente os mais influenciáveis, porque o chefe comunista, Luís Carlos Prestes, era um tenente.

P.F. – Marechal, como o senhor vê a penetração comunista, na época, especialmente entre o pessoal subalterno, os sargentos? Que tipos de problemas o senhor, que teve uma vivência tão longa na tropa, acha que poderiam ser aproveitados pelos comunistas para tentar atrair esses sargentos?

H.L. – Os comunistas para conseguir adeptos acenam com a possibilidade das classes inferiores virem a governar. Então os trabalhadores, os homens do campo, os soldados, os sargentos, são os que eles dizem que vão governar. Naturalmente, há sempre em todas as classes, em todos os meios um certo número de pessoas que pretende subir rapidamente, tornando-se estes presa fácil dessa propaganda malsã.

P.F. – Existem nesse momento, que o senhor se lembre, reivindicações claras e específicas desses sargentos?

H.L. – Na ocasião, não tenho conhecimento de reivindicações de qualquer espécie, porque os sargentos... Não, nessa ocasião havia uma situação, a meu ver, injusta. Os sargentos serviam ao Exército e depois, quando chegavam a uma determinada idade, davam baixa sem serem reformados nem nada.

P.F. – Não tinham direito à reforma?

H.L. – Não havia direito à reforma.

I.F. – Nem aposentadoria nem nada?

H.L. – Não, porque em geral eles não serviam tempo suficiente. Era preciso prestar 25 anos de serviço, e eles não chegavam lá.

P.F. – Mas eles não cursavam escola antes?

[FINAL DA FITA 4-A]

P.F. – Está muito interessante, marechal, e eu queria que o senhor continuasse a nos falar sobre esse problema dos sargentos. Eles cursavam a escola, ingressavam como sargentos, no quadro do Exército, mas aí era pequeno o seu período de permanência?

H.L. – Não recorro agora exatamente qual a duração do período de serviço. Alguns talvez conseguissem servir o tempo suficiente para a reforma, mas outros não. Esta foi uma das coisas que, quando ministro da Guerra, procurei corrigir, determinando que o Estado-Maior do Exército estudasse uma solução para a situação dos sargentos. Eu achava que os sargentos prestavam serviços importantes ao Exército: uns exerciam funções burocráticas; outros, funções de natureza técnica, por exemplo, em transmissões; outros cuidavam do material, sendo os que lidavam com o material bélico os responsáveis diretos pela manutenção. Mandei, então, que estudassem a possibilidade de eles, quando terminassem o seu tempo de Exército, tendo bons serviços prestados, passarem a oficiais, como burocratas ou auxiliares do quadro técnico, especializando-se em transmissões, comunicações, material bélico, etc. Houve certa reação do Estado-Maior mas insisti, e minha idéia afinal foi levada a cabo, contribuindo assim para terminar com a maneira injusta como o Exército tratava os sargentos.

P.F. – Isso já ocorreu num período bem recente, quando o senhor era ministro da Guerra.

H.L. – Sim, eu justamente tinha conhecimento de todos os males e todas as injustiças, porque servi em várias funções, não só na tropa como nas escolas. Fui instrutor da Escola de Sargentos e tive, então, oportunidades de lidar com eles e ver como eram

dedicados, não só ao Exército mas também a suas famílias. Eles se preocupavam muito que os filhos tivessem uma vida melhor. Esforçavam-se para matriculá-los em escolas, sacrificando-se grandemente para orientá-los de maneira a terem uma vida mais feliz do que a deles. Era, afinal de contas, uma boa demonstração de amor à família, que é uma virtude de primeira ordem. E além disso, no serviço militar eram também dedicados, procuravam sempre cumprir os seus deveres. Eu só tive um problema mais grave com um sargento, quando era professor da Escola do Estado-Maior, mas só um. No mais, sempre foram excelentes auxiliares em todos os lugares em que servi.

P.F. – Esses sargentos eram ex-soldados que se engajavam no Exército?

H.L. – Justamente, houve duas fases. Numa primeira fase, como não havia Escola de Sargentos, os soldados, conforme a maneira que servissem, podiam ser promovidos a anspeçada, que havia antigamente, depois a cabo, depois a terceiro-sargento e assim iam subindo até, no máximo, primeiro-sargento. Só mais tarde passou a haver o posto de subtenente. Notem que estas promoções eram feitas sem que eles tivessem um curso, sendo ministrada apenas, na própria tropa, uma instrução aos cabos, de modo a habilitá-los à funções de sargento. Cada batalhão, cada regimento, cada unidade, era então orientado de acordo com o ponto de vista de seus comandantes.

P.F. – Essa era a chamada Escola Regimental?

H.L. – Não, a Escola Regimental era outra, que tratava de ensinar os assuntos de caráter geral. Mais tarde foi criada a Escola de Sargentos de Infantaria, da qual, durante um certo tempo, fui instrutor. Nessa escola, então, se matriculavam militares. Não me lembro agora a duração dos cursos, mas tenho a idéia de que era cerca de um ano. Eles ficavam submetidos a um regime intenso de educação, instrução geral, conhecimentos gerais, tática, educação física, instrução militar e exercícios de combate. Terminado o curso, se submetiam a exames e se aprovados eram promovidos a sargento, seguindo a carreira a partir deste posto.

P.F. – E o acesso ao oficialato?

H.L. – Não havia acesso ao oficialato.

P.F. – Eles não tinham possibilidade de ingressar na Escola Militar?

H.L. – Eles tinham oportunidade, como qualquer militar, tanto que muitos o fizeram. Aqueles que ao vir para o Exército já tivessem instrução secundária poderiam fazer o exame de admissão à Escola Militar. Agora, este direito estava limitado a certa faixa de idade, mas os que se matriculassem eram tratados como qualquer outro cidadão, mesmo sendo soldado, cabo ou sargento. Na Escola Militar, eram igualados, na condição de alunos.

P.F. – Quando não traziam consigo já essa formação de caráter geral, eles podiam adquiri-la, por exemplo, nessa Escola Regimental, não?

H.L. – Sim, mas era difícil, pois tinham de possuir uma inteligência muito viva e ser muito ativos para conseguir conciliar seus afazeres no Exército com o estudo. Mas alguns faziam isso; há casos dos que tenham conseguido.

P.F. – Só os elementos mais persistentes mesmo.

H.L. – Sim, só os mais persistentes e mais inteligentes é que poderiam fazê-lo.

P.F. – Mas se não me engano, embora existisse limite de idade para a Escola Militar, não existia esse limite, por exemplo, para a Escola de Veterinária. Então, por esse caminho, os sargentos sempre tinham a possibilidade de atingir o oficialato...

H.L. – Justamente; como o limite de idade era mais amplo, ao invés de fazer concurso para carreira das armas propriamente dita, eles podiam ir para a intendência, para a veterinária ou também para a Escola de Saúde. Além disso, era mais fácil. Inicialmente, muitos oficiais intendentos eram provenientes da classe de sargentos.

P.F. – Mas me parece que esse acabou sendo um problema de certo modo não solucionado, apesar de seus esforços no Ministério da Guerra. Ou, pelo menos, a revolta de sargentos e de marinheiros, que ocorreu posteriormente no governo do Jango demonstra que devia existir uma margem razoável de insatisfação desses elementos.

H.L. – Não sei, isso foi em 1963, eu deixei o Ministério da Guerra em começos de 60, de sorte que não sei o que se passou durante esses anos. Mas o senhor não sabe que no Brasil, como em outros países, os políticos procuram por todos os meios envolver os militares em benefício de seus ideais ou de seus interesses, e é difícil que todos os militares consigam deixar de ouvir o canto dessas aves, no caso de rapina, não é? O envolvimento militar na solução de problemas políticos, no meu modo de ver, está errado. Problema político deve ser resolvido no quadro político. Mas eu não posso falar muito, porque também em certa ocasião tive de interferir num problema de natureza política, se bem que estivesse numa função que não era tipicamente militar, que era militar e ao mesmo tempo civil, porque era ministro de Estado. Em toda a minha vida, tive oportunidade de ver como é que alguns políticos procuram se imiscuir nos meios militares para conseguir atingir os seus objetivos mais facilmente.

P.F. - Mas nesse caso específico que nós estamos trabalhando, dos sargentos me parece, como leigo, como civil, que de fato existe algum problema nessa área. Eu, por exemplo, que servi o Exército, passei lá alguns meses como civil, nem sequer perdi as minhas características de paisano, vejo na verdade o sargento como elemento muito mais

próximo da tropa e da instrução militar em si do que o oficial, que é sempre um elemento um pouco mais distante.

H.L. – Não, não, o oficial e o sargento, em matéria de instrução, estão igualmente próximos da tropa, porque quem dirige e ministra a instrução é o oficial, tendo em geral o sargento como um auxiliar. O oficial ministra direta e especialmente a instrução de combate, como todos os assuntos mais importantes da instrução militar, estando os sargentos na posição de colaboradores.

P.F. – Mas no dia a dia, eu acho que o soldado passa bem mais tempo junto do sargento do que do oficial. Pelo menos, o civil tem essa visão de que o oficial é um elemento que no quartel pensa as coisas, mas que quem faz mesmo, quem executa, quem está ali no dia a dia é o sargento.

H.L. – Não, não, naturalmente o número de sargentos é maior que o número de oficiais. Porém num quartel, por exemplo, há o comandante do corpo – regimento, batalhão ou grupo – e os comandantes de subunidades – bateria, companhia, esquadrão etc. Esses oficiais, então, têm um duplo papel – um papel de comando e um papel administrativo – na gerência dos recursos que o governo põe à disposição para a vida dessa unidade. A função dos tenentes é tipicamente a de ministrar instrução e garantir a segurança do quartel, havendo para isso um oficial de dia responsável durante 24 horas pela ordem e segurança do quartel. Esse oficial de dia é, em geral, auxiliado por um ou mais sargentos dessa tarefa. Nas companhias há também um sargento de dia responsável pela ordem. Não há um afastamento entre o oficial e o soldado. É natural que o sargento, sendo de modo geral recrutado num quadro social mais próximo daquele de onde sai o soldado, que este se sinta mais próximo dele do que do oficial. Mas isto não significa que haja uma classe de sargentos, uma classe de soldados, uma classe de oficiais. São apenas quadros com funções diferentes, responsabilidades diferentes e naturalmente situação hierárquica e autoridade diferentes. Mas todos colaboram para um fim comum, que é a instrução, preparação da tropa para a guerra e, durante o tempo de paz, para a manutenção da ordem pública no país.

I.F. – Marechal, pelo que eu estou vendo o sargento tem às vezes quase que uma missão de confiança do oficial...

H.L. – O sargento tem uma missão de confiança. O auxiliar do oficial de dia é um elemento de grande importância. Além disso, os sargentos que servem nas companhias ou baterias exercem também a função de oficiais de dia. E há o comandante da guarda, que é um sargento responsável pela segurança da entrada e do perímetro do quartel. Os sargentos, então, são auxiliares imediatos, fazem todas essas tarefas relacionadas com a segurança e a ordem.

I.F. – O oficial tem liberdade para escolher o sargento com quem deseje trabalhar?

H.L. – Não, não há liberdade, há escalas. O oficial tira serviço como oficial de dia de acordo com certa escala, da mesma forma em que o sargento também se submete a uma escala em que todos se revezam.

P.F. – A impessoalidade é a regra do relacionamento entre os militares, não é?

H.L. – É, entre nós...

I.F. – Então, num momento de crise, como na época do governo Jango, era realmente um grande perigo essa força dos sargentos?

H.L. – Era perigo e ao mesmo tempo não era. A prova é que nada conseguiram. Tentaram, mas não conseguiram. Não é possível se levantar a tropa sem um consenso não só dos soldados, mas também de oficiais que lá estão. Por exemplo, em 1922 revoltaram a Escola Militar, a Escola de Aviação Militar e o Forte de Copacabana. Mas no 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar, um capitão e mais alguns oficiais tentaram levantar a tropa mas não conseguiram, porque imediatamente os oficiais superiores dominaram a revolta. Na Paraíba, durante uma tentativa de rebelião, mataram um oficial e o quartel foi temporariamente ocupado, mas houve a reação e o movimento foi imediatamente abafado. Não é muito fácil se estender um movimento armado a todo Brasil. Nós temos, graças a Deus, um território muito grande – 8.550 mil km² – e para alcançar todo o Brasil leva tempo. Os “bombeiros”, então, intervindo habilmente com os recursos necessários, podem abafar qualquer incêndio antes que ele se estenda a todo o país.

P.F. – Mas de qualquer maneira, embora não exista no Exército propriamente uma divisão em classes, o senhor reconhece que exista uma barreira entre os sargentos e os oficiais. Não são classes, mas existe uma barreira. O sargento pode ter uma aspiração profissional de subir até um determinado limite, mas a partir dali vai ser quase impossível conseguir uma melhoria.

H.L. – Não, não é barreira. Suponhamos, por exemplo, o setor de construção – construção de esteadas ou de edifícios. Há os engenheiros, os mestres-de-obra e os operários. Cada um deles tem uma tarefa específica que lhe exige certos conhecimentos – nos escalões superiores mais técnica e inteligência; nos outros, habilidade manual. Todos colaboram em conjunto para que o resultado visando seja alcançado: construir a ponte ou o edifício, pavimentar a estrada... Ocorre a mesma coisa conosco. Nós recebemos os recrutas no Exército e nos cabe transformar esses rapazes. Eles vem do meio civil, alguns de famílias muito pobres, mal alimentados, às vezes quase que doentes, outros analfabetos, mas procuramos não digo nivelá-los, mas fazer com que eles se sintam iguais na caserna, colocando todos em condições de prestar os serviços que deles a pátria espera. Essa é uma tarefa conjugada de oficiais e sargentos, cada um no seu nível, na sua esfera e com os conhecimentos de que dispõe para resolver os problemas que lhes são propostos. São problemas em níveis diferentes, naturalmente, pois o oficial tem uma cultura muito superior à do sargento. Isso de modo geral, pois há

exceções. No Colégio Militar, por exemplo, houve um sargento – Miguel Vicente de Paula Oliveira – que nós chamávamos de Napoleão, porque ele era um apaixonado do imperador francês. Esse sargento era muito estudioso, falava e lia francês e não tendo família para sustentar comprava muitos livros. Nós achávamos interessante o seu apego ao estudo, e ele algumas vezes nos emprestava livros, como os seguintes, cuja leitura devo a sua gentileza: *A guerra marítima e submarina* (20 volumes); *A guerra em companhia*; *A guerra de fortaleza*. Pois bem, eu saí do Colégio Militar, fui comprar outras funções e não tive mais ocasião de saber o que sucedeu com ele. Mas era um exemplo de sargento instruído e dedicado ao estudo.

P.F. – Mas o senhor reconheceu que existia, senão uma divergência real, pelo menos um terreno fértil para que se semeasse ou que se tentasse semear a discórdia. Em 35, por exemplo, o senhor diz que os sargentos foram uma área onde os comunistas conseguiram penetrar mais. E quando de sua passagem pelo Ministério da Guerra, o senhor tentou encontrar fórmulas que tornassem a situação mais amena.

H.L. – Mas em 35 eles não conseguiram grande coisa com os sargentos. Na Escola Militar não eram os sargentos, mas os alunos; na Escola de Aviação Militar havia os sargentos, mas havia oficiais que também participaram; no Forte de Copacabana eram oficiais. De sorte que em 35 não se pode dizer que foram os sargentos a espoleta da rebelião dos comunistas. E eu agi, quando estive no Ministério da Guerra, não no sentido de evitar problemas de subversão da ordem, mas no sentido da justiça militar e da justiça social, pois achava iníquo um cidadão prestar vários anos de serviço ao Brasil nas fileiras do Exército e depois ser mandado para casa sem haver constituído qualquer direito. Era uma injustiça muito grande. E além disso, o Exército carecia de oficiais que tivessem a formação dos sargentos, isto é, que tivessem não apenas conhecimentos intelectuais, mas também prática de utilização das mãos, adquirida na utilização e manutenção do material militar. Esses sargentos, então, vieram preencher uma lacuna nos quadros, contribuindo para que o serviço fosse bem feito. Outra coisa, a burocracia: datilógrafo não é oficial, datilógrafo é sargento; quem faz a escrituração da companhia não é o capitão, mas o sargento. Assim, na estrutura burocrática o sargento tem a prática da ação, do dia-a-dia, ao passo que o oficial orienta e comanda. Essa experiência dos sargentos, então, lhes confere uma grande capacidade de auxiliar, no escalão mais elevado, a administração militar.

P.F. – O senhor conseguiu vencer as resistências a essas suas propostas?

H.L. – Consegui vencer essas resistências.

P.F. – A sua proposta incluía alguma coisa em relação à instrução e especialização dos sargentos?

H.L. – Não, essa instrução eles já tinham recebido nas escolas de formação. Nós aproveitávamos o que eles tinham aprendido nas escolas que eles cursaram, mas também a experiência adquirida no exercício de suas funções.

P.F. – E essa questão da revolução de 35 e da participação de pelo menos uma parte do Exército nesse movimento, a que o senhor atribui esse problema?

H.L. – Eu não estou em condições de responder porque, conforme eu disse ao senhor, em 1935 eu servi uma parte do tempo em Mato Grosso e assumi depois as funções de subdiretor de ensino da Escola de Infantaria, de modo que não lidava diretamente com a tropa.

P.F. – Mas o senhor disse que 1930 abriu um precedente muito grave ao lançar o Exército na política?

H.L. – Naturalmente, a Revolução de 1930 deu ao Exército a oportunidade de participar de uma modificação do quadro político do país, que estava inequivocamente em desacordo com o quadro constitucional. Na verdade, desde 1921 lançaram mão os políticos de uma série de truques para levar o Exército a participar da solução do problema político, sendo as “cartas falsas”, atribuídas a Bernardes, um artifício empregado para tentar incompatibilizar o futuro presidente com a força armada.

P.F. – Eu penso que a Revolução de 30, de certo modo, abriu a porta para essa Revolução de 35, pois Prestes e outros tenentes que participaram da Revolução Comunista em 35 o fizeram sob alegação de que ideais revolucionários de 1930 tinham sido traídos ou não tinham sido cumpridos integralmente, propondo-se então a retomar aquela luta gloriosa do passado etc...

H.L. – Naturalmente, uma revolução deixa na terra a semente da próxima revolução, pois ela forma nos corações e nas imaginações de uma imagem que mais tarde vai frutificar em outro movimento semelhante. Por exemplo, Prestes, quando houve aquela revolução do Rio, comandava uma companhia de engenharia perto de Deodoro. Era sua missão ocupar Deodoro, que era um centro ferroviário, para que as tropas de outros estados não pudesse acorrer para o Rio de Janeiro. Mas ele adoeceu, parece que de tifo, e não pôde participar. Bem, curou-se e mais tarde foi para o Sul e lá desencadeou uma nova revolta. A unidade de engenharia em que ele servia foi a primeira a se levantar no Rio Grande do Sul. Marcou, então, presença por sua atuação nesse quadro. Depois houve aquela revolução em que tomam parte Juarez, Cordeiro de Farias etc. Eles pretendiam derrubar o presidente da República e, mesmo não o conseguindo, percorreram o Brasil inteiro, semeando naturalmente durante esse tempo os ideais revolucionários. Não conseguiram adeptos suficientes para derrubar o governo, e nessa ocasião, depois de ver que não conseguiria a vitória de seus ideais, Prestes emigrou, tendo, infelizmente para nós, contato com o micróbio do comunismo, o que levou em 35 a novamente tentar uma ação subversiva, visando a implantação do comunismo do Brasil. Graças a Deus, ele não conseguiu!

P.F. – Mas aí também, depois de 35 o governo se acautelou em relação à possibilidade de revoltas militares, não é?

H.L. – Naturalmente, sempre que há uma revolta cabe aos chefes de todos os escalões verificar suas razões, avaliando, inclusive, como é que as idéias subversivas conseguiram penetrar no meio militar, no caso. Uma revolução, então, é para as autoridades uma escala onde se deve ver o que evitar para que tais fatos não se repitam.

I.F. – Marechal, apesar de todos esses cuidados, uns anos depois surge um movimento integralista, que realiza uma revolução com muitos adeptos nos militares e constitui uma linha completamente diferente da linha comunista. Como é que o senhor vê essa mudança?

H.L. – Sobre o integralismo pouco sei, porque nunca procurei me informar em detalhes de seus objetivos. Houve alguns civis brasileiros, mas não me recordo agora o nome de seu chefe...

P.F. – Plínio Salgado...

H.L. – Justamente. Eles procuraram difundir no Brasil as idéias integralistas, propagando-as inclusive no meio militar, e conseguiram resultados relativamente pequenos, tanto que o integralismo entre nós pouco conseguiu.

P.F. – Em 35, depois dessa revolta comunista, logo no mês seguinte, em dezembro, o governo conseguiu aprovar uma Lei de Segurança Nacional, onde o presidente da República passa a ter autoridade para transferir os militares de um lugar para outro e inclusive de interferir no processo de promoções.

H.L. – Isso não, pois o presidente da República sempre tem autoridade para transferir, promover ou deixar de promover, porque as promoções no Exército se fazem por antigüidade ou por merecimento. Nas promoções por antigüidade, o sistema é mais rígido. A partir do momento em que o cidadão atinge certa posição no Almanaque, se não tiver nada que o impeça de subir ele é automaticamente promovido. Agora, as promoções por merecimento preenchem parte das vagas, antigamente um terço, e nessas o presidente interfere diretamente.

[FINAL DA FITA 4-B]

H.L. – Para entrar na lista de promoções por merecimento é necessário que no exercício de suas funções tenha feito jus a conceitos que o coloquem num nível superior a seus camaradas de posto. Então, uma vez relacionados os oficiais na lista de promoções por merecimento, o presidente escolhe a seu bel-prazer. Mas eu, quando ministro da Guerra, procurei evitar que a escolha fosse feita ao bel-prazer do presidente. Os oficiais, durante o tempo em que fui ministro, eram promovidos de acordo com a situação em que

estavam na lista de promoções por merecimento. O presidente não saltava um nome para promover o que estivesse embaixo.

P.F. – Esse seria um dos caminhos para afastar o Exército desse vínculo com os políticos, não é?

H.L. – Justamente, todas as vezes que as promoções são feitas sem a intervenção da política o Exército é beneficiado. Eu, por exemplo, por ter sido contrário a Revolução de 30, atuando para impedir que a Escola Militar participasse, como não participou, daquele movimento, tive minha carreira militar grandemente retardada. Colegas meus mais modernos, com piores notas, me passaram, e eu suportei isso muito tempo. Estou citando o que se passou comigo, porque é uma coisa que vivi e senti, e que naturalmente se passa com outros. Não me desesperei por uma questão de temperamento, mas outros menos tolerantes têm a natural propensão de tirar a diferença mais tarde.

P.F. – Agora eu queria que o senhor falasse alguma coisa sobre essa Subcomissão de Compras de Armas Automáticas que funcionou em Copenhague, a qual o senhor chefiou em 1936.

H.L. – Essa Comissão era um elemento de um órgão maior, a Comissão de Estudos para a Indústria Brasileira, e tinha sede em Bruxelas, sendo chefiada por um coronel ou um general que orientava atividades de várias subcomissões. Havia alguns oficiais na Tchecoslováquia, onde estávamos comprando certas armas, outros na França e ainda outros, como meu antecessor e eu, na Dinamarca para fiscalizar a fabricação de metralhadoras. O chefe orientava as atividades de todas essas subcomissões. Eu pertenci à Subcomissão de Armas Automáticas em Copenhague.

P.F. – Agora essa comissão maior, qual era o sentido dela? Por que ela foi criada? Era só para comprar armas ou era para tentar estudar a viabilidade de deflagrar a industrialização do país?

H.L. – Não sei de detalhes, mas pelo seu nome, uma das missões naturalmente seria estudar essa possibilidade. Mas estando na Europa para acompanhar a evolução do armamento europeu, a comissão pôde verificar o que seria mais interessante para o Brasil e fazer uma proposta de aquisição ao nosso governo, que então tomaria a decisão para comprar o quê e onde.

P.F. – Nesse período pelo menos se acentua muito a idéia de que a segurança nacional estaria ligada à industrialização do país, não é?

H.L. – Isso é óbvio. Se o país está industrializado, tem a possibilidade de fabricar seus armamentos. Nós começamos fabricando munição. Em Realengo havia duas organizações militares: a Escola Militar e a antiga Escola Preparatória do Realengo, que preparava alunos para se matricular mais tarde na Escola Militar. Depois, quando houve a revolução de vacina obrigatória, fecharam a Escola Militar, que foi transferida para o

Sul e só mais tarde, no tempo do marechal Hermes, retornou ao Realengo, com o nome de Escola de Guerra, onde me matriculei em 1911. Pois bem, nessa ocasião já havia a fábrica de cartuchos do Realengo, que ficava na mesma praça da Escola Militar: a Escola Militar numa face da praça e a fábrica de cartuchos na outra. Mais tarde criou-se a fábrica de Piquete, que também produzia armas, pólvora e munição.

P.F. – Que armas? Fuzis?

H.L. – Depois na indústria civil, lá no Sul, houve uma fábrica que começou fabricando revólveres...

I.F. – A Abramo Eberle, em Caxias?

H.L.- Sim, Abramo Eberle e uma outra, que fabricava armas para o Exército. E hoje nós temos uma fábrica de armas. Não estou a par do que está se passando atualmente no Exército, mas sei que há. Estamos inclusive fabricando carros de combate e até exportando carros anfíbios. A Embraer, da Aeronáutica, fabrica aviões, inclusive aviões de combate, que também estamos exportando para outros países, acho até que para os Estados Unidos. Quer dizer, evoluímos bastante nesse campo.

P.F. – Essa era uma questão antiga no Exército. Eu vi um relatório, acho que do general Aguiar, que era ministro da Guerra em 1919, e que foi quem convocou a Missão Francesa, e nesse relatório ele falava que a segurança nacional e a independência do país exigiam que se industrializasse o Brasil.

H.L. – Sim, naturalmente. Se dependemos de outros países, na ocasião que tivemos necessidade de armas eles poderão nos vender ou não. Não sabemos qual é a situação desses fornecedores em relação a nosso programa. Daí, se fabricarmos nossas próprias armas não ficaremos nessa dependência. Agora, é necessário, para fabricar armas, não só que estejamos em condições de montar as fábricas mas também garantir a matéria-prima e ter conhecimento técnico para fazer essas armas evoluírem, de modo a acompanhar a evolução de outras armas, talvez até algumas vezes avançando um pouco além.

I.F. – Falando sobre isso, li qualquer coisa afirmando que durante a Revolução de 32 os paulistas aprimoraram muito seus armamentos e munições, pela necessidade que tiveram de combater o Exército.

H.L. – Não estou bem a par do que os paulistas fizeram. Combati em 32, mas ao lado do governo. A Revolução de 32, em São Paulo, foi feita por toda a Polícia Militar e parte da tropa do Exército. Havia um chefe, que aliás, no começo estava em Mato Grosso: general Bertoldo Kingler. Cidadão de cultura militar excepcional e inteligência fora do

comum, esse oficial naturalmente deveria procurar prover as tropas revolucionárias do material necessário para poder lutar contra o governo.

P.F. – Mas quanto a essa questão que senhor falou, que é necessário não apenas a fabricação de armas, mas também a garantia de matérias-primas para o suprimento dessa indústria, é aí que surge a idéia de se implantar a indústria siderúrgica no Brasil na década de 30.

H.L. – Nossa indústria siderúrgica foi implantada porque o Brasil precisava de aço, inicialmente para os trilhos de suas estradas de ferro, para suas ferramentas e para suas máquinas. Nós temos matéria-prima de primeira ordem, pois nosso minério de ferro é dos melhores que há no mundo. Infelizmente, não temos carvão de primeira qualidade, pois o carvão de Santa Catarina deixa a desejar; mas temos energia elétrica, o que até certo ponto compensa esta deficiência, abrindo a possibilidade de uma indústria siderúrgica desenvolvida e bastante grande, como aliás, a que já temos. Naturalmente essa indústria, além de servir de desenvolvimento do Brasil no quadro pacífico, também servirá na eventualidade de uma guerra contra outros países.

P.F. – Essa indústria siderúrgica surge no Brasil por uma intervenção direta do Estado e parece que alguns militares reivindicavam, naquela época, que o Estado controlasse as atividades econômicas importantes para a segurança nacional.

H.L. – Não sei, não estou em condições de avaliar se houve intervenções dos militares nesse sentido, e até que ponto. Mas o que se passa no quadro industrial brasileiro é o seguinte: o governo tem órgãos que estudam a evolução do mundo, analisando todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento dos países, entre os quais esse setor siderúrgico. A siderurgia, por outro lado, é um setor de atividades que demanda grandes capitais, enquanto nossos capitalistas, naturalmente, são atraídos por setores de atividades que dão rendimento a mais curto prazo, com menos demanda de capital e com maior rendimento. Como a indústria siderúrgica não é das mais favoráveis nem do ponto de vista do prazo nem do ponto de vista da grandeza do rendimento, foi necessária a intervenção do governo para iniciá-la. Construída nossa primeira siderúrgica, entretanto, surgiram organizações civis também interessadas na produção de aço.

O Brasil também tem necessidade de alumínio. O alumínio, hoje, na evolução da humanidade, substitui o aço em várias aplicações, por exemplo no automóvel, por ser de menor peso e por ser menos atuado pelo dióxido de carbono, evitando assim a ferrugem. Nós temos minério de alumínio mas sua industrialização é um pouco complicada, porque exige muito material químico, como por exemplo a soda cáustica, para dissolver a bauxita. (A bauxita deriva seu nome de uma localidade da França, Baux, onde foram descobertas as primeiras minas.) Então, primeiro dissolver, depois precipitar, depois fundir em outro setor e finalmente a eletricidade. Na indústria do alumínio o consumo de eletricidade é muito grande, sendo exatamente esse o fator que a torna cara. Na atual fase de deficiência energética, principalmente pela crise do petróleo, a eletricidade é um dos elementos que mais faz falta num país em desenvolvimento como o nosso.

P.F. – O senhor, de 1937 a 39 estava em Paris, cursando a Escola Superior de Guerra. Como foi sua ida para lá? Por que o senhor foi escolhido?

H.L. – Eu fui o primeiro aluno na Escola Militar, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Estado Maior e, pelo regulamento, os oficiais primeiro classificados tinham direito a fazer um curso de aperfeiçoamento no estrangeiro. Como não me mandaram para a escola quando eu estava na Dinamarca, fiz requerimento pedindo. Castelo Branco, que havia tirado o curso na Escola de Estado Maior no ano seguinte a mim, já estava lá matriculado, assim como o Penha Brasil, que foi o primeiro dessa turma. Eles deferiram o requerimento, e eu fui mandado matricular na Escola Superior de Guerra de Paris. Foi isso. Nós devemos muito à França pela formação profissional de nosso Exército. Tivemos no Brasil chefes militares como o general Maurice de Rougemont e também o chefe da Missão Militar Francesa...

P.F. – O general Guerrin?

H.L. – O Guerrin foi da missão, mas o chefe era outro, um oficial destacado. Mas na Escola Superior de Guerra de Paris havia um oficial que tinha sido professor aqui no Brasil, na nossa Escola de Estado-Maior, e fomos nos encontrar na França. A Missão Militar Francesa, no Brasil, agia junto à Escola de Estado-maior, ao Estado-Maior, à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e à Escola Militar. Ela mantinha representantes nesses lugares que nos orientavam quanto à maneira de dar instrução. Eu, por exemplo, devo muito ao oficial com quem trabalhei na Escola Militar. Aprendi a organizar exercícios de combate, e isso foi muito útil em todas as funções que eu exerci, tanto como instrutor da Escola Militar, quanto como instrutor e comandante da tropa.

P.F. – E o senhor ainda estava na França quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial?

H.L. – Quando eclodiu eu já não estava, mas as coisas estavam se azedando. Ao chegar de navio as costas do Brasil, ouvi pelo rádio que tinha havido a invasão da Áustria. Era o começo da Guerra Mundial.

P.F. – Como o senhor me explica que, apesar de a influência francesa sobre a formação militar brasileira ser tão grande – são 20 anos de influência, desde 1919... Como o senhor me explica que no alto oficialato do Exército ainda existisse nessa época uma predominância ou pelo menos uma parcela muito grande de oficiais germanófilos?

H.L. – Antes da Missão Militar Francesa vir para o Brasil, nós tivemos oficiais que fizeram estágio o Exército alemão. Já falei que uma das razões que me levaram a ir para o 56º Batalhão de Caçadores na praia Vermelha foi justamente a presença nesta unidade do Armínio Borba de Moura, que tinha feito um estágio de dois anos na Alemanha. Além dele, houve outros – Leitão de Carvalho, Kingler... – que fizeram estágio no Exército alemão. Eram oficiais de escola e, naturalmente, fizeram escola no Brasil. As suas idéias se difundiram, e ao mesmo tempo a admiração pelo Exército alemão que

indubitavelmente era um Exército de primeiro plano. Isso é que deu lugar que houvesse oficiais, não digo propriamente germanófilos, mas simpáticos à Alemanha. Isso, porém, até o momento que o Brasil entrou na guerra, pois aí acabou-se esse estado de coisas.

P.F. – Então, coexistindo essas duas influências, o Brasil continua a manter vínculos com a Alemanha nesse período de 19 a 39?

H.L.- Não, aí cessaram. Mesmo nós não tivemos vínculos com a Alemanha. Esses oficiais é que trouxeram a para Brasil o que eles aprenderam lá, mas não tínhamos ligação nenhuma com o Exército alemão.

P.F. – Mas entre 19 e 39 nossas armas vinham de onde? O armamento não vinha da Alemanha, também?

H.L. – Nós comprávamos fuzil Mauser, justamente. Aliás, não me recordo bem, mas tenho a impressão de que o fuzil Mauser foi comprado antes mesmo de esses oficiais irem à Alemanha, porque era um dos melhores na ocasião. Era uma questão de escolha. Havia fábricas de armas noutros países, mas naquele momento a Mauser havia conseguido um grande avanço na produção de armamento, da mesma maneira que mais tarde a Dinamarca conseguiria com a metralhadora Madsen. O Brasil sempre procura ir à fonte que lhe traz maiores vantagens, a fim de prover bem seu Exército dos recursos necessários na eventualidade da guerra.

P.F. – Mas é curioso porque, de certo modo, se a teoria militar aproximava um pouco o Brasil da França e dos aliados, na realidade a dependência de armamento aproximava mais o Brasil do Eixo.

H.L. – Mas nós já tínhamos comprado essas armas. Essas armas já existiam no Brasil, nós não continuamos a comprar.

I.F. – Mas durante a guerra, já a Europa em guerra, vinha armamento alemão para o Brasil, não?

H.L. – Durante a guerra, não.

I.F. – Quando a Europa estava em guerra?

H.L. – Não tenho idéia disso não, porque nós compramos uma grande quantidade de Mauser.

I.F. – Eu li qualquer coisa a esse respeito, inclusive o general Gustavo Cordeiro de Farias esteve na Alemanha comprando armamento em 39 ou 40.

H.L. – 39 ou 40?

I.F. - É.

H.L. – Justamente essa fase é que eu estava na Dinamarca. Talvez ele tenha comprado sim, porque havia oficiais na Tchecoslováquia. É possível. Não sei se seria ainda Mauser. Porque comprávamos na Dinamarca metralhadoras, comprávamos na Tchecoslováquia outras armas – não me recordo agora quais sejam – e comprávamos, naturalmente, na Alemanha também. Mas não estou a par dos detalhes.

P.F. – Como é que o senhor sentiu, depois de passar tanto tempo na França, a expansão alemã, depois a própria invasão da França, como o senhor viveu esses conflitos da Segunda Guerra Mundial?

H.L. – Nós brasileiros inicialmente estávamos neutros e assim nos mantivemos durante muito tempo. Mas depois, como o Brasil era um grande fornecedor de matérias-primas, os alemães passaram a dificultar essa venda de nossos produtos, principalmente quando os Estados Unidos entraram na guerra. Então vinham submarinos alemães nos atacar aqui no Brasil. Houve navios nossos torpedeados pelos alemães, e isso contribuiu, até certo ponto, para que o Brasil acabasse entrando na guerra. Eu mesmo, quando estava no 56º Batalhão de Caçadores, lá chegando certo dia fui mandado para a barra de Guaratiba, a fim de substituir um de nossos oficiais que tinha adoecido. Esse oficial era do meu batalhão e estava num porto em que se construiu na barra de Guaratiba, porque diziam que lá havia uma espécie de laguna onde os submarinos poderiam se acolher. Fixou-se, por isso, neste local um pequeno pelotão, exclusivamente para isso, como havia outros em vários pontos da costa do Brasil. Nós tomamos então desde cedo essas precauções, e mais tarde as coisas se azedaram a ponto de nós entrarmos na guerra. Ainda nessa fase houve certos problemas. Eu, por exemplo, era comandante da escola de Estado-Maior e fui mandado aos Estados Unidos para fazer um curso na Escola de Comando (Staff School), no Forte Leavenworth. E comigo foram uns 12 oficiais, entre os quais Zeno Estillac Leal, Castelo Branco, Penha Brasil, Henrique Eduardo da Silva Moraes e Floriano de Lima Brayner. Além do curso, fizemos estágios em várias unidades americanas das várias armas, para ficar a par da maneira pela qual os americanos encaravam a guerra e tomar conhecimento do material que eles dispunham para essa guerra. Mas eu, por exemplo, assim como Castelo Branco, tinha uma instrução militar muito maior que a dos oficiais que me estavam ensinando na Escola Superior de Guerra, devido à ligação que mantivemos com a Missão Militar Francesa.

P.F. – Mas, então, já era quase uma preparação para o ingresso do Brasil...

H.L. – Sim, aí já era uma preparação. Mas voltando ao Brasil, fui nomeado subchefe de uma comissão encarregada de organizar o corpo expedicionário brasileiro. O Brasil primeiro pretendia mandar três divisões de infantaria. Essa era a primeira idéia. O seu chefe seria Anor Teixeira dos Santos, mas justamente esse general – eu era coronel antigo – era um dos que tinha muita admiração pelos alemães. Não sei o que se passava, mas de fato é que as propostas que nós preparávamos para o ministro da Guerra, que nesse tempo era general Dutra, levavam vários dias para ir até o gabinete do ministro e voltar com a decisão. Um belo dia, porém, fui surpreendido por um chamado do gabinete do ministro, onde estava o adido militar americano. Nessa ocasião, o general Dutra me disse que tinha decidido – para apressar a organização da Força Expedicionária Brasileira e a partida do primeiro escalão – organizar um Estado-Maior especial, que funcionaria no próprio Ministério da Guerra, num quarto em cima do seu gabinete. O gabinete do ministro ficava no nono andar e tinha várias salas, sendo duas delas, com instalações sanitárias, para ele reservadas. Caso tivesse que dormir, de prontidão ou coisa que a valha, era esse o lugar onde poderia repousar. Coube-me então dirigir a equipe, inclusive com a missão de escolher certo número de oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, com quem deveria diligenciar para apressar a partida da Força Expedicionária Brasileira. E de fato trabalhamos ativamente. O governo decidiu no começo que, em lugar de três, mandaria uma divisão. A primeira unidade a seguir, se não me falta a memória, foi o 6º Regimento de Infantaria, cuja partida foi deliberadamente apressada com providências relacionadas com o provimento de material de guerra e com o desenvolvimento da instrução.

P.F. – O senhor aí já estava aplicando os conhecimentos que havia adquirido recentemente nesse estágio.

H.L. – Não, estava aplicando o que aprendi em toda minha vida militar.

P.F. – Mas isso não precisava ser adequado ao sistema americano?

H.L. – Naturalmente eu tinha que levar em consideração o armamento que o americano ia nos dar, mas inicialmente trabalhamos com os armamentos de que já dispúnhamos. Houve até um fato interessante. Os próprios americanos tinham embarcado tropas em outros países e, não tendo muita confiança na maneira pela qual nós organizaríamos o embarque, mandaram para aqui um coronel, que entretanto já encontrou tudo organizado, ficando inclusive admirado com as condições em que foi feito o embarque: não só não houve um cidadão que procurasse se furtar ao embarque, mas até houve alguns que procuraram ir sem estar escalados, e o embarque se fez com tanta presteza, com tanta ordem, que o oficial americano julgou necessário escrever uma carta, agradecendo a maneira pela qual nós organizamos o embarque do primeiro escalão.

P.F. – Aí me ocorre uma pergunta marechal. Havendo o senhor participado com tanto entusiasmo nessa guerra ao lado dos aliados, que de certo modo, lutando contra os alemães, representavam a democracia nesses momento, como o senhor vivenciou o próprio regime do Brasil, a instalação do Estado Novo, a ditadura de Vargas, inclusive a participação, que a gente não pode negar, de alguns elementos destacados do Exército,

como o Dutra e o Góis Monteiro, na instalação do regime do Estado Novo no Brasil? Como o senhor se sentiu diante disso, tendo tido uma experiência de vida democrática, tanto nos Estados Unidos, nesse estágio, quanto na França e na Europa, anteriormente?

H.L. – Mas já lhe falei que, em virtude de ter sido contra a Revolução de 30, tive prejuízo na minha carreira militar. Eu sempre separei meus deveres dos assuntos relacionados com os meus interesses ou minhas inclinações. Tratava-se para mim de cumprir uma missão militar, e eu não tinha nada com qualquer que fosse o governo. Não coube a mim escolher o regime, até fui contra a sua implantação, mas se o povo quis acabou-se. Eu estava servindo a esses governo na paz ou na guerra, e tinha que servir, porque não estava servindo ao governo, estava servindo ao Brasil. Eu estava servindo ao Brasil e procurando, com os meios ao meu alcance, lutar para que o Brasil agisse no bom sentido de nossos interesses e da causa aliada, que era a causa comum.

P.F. – Vamos voltar um pouquinho atrás. Antes disso, em 37, quando se rompeu o regime constitucional, da Constituição de 34, quando se instalou o Estado Novo, o Góis Monteiro, por exemplo, achava que a democracia era inviável no Brasil, que o Brasil necessitava passar por um período de ditadura, de governo forte, porque com a democracia o que aconteceria seria um retorno à anarquia, seria a Revolução de 35, seriam aque las coisas todas.

H.L. – Naturalmente, eu não estava contente com o regime do Estado Novo; eu, cidadão brasileiro, não estava contente, mas a mim militar, cabia servir no quadro que estava. Eu não tinha poder de modificar o estado de coisas...

[FINAL DA FITA 5-A]

H.L. – Sempre fui contra a intervenção militar na solução dos problemas políticos. Já tive ocasião de lhe dizer sobre a grande luta travada em minha consciência para tomar a decisão que tomei de afastar o Carlos Luz do governo, mas nessa ocasião me cabia cumprir minhas missões dentro do Exército. Governo é outro problema.

P.F. – Então, o senhor acha que o que importavam eram as suas tarefas militares junto da corporação, junto ao Exército, e o problema da política era outro...

H.L. – É, se cada um de nós militares fosse ter os seus ideais ou, dito de outro modo, se cada um se arroga o direito de agir contrariamente ao governo do momento, temos a anarquia. Cada cabeça uma sentença. Por isso, não podemos proceder dessa maneira. Acho que a nós, militares, desde o momento que haja um governo constituído, cumpre servir a esse governo, com satisfação dentro do coração ou não, mas este é outro problema.

P.F. – Até muito pouco antes da entrada do Brasil na guerra, Getúlio chegou a fazer um discurso, que não era um discurso exatamente pró-aliado. E se a gente considerar que o alto oficialato da época incluía o Newton Cavalcanti, que era germanófilo, o Góis e o Dutra, que se não eram, pelo menos eram acusados de germanófilos, e o Alcio Souto, que era germanófilo também...

H.L. – Eu não sei se eles eram exatamente germanófilos. O general Dutra era, antes de mais nada, um servidor do Brasil. Ele foi dedicado ao Brasil de uma maneira exemplar; foi um cidadão que serviu o Brasil de corpo e alma. A sua própria vida não valia nada para ele, desde que houvesse um problema para resolver. Dutra provou isso várias vezes. Teve um ajudante de ordens que morreu ao lado dele em 35, na praia Vermelha. Eu vi, na Revolução de 32, ele na frente: “Avança, avança, avança!” Ele à frente dos soldados que estavam hesitando, à frente da tropa: “Avança, avança!” A tropa dele – Dutra comandou um dos setores na Revolução de 32 – foi justamente o grupo que contribuiu para a rápida vitória sobre São Paulo, em virtude de suas qualidades de comando, coragem e caráter. Dutra punha o Brasil acima de tudo; não podia ter inclinações pelo Eixo, embora falassem isso. Hoje os meios de comunicação são mais numerosos; antigamente eram só os jornais; mas o que se diz e o que se reproduz pelo vídeo não são exatamente o que se passa. Por isso, quando se trata de julgar um indivíduo, o que está dentro de sua consciência, não se pode achar que ele é o que dele dizem, porque o juízo é feito no interesse daqueles que no momento estão com a máquina da informação na mão. Eu próprio fui diplomado comunista, quando sou católico apostólico romano. Veja como se assaca contra o indivíduo uma pecha que ele absolutamente não merece!

P.F. – É marechal, mas um fato eu acho que é inegável: o Brasil para entrar na guerra ao lado dos aliados foi necessário que existisse uma luta muito grande, da Liga de Defesa Nacional, da Sociedade de Amigos da América, do Osvaldo Aranha, que se empenhou de corpo e alma para aproximar o Brasil dos Estados Unidos. Não foi fácil não!

H.L. – Mas há uma outra coisa a considerar: para nós brasileiros, em primeiro lugar está o Brasil. Quando há uma luta a entrada na guerra representa riscos, riscos que não se sabe a quanto montarão, a que arrastarão o Brasil no futuro. Não deve estar no coração dos brasileiros o desejo de entrar numa guerra, mesmo que eles sejam simpáticos a tal e qual lado dos conflitantes. Acima de tudo está o interesse do Brasil.

P.F. – Então, podia estar acontecendo isso, no momento em que não se sabia muito bem quem ia ganhar aquela guerra, existia uma certa hesitação em lançar o país ao lado dos americanos...

H.L. – Não era exatamente quem ia ganhar a luta, mas a entrada do Brasil na guerra quer dizer que brasileiros irão combater fora do Brasil e ser mortos. Isso, para o governo, é uma responsabilidade muito grande. Um dos aspectos mais dolorosos da função militar é justamente a possibilidade das lutas, mas especialmente quando a luta é no quadro do Brasil, entre brasileiros. A maior desgraça que pode acontecer a um país é cidadãos estarem lutando contra irmãos, como dar uma ordem para que atirem em cima

de cidadãos que nasceram no Brasil, são seus concidadãos e, conseqüentemente, seus irmãos, às vezes até seus irmãos de sangue. Esse é um aspecto doloroso da nossa profissão, pois às vezes o dever militar nos obriga a tomar atitudes que nos conduzam a essa situação. Isso para mim é a coisa negativa da nossa profissão.

P.F. – Atitudes até paradoxais. O senhor não acha que era um paradoxo o Brasil ir lutar ao lado da democracia na Europa, porque os aliados se representavam a democracia, quando aqui dentro mesmo não existia um regime democrático, o regime aqui era muito mais perto da Alemanha do que dos Estados Unidos?

H.L. - O senhor sabe perfeitamente que a atuação das nações não depende apenas dos ideais políticos, cívicos ou outros, mas principalmente dos interesses econômicos. Então o Brasil, estando no continente americano, tendo um comércio desenvolvido com os Estados Unidos, não podia entrar em luta contra os Estados Unidos, ainda que tivesse um governo que não era democrático, mas ditatorial. Esse governo, mesmo estando em termos ideológicos mais perto de Hitler - não sei em que sentido, porque Hitler chega a um ponto tal que é difícil se estabelecer paralelo - isso se situava num nível inferior de importância para as decisões do governo, pois o que importava para nós era o interesse do Brasil no quadro econômico e o interesse do continente, onde pretendíamos estabelecer lastro. Apesar da América ter sido colonizada e povoada por povos de diferentes procedências, todos nós estamos no mesmo continente e temos certos laços que nos tornam solidários diante de certos problemas.

P.F. - Agora gostaria que o senhor contasse alguma coisa dessa sua passagem meteórica - eu acho que a gente pode falar assim - pelo teatro de operações na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial.

H.L. - Eu fui incumbido de apressar a ida das tropas brasileiras para a Europa. Depois que partiu o primeiro escalão fui ao ministro da guerra, general Dutra, que tinha sido meu instrutor na Escola Militar durante três anos, e lhe disse que estava numa situação muito desagradável: eu era comandante da Escola do Estado-Maior, tinha ido para os Estados Unidos me preparar para dirigir um grupo de oficiais para a eventualidade da guerra, depois ele tinha me incumbido de ser subchefe de Estado-Maior do general Anor para o preparo da tropa que iria para a guerra, mais tarde fui incumbido de apressar a partida do primeiro escalão. Ora, a guerra é um risco, mas a minha formação de militar exige que seja submetido a risco. Eu estava, então, numa situação desagradável perante minha consciência. Ele disse: “Você irá com o terceiro escalão”. E no terceiro escalão, de fato, embarquei; embarquei no navio *General Meigs*.

P.F. - O senhor era coronel.

H.L. - Eu era coronel, coronel antigo.

P.F. - O senhor foi com que função?

H.L. - Quando estava para partir, como falava inglês e francês correntemente, ia ser ligação entre o comando do corpo expedicionário e o comando americano a que ele estava subordinado. Mas depois, como já havia um capitão desempenhando essa função, levantou-se que seria mais conveniente eu me preparar para a eventualidade de substituir o oficial que estava na base de operações, responsável pelo abastecimento da tropa, pois ele não se entendia bem com os americanos. Não sei se era germanófilo ou coisa que o valha, mas o fato é que havia certas dificuldades, e os americanos estavam aborrecidos com isso. Em consequência disso, falei com o ministro, e foram comigo uns quatro oficiais de diversas patentes e diferentes armas, para serem meus auxiliares no teatro de operações. Nossa chegada ao primeiro porto foi complicada, porque fomos alcançados por uma tempestade e tivemos de mudar de barco para o desembarque, que foi realizado sob o castigo de ventos muito fortes. Eu era responsável pela administração do pessoal que estava no meu navio e só pude desembarcar na última embarcação. Por isso, quando cheguei a Pisa, onde estava o quartel-general, já todos os outros tinham ido. Nesse navio foram o general Cordeiro de Farias e o general Falconière.

P.F. - O senhor como coronel de infantaria normalmente não deveria ter o comando de uma tropa?

H.L. - Poderia ter o comando de uma tropa. Certa ocasião, um dos oficiais do Estado-Maior do ministro chegou a me sugerir que substituísse um coronel que comandava o Regimento de Minas.

P.F. - Era o Caiado? O Segadas?

H.L. - Não, mas nessa oportunidade disse-lhe que não me ficava bem botar um companheiro em semelhante situação: depois de ter sido escolhido, depois de ter preparado o regimento, depois de o regimento ir para a guerra, eu ir substituí-lo seria uma prova evidente que o tinham julgado incapaz para a função. Para mim seria muito interessante comandar uma tropa da minha arma na guerra, mas renunciei a esta responsabilidade por um problema de consciência e de camaradagem.

P.F. - O Castelo era de infantaria também?

H.L. - O Castelo era de infantaria.

P.F. - Quantos coronéis o senhor lembra tinham comando de tropa nesse tempo? O Segadas Viana tinha comando de tropa, não tinha?

H.L. - Eram três coronéis: Caiado de Castro, Segadas e esse de Minas, cujo nome não me lembro agora.

P.F. - Travassos? Nélon de Melo, também não é?

H.L. - Não, mas não me lembro o nome dele. Chegando no local de desembarque, veio um oficial americano me perguntar o que nós precisávamos e eu disse: “Nós viemos com o armamento de que necessitamos”. Ele esclareceu: “Estou falando sobre a tropa que está aqui”. Expliquei-lhe então que ainda não tinha tido contato com o comandante e que o informaria assim que o fizesse. O americano insistiu: “Tenho urgência de conhecer esse dado. Precisamos apetrechar a tropa do necessário para a luta, pois o segundo escalão já vem vindo, e é preciso naturalmente que ele seja melhor provido”...

Quando cheguei a Pisa, o general Mascarenhas estava numa viatura-reboque que lhe servia de dormitório, sentado a uma mesa comprida, conversando com os dois generais que vieram comigo: Cordeiro de Farias e o Falconière. Aproximei-me e, quando ele olhou para mim, fiz continência. Ele ficou lá conversando. Percebendo que se tratava de um papo, e como o americano tinha dito que havia urgência, resolvi interromper, pois tinha de fazer isso antes de tratar das minhas outras obrigações: “General, dá licença?” Ele negou-me sua atenção: “Não, o senhor espere”. Eu fiquei esperando. Afinal, quando ele saiu afastou-se comigo e começou nosso entendimento da seguinte maneira: “Estou surpreso porque vieram aqui oficiais-generais que eu não pedi, além de outros oficiais de Estado-Maior, que eu não tinha pedido que viessem”. Eu disse-lhe: “Eles são generais, eu sou coronel, de sorte que o problema não é meu; o problema é do senhor ministro da Guerra. Pelas informações que temos, ele deve vir aqui visitar o teatro de operações e na ocasião o senhor poderá falar com ele. Agora, quanto a oficiais com estado-maior - era o meu caso - disseram que existia uma função em que seriam necessários esses oficiais. Agora o senhor me diz que não pediu e nem desejava esses oficiais... Meu general, nunca servi com quem não quisesse meu serviço, de sorte que eu peço permissão para quando o senhor ministro da Guerra chegar, o senhor lhe pedir para eu regressar ao Brasil”. E fui-me embora. Quando o Dutra chegou, falei a ele que queria voltar ao Brasil. Não sei se o general Mascarenhas já tinha falado alguma coisa, mas o fato é que o Dutra disse: “É, é muito bom, porque os americanos disseram que a guerra vai acabar mais depressa do que nós esperávamos. E como há material disponível, eles querem ver o que o Brasil precisa, para o aparelhamento de suas Forças Armadas. Então, o senhor vai chefiar uma comissão de oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica para trabalhar junto a mim, a fim de fazer uma proposta do que é necessário. O senhor volta comigo para o Brasil, no mesmo avião”. E assim voltei com ele para o Brasil.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

5ª Entrevista: 14.11.1978

P.F. - Primeiramente, gostaríamos que o senhor nos dissesse alguma coisa acerca do movimento que liquidou com o Estado Novo. O senhor teve alguma participação nele?

Como o senhor presenciou o final do Estado Novo? O senhor teve alguma participação no movimento militar que depôs Vargas em 45?

H.L. - Eu nessa ocasião servia no Rio Grande do Sul, como comandante da Infantaria Divisionária, em Santa Maria. Consultado por meu chefe imediato sobre se estava de acordo com que se terminasse com a situação irregular em que estava o Brasil, respondi positivamente: sim, estava de acordo com que se tomassem as providências para pôr fim àquele estado de coisas, pois o considerava contrário aos interesses do Brasil e achava que a ditadura já havia durado muito tempo. Tive apenas essa manifestação, porque o desenlace se deu sem necessidade de luta.

P.F. - Quer dizer que os oficiais de uma maneira geral foram consultados?

H.L. - Eu fui consultado, os outros não sei. O meu chefe me consultou. Naturalmente, os chefes foram consultados.

P.F. - Uma vez terminado o Estado Novo, e ascendendo Dutra ao governo, como isso repercutiu na sua carreira? Afinal, o senhor tinha um passado de ligação com ele, não é?

H.L. - Ligação com quem?

P.F. - Com o marechal Dutra. Ele já tinha sido seu instrutor, e vocês tinham tido um contato importante na época da guerra...

H.L. - O marechal Dutra era um homem justo, que de modo algum procurou me proteger, inclusive porque ele tinha vários ex-alunos. Eu fiz carreira normal. Se compararem minhas promoções com as de outros colegas, verão que a despeito do que está escrito em minha fé-de-ofício alguns oficiais mais modernos passaram por cima de mim - mesmo colegas de turma que haviam sido reprovados e ficado para trás trinta anos depois me passaram carona. Então, não houve favorecimento, apenas houve mais justiça. Na verdade, essas caronas foram na época justamente em que o general Dutra estava no Ministério da Guerra. Houve um episódio anterior, ocorrido em 1933. Quando fui promovido a major, havendo certo número de vagas por merecimento, foi feita a proposta da comissão de promoções, na qual eu fui indicado com outros colegas. Eram numerosas vagas. Mas depois, não sei por que, criaram-se outras sendo, então, elaborada nova proposta. Pois bem, eu estava na primeira e na segunda proposta, mas os que eram mais antigos dessa segunda proposta passaram para cima dos que, mesmo sendo mais modernos, estavam na primeira proposta e, conseqüentemente, deveriam estar à sua frente. Eu fiz uma reclamação mas não fui atendido, e perdi muitos lugares nessa ocasião. Em matéria de promoção, minha carreira não foi rápida. Escolhi uma arma em que as promoções eram mais lentas e, além disso, fui contra a Revolução de 30, pagando então o preço de ter sido contra uma revolução vencedora. Mais tarde, quando me envolvi em outras lutas, recebi elogios - mas jamais promoções - por bravura. No entanto, outros colegas, envolvidos em lutas menos cruentas, tendo a cidade

a seu lado, foram promovidos por bravura. É uma questão de sorte na nossa profissão, como em toda profissão. Nós subimos pelo que fazemos e pela sorte que temos de em tais ou quais momentos agimos de tal ou qual maneira.

P.F. - O senhor pouco depois, acho que em 52, no governo Vargas, vai fazer parte justamente de uma comissão de promoções do Exército, não é isso?

H.L. - Não me lembro.

P.F. - É, acho que entre 52 e 54. O senhor se lembra de medidas, de coisas que tenha por acaso proposto, de alterações no sentido de regular essa questão?

H.L. - Como membro da comissão de promoção o militar, o general não tinha autoridade para modificar os critérios, a legislação e a regulamentação. Agora, cada um de nós pode, na escolha daqueles que devem ser promovidos por merecimento, fazer avaliação do merecimento do oficial de acordo com seu critério pessoal. Eu sempre procurei só avaliar fés-de-ofício dos oficiais em função do que eles realmente tinham feito para então fazer a proposta.

P.F. - Existia toda uma legislação a regular isso?

H.L. - Havia legislação e regulamentação. E nessa ocasião, eram vários oficiais que constituíam a comissão. Cada um de nós dava seu voto para determinados oficiais, sendo a proposta elaborada com os nomes daqueles que no conjunto de votos apresentados tivessem o maior número de vagas do quadro de acesso. Porque há duas coisas: uma é entrar no quadro de acesso, outra é ser promovido. O quadro de acesso por merecimento tem um número de vagas maior do que as vagas existentes, deixando dessa forma a possibilidade de escolha ao governo.

P.F. - São duas etapas distintas. A comissão só coloca os elementos num quadro de acesso que lhes dá a possibilidade de serem escolhidos.

H.L. - No conjunto do quadro de oficiais da arma e do posto, a comissão tem a possibilidade de escolher aqueles que lhe parecem mais aptos ao acesso. Cada um dos oficiais da comissão de promoções tem essa possibilidade. É então feito o quadro de acesso, cujo número varia conforme a época, tendo às vezes o dobro e às vezes uma vez e meia mais do que o número de vagas a serem preenchidas. Então, o governo escolhe os que vão ser promovidos entre esses que estão no quadro de acesso e os promove. Eu, quando ministro da Guerra, mandei que o Estado-Maior estudasse - e dei uma orientação da maneira pelo qual isso deveria ser feito - um modo tal que a vida do oficial, ao invés de ser avaliada com base em um critério vago, se enquadrasse em aspectos objetivos: curso da escola, notas, funções com destaque, participação em combate, elogio por bravura. Tudo isso valia pontos. Depois, fazia-se a soma desses

pontos para cada um dos oficiais e, de acordo com o resultado dessa soma, os oficiais eram classificados. Durante o tempo em que fui ministro procedi assim e propus ao presidente da República que não modificasse a ordem em que os oficiais eram apresentados, resultando que durante minha passagem pelo Ministério da Guerra os oficiais do quadro de acesso de merecimento eram promovidos na ordem da proposta. Normalmente, ou por outro lado, anteriormente - hoje não sei como se faz - o presidente da República tinha o direito de tirar o último da proposta e deixar o primeiro sem ser promovido, mas eu achava isso um absurdo. Eu mostrei ao presidente Kubitschek o critério que tinha sido adotado para fazer a escolha, com base naquilo que realmente o oficial tinha feito. Não devia fazer nenhuma modificação, sob risco de se praticar uma injustiça.

P.F. - E ele respeitou isso?

H.L. - Respeitou; durante o tempo em que eu fui ministro da Guerra, as promoções sempre foram feitas dessa maneira.

I.F. - O oficial que deixar de ser promovido durante três vezes é obrigado a se reformar?

H.L. - Isso é coisa recente; depois estabeleceram esse critério.

P.F. - E acho que só vale para o caso de oficiais-generais.

H.L. - Não estou a par, pois não tenho meios de acompanhar tudo o que se passa, mas parece que é justamente para os oficiais-generais.

P.F. - Nesse período do governo Dutra é que foi criado o posto de general-de-Exército?

H.L. - Não me lembro.

P.F. - Parece que não existia antes. O Mascarenhas, inclusive, vem da guerra e se reforma como general-de-divisão. Eu gostaria de saber como o senhor viveu o seguinte momento da transição: em 45, o senhor já nos disse que concordou com a deposição de Getúlio, porque não podia pactuar com aquele estado de coisas durante mais tempo; mas em 50, outra vez, houve uma forte corrente militar que se colocou numa atitude de veto a uma nova ascensão de Getúlio. Como o senhor viu essa disputa em 50?

H.L. - Em 50 eu não me recordo. Houve outro fato, ocorrido posteriormente, quando Getúlio se suicidou em meio a uma grande crise, com acusações feitas a seus auxiliares, ameaça de afastamento etc.

P.F. - Sim, mas isto foi uma reedição do que havia ocorrido em 50.

H.L. - A primeira vez, em 45, fui consultado e concordei, mas em 50 não me lembro de terem me consultado sobre coisa alguma.

P.F. - Porque em 50 levantou-se a mesma tese que ressurgiria depois, em 55, em relação ao Juscelino, da maioria absoluta. Tentou-se levantá-la em 50 para impedir a posse de Getúlio.

H.L. - Mas não me lembro de o Exército ter participado. Esse problema foi resolvido no quadro político, tanto que quem decidiu foi o Supremo Tribunal Federal, se não me falha a memória. Militares, podia ser que alguns tivessem participado disso, mas deviam ser em número muito pequeno. Eu não participei, nem fui consultado.

P.F. - Mas já existia nesse tempo um fracionamento do Exército em dois pólos politicamente bastante antagônicos. Em 1950, quando houve a eleição do Clube Militar, disputaram a presidência de um lado Osvaldo Cordeiro de Farias e de outro lado, Newton Estillac Leal. O senhor está lembrado?

H.L. - Eu, se bem que há muitos anos seja sócio do Clube Militar, nunca votei em sua diretoria, nem participei dos problemas. O Clube Militar, como qualquer outra associação, tem os seus problemas de política interna, que não são do Exército, são do clube, e são decididos por voto, de acordo com a vontade da maioria. Naturalmente, nem todos pensam da mesma maneira, é impossível que numerosas pessoas, mesmo de uma classe, mas de postos diferentes e origens diferentes, trabalhando em situações diferentes, tenham sobre um problema político a mesma idéia, sintam que a solução adequada é a mesma para todos.

[FINAL DA FITA 5-B]

P.F. - O senhor vinha nos falando que sempre foi a favor do monopólio estatal do petróleo.

H.L. - Sim, porque o petróleo é um bem da coletividade e um bem precíval, que deve ser explorado levando em conta os interesses do país. Quando eu fui candidato, “O petróleo é nosso” foi um *slogan* por mim apresentado: “A Petrobrás é intocável”.

P.F. - Essa frase que o senhor usou nesse tempo estava também na chapa do Newton Estillac Leal e o Horta Barbosa para o Clube Militar. O senhor tinha chegado a ter algum contato com eles?

H.L. - Não. Nunca tive contato com eles. Estillac, aliás, é meu contemporâneo de escola, porém de uma turma posterior à minha. O outro não.

P.F. - Há uma coisa que me deixou muito intrigado. A gente encontra nos livros referências acerca dessa sua posição nacionalista em relação ao petróleo, mas os setores do Clube Militar que defenderam o monopólio estatal do petróleo lutaram contra o envio de tropas brasileiras à Coreia enquanto, segundo uma fonte que consultei, o senhor teria sido a favor do envio dessas tropas.

H.L. - Não me lembro de modo algum. Não me lembro de ter sido a favor da remessa de tropa brasileira para lutar na Coreia. Era uma guerra com a qual o Brasil nada tinha a ver. Não seria sensato sacrificar brasileiros numa luta que envolvia problemas de um outro povo.

Olhe, o monopólio estatal do petróleo não tem nada a ver com comunismo, nem socialismo, nem centrismo, nem direitismo; é um problema de caráter e de interesse nacional. Mas algumas pessoas acusavam o general Estillac de ser inclinado para a esquerda ou para o comunismo. Eu não sei e não estou em condições de julgá-lo, porque não tinha estreito contato com ele. Nós servimos em setores diferentes. Mas essa acusação era feita a ele, como aliás a lançaram contra outros militares, até eu mesmo, quando candidato a presidente da República, embora seja católico apostólico romano praticante. Sempre fui contra toda ação que pretendesse modificar o regime de escolha dos dirigentes e dos legisladores pelo povo. Ora, o comunismo é uma ditadura que nasceu com a finalidade de fazer o bem da classe proletária. Marx defendeu a idéia de que como eram os proletários que trabalhavam mais em benefício do desenvolvimento do país, e naturalmente do bem-estar da população, deveriam eles ter uma parte nas decisões relacionadas com esse país. É isso, então, que chama de ditadura do proletariado. Mas ditadura do proletariado é conversa fiada, porque se se passar a Rússia em revista...

P.F. - Agora, de qualquer maneira, como é que o senhor enxerga a participação do Exército, por exemplo, através do Clube Militar, nessas questões vitais de importância nacional como a questão do monopólio do petróleo, que foi efetivamente uma campanha levada a cabo pelo Exército brasileiro? Não foi uma campanha levada só pelo Exército, mas garantida de certo modo pelo Exército e pelo desempenho dos militares.

H.L. - Não sei se o Exército garantiu, mas seria natural que o fizesse. Nós militares, somos militares e somos cidadãos, de sorte que no quadro dos interesses gerais do país, desde que não empreguemos nossa força, que existe para a defesa dos interesses de todo o país e para a manutenção da ordem pública, desde que essa força não intervenha, cada um de nós, como cidadãos, tem o direito de manifestar seu ponto de vista em assuntos que não digam respeito à classe militar. Nós temos o direito de manifestar o nosso ponto de vista e temos obrigação de votar como qualquer outro cidadão.

P.F. - É; no caso, porém, tenho a impressão de que, na medida em que quem fala é o presidente do Clube Militar, já não se trata mais do indivíduo como cidadão, mas das próprias classes armadas.

H.L. - Não, é preciso não confundir o Clube Militar com as Forças Armadas. Há o Clube Militar, o Clube Naval e o Clube da Aeronáutica, que foram criados por militares, assim como o Clube de Sargentos do Exército. Pois bem, desses clubes fazem parte militares como de outros clubes fazem parte pessoas diversas. O Sírio Libanês ou o Fluminense são clubes onde as pessoas se reúnem com uma certa finalidade. Convivência, diversão etc. O Clube Militar tem uma sede na Lagoa com uma porção de diversões, outra sede no centro da cidade, tudo isso em benefício dos militares e suas famílias. Agora, o militar que participa desse clube tem o direito de manifestar sua opinião sobre problemas em cuja discussão às vezes se chega e às vezes não se chega a um consenso. Mas é um problema do clube, e não do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica. É preciso que se evite confundir alhos com bugalhos.

P.F. - Marechal, o segundo governo Vargas se inicia em crise, porque existe um veto à posse do presidente. Depois o ambiente de crise não se desfaz mas persiste, alimentado pelo descontentamento com a presença de João Goulart no Ministério do Trabalho. Lança-se, então, um manifesto assinado por coronéis logo após Jango propor um aumento de 100% no salário mínimo, exigindo-se nesse documento a demissão do ministro do Trabalho...

H.L. - Não me lembro em detalhes do que se passou. Naturalmente, não participei disso, porque senão me recordaria. De qualquer modo, não concordo em que os militares queiram impor ao presidente da República a escolha de seus auxiliares imediatos.

P.F. - Mas há uma versão acerca dos episódios de novembro de 55 em que se afirma que, quando Café Filho, depois do *impeachment* de Carlos Luz, tentou reassumir o governo, o senhor teria condicionado o fato de ele reassumir o governo à manutenção da sua pessoa no Ministério da Guerra.

H.L. - Isso é uma mentira deslavada! Mentira completa! Eu estivo com o presidente Café Filho e o que me levou a discordar dele foi a sua declaração de que estava de acordo com Carlos Luz. Ora, Carlos Luz pretendia exatamente desrespeitar uma eleição que o próprio governo em exercício, tendo Luz como presidente da Câmara e o Café Filho como presidente da República, através de seu ministro da Justiça, classificara de a eleição mais correta que até então tinha havido em nossa pátria. Ele deixou claro que iria fazer o que achasse conveniente e necessário. Não era possível, depois de ter começado um movimento para garantir a livre manifestação da vontade popular, permitir que se desrespeitasse o resultado das urnas. Custei muito a decidir-me porque sou contra a intervenção das Forças Armadas na solução de problemas tipicamente políticos. Os problemas políticos pertencem ao conjunto do povo brasileiro e não às Forças Armadas. Mas, quando o povo decidiu e procuraram desrespeitar a sua vontade, estabelecida de uma maneira clara, não me restou outra alternativa. Eu havia, inclusive,

ido falar com o presidente Carlos Luz na Câmara, para fazer sugestões no sentido de dar ao eleitor a segurança de votar como bem lhe aprouvesse através da tal cédula única.

A cédula única foi oriunda justamente dessa minha intervenção junto aos poderes constituídos. Conversei com o presidente do Tribunal Eleitoral, que aliás também me havia procurado anteriormente, e confirmei que realmente o eleitor tinha podido votar com inteira liberdade, livre da menor pressão, resguardado pelo voto secreto. Então, tinha sido uma eleição respeitável, e assim sendo, devia ser respeitada. É esse o meu ponto de vista.

P. F. - E Café Filho não conseguiu naquele momento lhe apresentar garantias de que a legalidade seria respeitada?

H.L. – Eu não pedia garantias! Compreendeu? Ele veio falar comigo a respeito de reassumir, desde que os médicos lhe dissessem que já estava bom. Eu não tinha nada a dizer. Ele, então, juntou a isso uma declaração de que, quanto ao problema das eleições, iria agir de acordo com o que julgasse mais conveniente, isto é, desrespeitando as eleições.

P.F. – Mas marechal, essa crise era um desdobramento de uma outra do ano anterior, que foi a deposição e suicídio de Vargas. Como é que o senhor presenciou aquela questão do 5 de agosto, do atentado a Lacerda e da própria deposição e suicídio de Vargas?

H.L. – Naquela ocasião criou-se para o governo uma situação muito delicada, porque eram feitas acusações a auxiliares imediatos do presidente da República e diziam que ele os estava protegendo. O assassinato de um oficial da Aeronáutica foi uma covardia gritante, que provocou um natural aborrecimento nos oficiais da Aeronáutica, como em todos os militares. O assassinato de um companheiro, qualquer que seja a arma a que ele pertença, é sempre desagradável para nós. Bem, estendendo-se aquele problema criou-se uma situação insustentável, que colocava sob ameaça a autoridade do presidente da República, sob a alegação de que este estava deixando de cumprir o seu dever e protegendo criminosos. Para que os criminosos fossem julgados, sem que se pudesse acusar o presidente de estar tentando protegê-los, era necessário que Vargas fosse temporariamente afastado de suas funções, cedendo seu lugar a um outro que não estivesse envolvido naquele problema. Terminada a investigação, o presidente da República reassumiria as suas funções. É interessante que, naquele momento, me repugnava um pouco qualquer manifestação dos militares contra a manutenção do presidente no exercício das suas funções. Ter que agir contra Carlos Luz e Café Filho foi uma das coisas mais desagradáveis de minha vida. Vieram-me falar a primeira vez, e não concordei; depois, vieram-me convocar para essa reunião e, após raciocinar durante algum tempo, eu concordei e assinei o papel que me trouxeram.

P.F. – Nesse período da deposição de Getúlio?

H.L. – Não, antes!

P.F. – Naquele manifesto dos brigadeiros? Os brigadeiros tinham se reunido acho que dia 21.

H.L. – Não sei, não acompanhei em detalhes, porque tinha outras coisas a fazer. Nesta ocasião, eu era diretor de Engenharia e Comunicações e trabalhava nos últimos andares do Ministério da Guerra. Como estava muito atarefado e tendo horror a tudo que diz respeito a política partidária não acompanhei em detalhes o episódio, embora lesse nos jornais o que se passava. Diziam que o presidente da República estava acobertando criminosos que tinham praticado um crime covarde porque o rapaz não estava armado e não se defendeu. Então, após raciocinar, achei que seria conveniente que, enquanto o processo estivesse em curso, o presidente não estivesse no exercício de suas funções para não praticar uma eventual intervenção em benefício dos criminosos. Mas terminado o processo o presidente voltaria ao exercício das suas funções. Agora, a coisa era tão desagradável para mim que assinei o manifesto sem ler a totalidade da exposição que era feita, embora jamais eu o faça.

P.F. – O senhor lembra quem lhe levou o manifesto?

H.L. – Tenho a impressão que foi Ademar de Queirós, mas não tenho certeza. Ou ele ou o general Fiúsa de Castro. Não me recordo não.

P.F. – Passada a tragédia de 24 de agosto e instituído o novo governo, o senhor foi escolhido ministro da Guerra. Por que seu nome apareceu no cenário político, já que nunca, até então, tinha sido ventilado para ocupar uma posição semelhante?

H.L. – Não sei. Creio já ter contado como se passaram os fatos. Nessa ocasião, eu era diretor de Engenharia e Comunicações e morava no Leblon. Quando ocorreu o suicídio do Getúlio, eu estava tomando banho de mar. Minha senhora me fez um sinal, eu vim, ela disse que o Getúlio tinha se suicidado. Para mim, foi um golpe muito desagradável, pois não lhe tinha raiva, apesar de ele ter me prejudicado. Vargas possuía uma série de qualidades de ser humano que eu apreciava. Ele era simpático e, além disso, houve todas as conseqüências do fato. À noite, eu estava recolhido - deito muito cedo, desde menino -, quando minha senhora me avisou que me chamavam ao telefone. Era o Juarez Távora. Após me cumprimentar, ele disse que tinham pensado no meu nome para assumir as funções de ministro da Guerra. Recusei e, quando Juarez disse que neste caso consultaria outro nome, aprovei a idéia: “É muito bom que seja outro, porque eu não desejo ser ministro”. E fui-me deitar outra vez. Pouco depois fui chamado novamente ao telefone: “Não, o presidente Café Filho escolheu o seu nome. O lugar é um lugar de sacrifício. Nós estamos numa situação difícil e é dever nosso colaborar com o governo. O presidente o espera. Vão buscá-lo aí daqui a pouco”. E foram lá me buscar para levar à presença de Café Filho, que pessoalmente me fez o convite, insistindo para que assumisse imediatamente o Ministério da Guerra. Daí fomos para o quartel-general do Exército - eu, Juarez Távora e um auxiliar do Juarez -, onde nos aguardavam alguns oficiais. Enquanto eu conversava no gabinete houve uma discussão entre auxiliares do

ministro anterior e o Juarez. Ao ouvir aquela gritaria, fui lá e chamei a atenção dos oficiais, que estavam querendo insultar o Juarez porque o Zenóbio tinha sido afastado do Ministério da Guerra.

P.F. - Agora, como é que o senhor viu o desempenho dessa função de ministro, num momento de tanta gravidade para as Forças Armadas? Como o senhor procedeu no ministério?

H.L. - O Ministério da Guerra não me era agradável, porque eu entrei para o Exército para servir como militar em funções tipicamente militares, e a função do ministro da Guerra é a um só tempo militar e política. Como essa parcela política talvez fosse até mais importante, para mim era muito desagradável exercer funções dessa natureza. Mas dada a situação que o país atravessava, e pelas funções que eu tinha exercido anteriormente, resolvi aceitar. Eu havia sido instrutor da Escola de Sargentos, instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, três vezes instrutor da Escola Militar, instrutor da Escola do Estado-Maior, fui subdiretor de Ensino da Escola de Estado-Maior, comandante da Escola do Estado-Maior. Então, no exercício dessas funções, tive oportunidade de lidar com uma boa parte da oficialidade do Exército, principalmente com aqueles que nessa ocasião estavam em postos mais elevados. Portanto, conhecia-os, sabia o que eles eram, o que podiam fazer e como poderiam agir, dados seus temperamentos e suas inclinações. Por isso, aceitei.

P.F. - Uma vez no ministério, o senhor tomou atitude para prevenir a ação desses mesmos oficiais que, tendo atuado pela deposição de Vargas, não estavam satisfeitos com o revertério que se deu após a tragédia de agosto?

H.L. - Naturalmente, tomei as medidas necessárias para que o Exército não exorbitasse e se mantivesse dentro de seu quadro constitucional. Isso foi feito. Não tivemos problemas no Exército.

P.F. - Nós gostaríamos de saber um pouco mais sobre isso...

H.L. - Mas dos detalhes eu não me recordo. Eu esqueço todas as coisas que me são desagradáveis. É uma dádiva divina! daquelas que me são satisfatórias, de modo geral, mesmo sendo fatos passados, eu me recordo. Por isso, não tenho raiva dessas pessoas, porque eu esqueço o que elas fizeram. Nem me lembro, às vezes, o nome delas.

P.F. - O senhor foi escolhido nesse momento exatamente por essa sua imagem de elemento essencialmente disciplinador. Que formas tem um ministro para atuar sobre uma tropa que tende à indisciplina num determinado momento? Como é que ele faz? Transfere? Tira comando? Que tipo de ação é uma ação eficaz para manter a legalidade numa hora dessas?

H.L. - Nesse momento, com o conhecimento que se tem dos oficiais, deve-se colocar nos postos chaves para a manutenção do Exército no quadro constitucional aqueles que são mais capazes. Foi isso que eu fiz.

P.F. - Agora, o senhor apesar disso foi alvo de muitos ataques, especialmente do Carlos Lacerda.

H.L. - Não sei o que o Carlos Lacerda achou na minha pessoa, porque durante toda a sua vida ele me atacou. O mais interessante é o seguinte: um dia, depois da Revolução de 64, ele apareceu aqui em casa. Queria falar comigo. Uma surpresa, mas eu o recebi, pois não guardo raiva de ninguém. Agora [rindo], a minha senhora colocou a cadeira do visitante de modo que ele ficasse sentado olhando para um retrato do Getúlio que eu tenho aí em meu gabinete. Mas ele veio falar a respeito do problema político, e eu disse que não estava contente com o que se passava, mas que estava reformado e não tinha nada a fazer. Estava descontente, mas era só. E quando ele morreu, fui ao seu enterro.

P.F. - Mas de qualquer maneira ele o amobou bastante.

H.L. - Ele me atacou de todas as maneiras. Há um livro aí, não sei se conhece esse livro...

P.F. - O senhor sofreu todos esses ataques e isso naturalmente o sensibilizou muito.

H.L. - Não, não, o problema não era a minha pessoa; era a função que eu exercia. Ele fazia ataques ao ministro da Guerra, acusações destituídas de fundamento. E eu o processei, recorri à justiça. Mas é muito difícil - pelo menos era naquela ocasião - conseguir-se, através da legislação vigente que o cidadão que insulta outro pelas colunas dos jornais seja punido.

P.F. - Era uma situação um tanto esdrúxula. O senhor, afinal de contas, em agosto de 54 tinha tomado uma atitude contra Vargas, quando assinou o Manifesto dos Generais. E Lacerda foi justamente o elemento que mais combateu e exigiu a saída de Vargas. Mas depois da queda de Vargas ele parte para atacar o senhor, que de certo modo estaria lutando do mesmo lado.

H.L. - Carlos Lacerda era um homem de uma inteligência excepcional. Escrevia muito bem, mas parece que tinha dentro de si um pêndulo que de vez em quando mudava de direção, levando-o a também alterar o seu rumo. Num pêndulo as oscilações são isócronas, mas se a gente torce o pêndulo numa direção... E Lacerda mudava... Foi comunista durante certo tempo de sua vida; depois passou ao extremo oposto. Ele combatia pessoas que depois passava a defender. Há um livro do Caó que documenta a mudança de opinião de Carlos Lacerda a respeito de certos cidadãos.* Acusa

* *O carreirista da traição*, compilado por Epitácio Caó.

desbragadamente elementos que em outras ocasiões defende. Que cidadão imprevisível, o Lacerda! Não sei o que se passava com ele para que mudasse tanto de opinião sobre os problemas, sobre as pessoas e sobre a orientação a ser dada ao nosso país. Nunca entendi o Carlos Lacerda.

P.F. - O senhor lembra da Carta Brandi por ele divulgada? Era falsa. Versava sobre um plano de espionagem Brasil-Argentina.

H.L. – Sei, esse era justamente um dos problemas que esteve em pauta para ser solucionado por mim. Na época, fui muito atacado porque mandei um oficial verificar se a carta era verdadeira, e ele chegou à conclusão de que parecia forjada. Como nós já tínhamos tido um problema anterior, se não me engano foi com Bernardes, desconfiei que pudesse ser uma repetição. O cidadão nem ao menos iniciativa possuía, apenas repetia um crime. E por causa disso me atacaram violentamente, não é? Houve um assunto pelo qual também fui muito atacado, relacionado com certa compra de máquinas de escrever para o Ministério da Guerra. Havia uma firma, cujo nome não me recordo, que tradicionalmente vendia máquinas ao Ministério da Guerra. Entretanto, o general que chefiava um de nossos grandes departamentos – esse problema não era tratado por mim diretamente – achou que havia outra proposta mais proveitosa, sendo então feita uma concorrência, o que levou os tais cidadãos a me atacarem.

[FINAL DA FITA 6-A]

H.L. – Como o material destinado ao governo não pagava direitos alfandegários, as máquinas de escrever importadas para atender nossos pedidos teriam direito a esta isenção. Acontece, porém, que a tal firma fornecedora havia importado máquinas por nós encomendadas e outras máquinas. Como as máquinas de escrever se destinavam ao Ministério da Guerra, eles, os fornecedores, pensaram que poderiam apanhar os caixotes e abri-los sem serem molestados. Entretanto, quando os caixotes chegaram ao Ministério da Guerra e foi feita a abertura, verificou-se que havia máquinas que não eram encomendadas por nós. Tinha havido uma fraude e, em virtude disso, determinamos a rescisão do contrato de compra. Inconformado, o cidadão foi para a imprensa e abriu uma enorme celeuma, nos atacando como se tivéssemos querido favorecer outra firma. Ele, de fato, tinha ganhado a concorrência, mas quis praticar uma desonestidade contra os cofres públicos, importando máquinas sem pagar o imposto devido.

P.F. – Agora, no decorrer destes fatos, se dão as novas eleições a que o senhor se referiu, e nelas se levanta mais uma vez a tese da maioria absoluta. Qual foi a posição dos outros ministros militares em relação à maioria absoluta?

H.L. – Quando isso?

P.F. – No tempo já do Café Filho, quando o senhor era ministro da Guerra.

H.L. – Nessa ocasião, se não me falha a memória, Luís Galoti, presidente do Superior Tribunal Eleitoral, em conversa comigo no Ministério da Guerra, disse que esse problema já tinha sido julgado, e não era exigida a maioria absoluta pela Constituição: bastava que o cidadão eleito presidente obtivesse um número de votos maior que o segundo colocado dos outros concorrentes, e não do que soma de votos dos seus opositores. Eu, depois de ele me ter exposto isso, fui falar com o ministro da Marinha, almirante Amorim do Vale, e o ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes, fazendo-os ver que a tese da maioria absoluta não tinha base legal. Não podíamos impedir a posse de Juscelino. Para mim o assunto estava terminado. O ministro entendia do riscado e havia dito que o Supremo Tribunal Federal decidira que nossas leis não tinham mudado e não havia nada que impedisse o eleito que não fizesse maioria absoluta de ser empossado.

P.F. – Qual foi a receptividade deles a essa sua conduta?

H.L. – Eles continuaram a dizer que Juscelino não devia assumir as funções. Só que daí por diante não acertamos mais o passo.

P.F. – A Marinha e a Aeronáutica estavam de um lado...

H.L. – Não eram a Marinha e a Aeronáutica, pois tanto numa quanto noutra havia elementos contrários: os ministros e a maior parte da Marinha e Aeronáutica, pelo menos uma boa proporção. Como também no Exército havia naturalmente aqueles que pensavam assim. Não existia unanimidade. Mas o que nós militares pensamos não importa; o que importa é o que a lei estabelece. Eu agi no sentido de fazer com que a lei fosse obedecida.

P.F. - O senhor acha que existia um ressentimento muito grande contra essa chapa por causa do João Goulart?

H.L. – Não sei, não sei, não estou em condições de avaliar. Quando fui candidato, tendo João Goulart como meu companheiro de chapa, perdi as eleições, e ele vence, mas ninguém reclamou. Só mais tarde, quando ele tinha de ser empossado, é que reagiram. Na verdade, sempre houve nas Forças Armadas certo grupo que era contrário a João Goulart.

P.F. – Mas desde 54, quando se divulgou o Manifesto dos Coronéis, depois da proposição do aumento de salário mínimo, que Jango é visto como inimigo número um das Forças Armadas...

H.L. – Não, não é propriamente isso. Ele é um político...

P.F. – Ele saiu do ministério por imposição...

H.L. – Ele era um político e um cidadão com alguma boas qualidades humanas, mas muito despreparado sob o ponto de vista de cultura geral. Não estava em condições de considerar, nos assuntos que devia decidir, o que era mais importante. As decisões que ele tomava eram destituídas de base, aéreas, e portanto, más decisões, que geravam mais tarde problemas para ele e para outras pessoas.

P.F. – Então, prosseguindo, a situação evolui numa escalada, nessa questão da contestação à posse do Juscelino, até o episódio do Jurandir Mamede. Eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho para nós sobre a questão aberta com o discurso do Jurandir Mamede no enterro do Canrobert.

H.L. – O general Canrobert tinha sido meu companheiro no Colégio Militar. Ele era cinco anos atrasado em relação a mim. Eu era mais velho e também estava mais adiantado, mas nós tivemos oportunidades diferentes. Algumas vezes, não agiu muito corretamente; mas em outras oportunidades, no exercício das funções que lhe foram atribuídas, ele me tratou com muita lisura, dispensando-me sempre uma grande gentileza. Nós nos visitávamos. Eu lhe devotava certa amizade e fui visitá-lo quando ele esteve doente. Depois, fui a seu enterro, embora tenha horror a cerimônias fúnebres. Era uma tarde chuvosa. Fizeram uma espécie de coberta sob a qual nós ficamos amontoados. Havia sido estabelecido que falariam militares em nome das Forças Armadas. Vieram me pedir que falasse. Não gosto de falar em público, e principalmente naquelas circunstâncias, no enterro de um amigo, com a família presente. Era muito desagradável, mas como havia uma agitação muito grande naquela ocasião, resolvi falar para evitar problemas. Lá pelas tantas, apareceu o Mamede, que tomou a palavra. Surpreendi-me, porque ele não estava na relação dos oradores, mas não poderia intervir como ministro da Guerra, apesar de ser militar. Eu estava ali prestando uma homenagem, a última homenagem a um camarada, com a família presente, de sorte que devia evitar situações desagradáveis. Ele começou a falar. Lá pelas tantas, em sua oração na beira do túmulo, em lugar de tratar das qualidades do morto, da saudade que sua ida nos despertava, ele passou a tratar de problemas políticos, tipicamente políticos, político-partidários, inclusive acusando o governo. Minha primeira reação de chefe foi cassar-lhe a palavras e prendê-lo. Mas olhando o quadro em que nos cercava, me contive. Que surpresa não me aguardava! Quando ele acabou de falar, Carlos Luz, que estava presente, achegou-se e cumprimentou-o efusivamente. Não compreendi como um homem que ocupava cargo importante – era presidente da Câmara dos Deputados – tomava semelhante atitude. Não sei se sabem que durante muito tempo até se cogitou o nome de Canrobert para presidente da República. Mas o fato é que Carlos Luz cumprimentou efusivamente o Mamede. Afastamo-nos. À noite, fui tomar providências para punir o Mamede. Infelizmente, não sabia que ele, apesar de estar numa função sujeita à presidência da República, pelo Regulamento Disciplinar, poderia ser punido pelo próprio ministro da Guerra.

P.F. – Na época, o senhor pensou que fosse necessário transferi-lo do Estado-Maior para a sua jurisdição?

H.L. – Não; não que fosse necessário transferi-lo, mas que eu precisasse pedir autorização à autoridade a quem ele estava subordinado – no caso, o presidente da República – para enquadrá-lo no Regulamento Disciplinar do Exército. Pelo regulamento, isso não era necessário. Entretanto, desconhecendo esse detalhe, tentei falar com o presidente à noite e não consegui. Falei com um de seus auxiliares. Mais tarde, Eduardo Gomes telefonou para mim, dizendo que iria mandar seu chefe de gabinete à minha residência. O oficial deveria levar-me um documento a respeito da repressão ao comunismo, redigido pelo Brigadeiro e já aprovado pelo Amorim. Ele pretendia apresentá-lo ao presidente da República e queria saber se eu estava de acordo. Disse-lhe que o mandasse, pois eu iria lê-lo e se estivesse de acordo assinaria. Então, aproveitei a oportunidade para sondá-lo: “Você viu como o Mamede procedeu incorretamente? Numa situação daquelas, levantar problemas políticos à beira do túmulo. Ele militar, no meio de militares e autoridades superiores”...

Ele se fez de desinformado: “Ah, não. Não sei do que se trata”. Percebi, então, que ele estava de acordo com a cena do cemitério. Disse-lhe obrigado e desliguei.

P.F. – Um parêntese, o tal documento que ele ia lhe mandar, chegou?

H.L. – Chegou.

P.F. – O que era?

H.L. – Era a respeito de um projeto a ser apresentado ao governo, não sei bem se para interromper a publicação de certos jornais. Não me recordo, mas era qualquer coisa ligada à repressão aos comunistas.

P.F. – E o senhor ficou de acordo?

H.L. – Sim, era uma coisa com a qual eu estava de acordo.

P.F. – E o projeto foi executado, não?

H.L. – Não sei, não me lembro, porque depois a situação modificou-se e surgiram problemas de muito maior relevo.

P.F. – E quando o senhor viu que não tinha o apoio dos outros ministros militares? Houve manifestação de apoio à sua pessoa dentro do próprio Exército? O senhor não

recebeu manifestação de apoio dentro de outras armas? E dentro do Exército, como é que transcorreu a coisa?

H.L. – Já lhe falei que depois, quando a situação se agravou, o general Denis, comandante do I Exército foi falar comigo. Ele foi me dizer que havia uma agitação muito grande e se eu não queria que o Exército fosse posto em prontidão. Não o atendi: “A Marinha e Aeronáutica têm um número de militares relativamente pequenos aqui no Rio; mas o Exército é muito grande, possui muitos quartéis, e a população vai ficar assustada com uma prontidão. Não devemos, sem motivo plausível, estar deixando a população atemorizada”. Ele foi embora, mas deixando transparecer que não estava muito satisfeito. Depois, refletindo sobre informação que o general Denis me dera, de que a Marinha e a Aeronáutica estavam de prontidão, percebi que estavam preparando um golpe qualquer. Eu, por princípio, era contra a ação de um ministro ou dos militares contra a autoridade civil constituída. Naquele momento, entretanto, tratava-se do seguinte: um presidente, um segundo em exercício, estava pactuando com uma atuação contrária à escolha do povo e à decisão dos tribunais. Era uma situação contrária aos interesses do povo brasileiro, absolutamente insustentável para quem prezasse o bem-comum. Eu estava ocupando uma função que era militar e política. Para mim, seria muito simples me afastar do Ministério da Guerra e deixar o Brasil pegar fogo, porque naturalmente haveria reação do outro lado. Entretanto, com minha autoridade, com o conhecimento que eu tinha da situação poderia, se agisse prontamente, impedir que se chegasse à guerra civil. Refleti e lá pela madrugada tomei a decisão de agir. A casa em que residia o general Denis ficava junto à casa em que eu residia, ali no Maracanã. Cheguei à janela e vi que as luzes estavam acesas. O general Denis, então, estava acordado. Por medida de segurança, anteriormente havia mandado instalar telefone de campanha, para que não ficássemos sujeitos às ligações pelo telefone comum, que poderiam ser violadas ou cortadas. Chamei o general Denis ao telefone e disse-lhe que tinha decidido agir e que tínhamos que agir com prontidão. Era preciso sairmos imediatamente para o Ministério da Guerra. Com o automóvel que eu utilizava estava no Leme, pedi-lhe que me apanhasse, para que fôssemos juntos ao Ministério da Guerra. Assim foi feito. O general Denis veio com um de seus oficiais e o general Falconière, comandante de São Paulo, que imaginava ter regressado a seu estado após o encontro que tivéramos pouco antes. Quando chegamos ao Ministério da Guerra, meu gabinete ainda estava fechado. Inicialmente, fui ao gabinete do comandante do I Exército, que estava de prontidão, e de lá dei ordens aos comandantes dos outros Exércitos para que mantivessem a ordem pública e cuidassem para que a vontade do povo fosse respeitada. Graças a Deus, não houve nem mesmo um acidente de automóvel, ninguém se machucou. Foi um movimento sem vítimas. Graças a Deus!

Como naquela ocasião o governo estava sediado no Rio de Janeiro, e a situação do I Exército era da maior importância para a manutenção da ordem constituída, dei ordem ao general Denis para que preparasse para eventualidade de um movimento armado da Marinha e Aeronáutica. O I Exército deveria agir prontamente, ocupando os postos onde se esperava viriam reunir-se os possíveis adversários de modo que pudssemos abafar o seu movimento antes que ele se estendesse. Determinei, além disso, que expedisse ordens de constituição de certo número de destacamentos, entregando a cada um desses destacamentos uma missão e trouxesse as ordens para eu ver. Ele assim procedeu com seus auxiliares. Li o conjunto das ordens e fiz algumas modificações, porque ao constituir os destacamentos Denis misturara elementos da infantaria, artilharia e cavalaria, sem levar convenientemente os escalões hierárquicos.

Quando se constitui um destacamento, aproveita-se o seu comando para agregar a ele outros elementos de fora. O comandante, por exemplo, da Artilharia Divisionária, deveria comandar uma tropa de artilharia e elementos de infantaria que iriam reforçá-la. Deveria ser feita uma combinação das tropas em que o cidadão trabalhava com elementos que ele já conhecesse. Feita essa modificação, as ordens foram datilografadas, seladas e guardadas como secreto. Ordens prontas para serem expedidas em caso de necessidade. Quando tomei a decisão, logo que cheguei ao quartel-general, o general Denis expediu todas essas ordens. A tropa daqui do Rio, imediatamente foi posta em movimento, ocupando o Arsenal da Marinha, o Campo dos Afonsos e os vários lugares onde poderia haver reuniões de militares de outras armas contrários à decisão que havíamos tomado. Eles nada puderam fazer contra nós porque nós tínhamos superioridade de meios; não podiam lutar e acharam mais prudente conformar-se com a situação criada por nós.

P.F. – E vocês tinham preparado uma reação também em outros estados?

H.L. – Não, nos outros estados haveria tempo. Em primeiro lugar, no Rio, a proporção de elementos da Marinha e da Aeronáutica, em relação ao do Exército é menor, mas é relativamente grande, ao passo que nos outros é pequena. Nós tínhamos a possibilidade de dar ordens com antecedência a alguns estados, caso fosse necessário, mas eu não quis fazer isso porque iria se espalhar a notícia de que nós estávamos tomando providências contra o possível golpe. As medidas de caráter secreto devem ser do conhecimento do menor número de pessoas possível. Somente eu, o Denis e auxiliares imediatos sabíamos o que estávamos preparando. Nem mesmo a meus auxiliares contei o que estava sendo feito, de sorte que agimos de surpresa. Quando eles viram, estava a tropa na rua e em condições de abafar qualquer tentativa de ação contrária.

P.F. – Então, mesmo em um estado de tropa numerosa como o Rio Grande do Sul, continuou tudo normal?

H.L. – Não; eu dei várias ordens. Em São Paulo, por exemplo, o governador era Jânio Quadros e o comandante da Região Militar era primo do brigadeiro Eduardo Gomes. Então, tendo que tomar providências, determinei a um dos oficiais baseados em São Paulo – um elemento muito inteligente e ativo, que mais tarde iria servir em meu gabinete – que tomasse certas medidas. Na capital ele deveria diligenciar para que a polícia não pudesse opor qualquer resistência e em Santos, para impedir uma eventual ajuda à esquadra que lá chegasse para tomar nossas fortalezas. Era preciso que nossas fortalezas estivessem em condições de se defender contra uma intervenção da esquadra e, para tanto, não poderiam correr o risco de um ataque da Força Pública de São Paulo ou de quaisquer outros elementos. Esse oficial prontamente tomou todas as providências, chegando-se em São Paulo até a erguer trincheiras lá numa das praças.

P.F. – O Falconière também foi para São Paulo, não é?

H.L. – Sim, mas o telefone era mais rápido. Inclusive, durante a viagem, tentaram impedir a sua chegada a São Paulo. Ele tinha que passar por São José dos Campos...

P.F. – Ele foi antes do dia 11?

H.L. – Não, ele foi nessa ocasião...

P.F. – No dia?

H.L. – No dia. Pois eu não falei que, quando o general Denis foi me apanhar, ele estava no automóvel? Nessa hora, dei ordem para que seguisse imediatamente para São Paulo, a fim de tomar as providências. Mas no meio do caminho, em São José dos Campos, havia uma tropa da Aeronáutica na estrada. Aprenderam o automóvel e o levaram ao comando local para que ele falasse com Eduardo Gomes. Falconière era o cidadão mais inteligente que eu tive contato em minha vida. Catarinense esperto! Eduardo Gomes perguntou-lhe de que lado ele estava, e ele disse: “Naturalmente, estou do lado da lei”... Eduardo, então, deu ordem para que o liberassem, e ele seguiu para São Paulo, onde tomou providências que acabaram de assegurar a atuação de toda a tropa do Exército ao nosso lado.

P.F. – Quer dizer que o dispositivo militar abrangeu somente o Rio e São Paulo?

H.L. – Não; São Paulo, nesse momento, mas houve também ordens para o Rio Grande do Sul, para o Norte e todo o Brasil. Eu telefonei aos comandantes de Exército e de Regiões para que eles tomassem as providências visando agir contra o que se passava.

P.F. – E no momento desse contato, o senhor explica a esses comandantes a situação, o que está ocorrendo ou simplesmente dá ordens?

H.L. – Não, em poucas palavras, tenho que lhes expor de que se trata. A gente, para dar uma ordem, tem que colocar qual é o quadro que existe e, em função desse quadro, determinar o que deve ser feito. Então lhes dizia o que se tinha passado, o que eu tinha decidido e o que eles deveriam fazer. E isso foi feito.

P.F. – E não houve nenhum foco de resistência?

H.L. – Não, não houve não. Na área do III Exército, o general Edgar Ferreira do Amaral ficou numa certa dúvida, mas depois, durante a conversa...

P.F. – O foco de oposição residia realmente na Marinha e na Aeronáutica, não é?

H.L. – Sim, tanto que fatos posteriores demonstraram isso; as reações que foram tentadas enquanto eu fui temporariamente ministro da Aeronáutica.

P.F. – Aí então eles embarcam no *Tamandaré*. O Carlos Luz, o Pena Botto e mais o Lacerda, de lambuja.

H.L. – Aí houve necessidade de nova intervenção de minha parte. Nós tínhamos dado ordem para que a barra fosse fechada a movimentos de navios de guerra. Entrada ou saída. As fortalezas tinham recebido essa ordem, mas o comandante da Artilharia de Costa me telefonou, dizendo que um navio, o *Tamandaré*, estava se dirigindo para a barra. “O que é que eu devo fazer?” – perguntou-me ele. Eu disse que já havia determinado que não deixasse sair. A ordem era essa e deveria ser executada: “Dê uns tiros de pólvora seca; depois mais tiros de intimidação; se ele continuar, então tem que atirar na frente do navio; finalmente atirar em cima. É imprescindível que o navio não saia, porque se sair vai para Santos, e teremos uma guerra civil. É melhor perdermos o navio com quem está a bordo do que ter guerra civil no Brasil”. Entretanto, eles tiveram sorte, porque estava saindo um navio mercante.

P.F. – Tiveram cobertura.

H.L. – Sim, mas não sei se o pessoal atiraria para acertar. Não tenho condições se isso aconteceu de propósito ou não. Mas o fato é que o navio não foi atingido, graças a Deus, não foi atingido. Seguiu viagem, mas como uma andorinha não faz verão, chegou a Santos e nada pôde fazer porque o resto da esquadra ficou. A recepção que tiveram por parte das fortalezas os deixou com receio de sair. E o *Tamandaré* era o mais poderoso navio da esquadra. Se ele não pôde, os outros também não poderiam. Diante disso, tiveram que regressar.

P.F. – O senhor tinha tomado conhecimento, durante esse tempo, da existência do MMC – Movimento Militar Constitucionalista?

H.L. – Sim, e tomei providências contra eles. Alguns oficiais, se não me falha a memória, foram até punidos. Havia um foco lá no Recife e em outros lugares.

P.F. – Mas era um movimento que visava justamente o mesmo objetivo que o senhor, isto é, a garantia da posse do Juscelino!

H.L. – Sim, mas não é possível que militares de baixo queiram trabalhar, a não ser mediante ordens de cima.

P.F. – Quer dizer que então a sua decisão de interferência na política foi tomada realmente quase no dia 11?

H.L. – Anteriormente eu tinha tomado as medidas visando à realização de uma eleição em que o povo tivesse pleno direito de votar. Votei no Juarez Távora. Conhecia Juarez Távora. Ele era meu companheiro, embora bem mais moderno, e não me passava despercebida sua vida de sacrifícios. Juscelino Kubitschek eu não conhecia, apesar de eu ser mineiro, como ele. Os meus parentes lá de Minas não gostavam dele porque eram da UDN.

[FINAL DA FITA 6-B]

H.L. – Cumprindo meu dever de cidadão, eu votei em quem achava que estava em melhores condições de ser presidente da República. Na eleição, empregamos força em vários lugares, a fim de que o eleitor não fosse perturbado no seu dever de votar. A eleição transcorreu normalmente, sem desordem, inclusive na fase de apuração. Enfim, tudo às mil maravilhas. Logo após o pleito, quando chegaram as comunicações acerca do andamento dos trabalhos, o ministro da Justiça – já lhes repeti isso mais de uma vez – declarou que fora uma eleição muito correta, a mais correta que tinha havido no Brasil até então. Tudo bem, até que começaram a chegar os resultados; a partir do momento em que estes mostraram a vitória de Juscelino, as coisas se complicaram, e passaram a surgir as razões pelas quais Juscelino não deveria ser empossado, sobretudo a maioria absoluta. E quando essas razões, plausíveis se pelo menos a Constituição as exigisse, se mostraram sem base legal, os opositores de Juscelino passaram a agir sem medir limites.

P.F. – Agora, nessa crise, entre o episódio do Mamede e a deposição de Carlos Luz, o senhor tentou em algum momento falar com o presidente Café Filho?

H.L. – Sim estive com o Café Filho; fui visitá-lo num hospital.

P.F. – Em Botafogo, não é?

H.L. – É; lá estivemos com ele, várias pessoas, mas depois fui lhe falar isoladamente, encontrando-o apenas com seu chefe da Casa Civil, cujo nome não me lembro agora.

P.F. – Oséias?

H.L. – Não, não é Oséias. Mas nessa conversa disse-lhe que tinha ido saber quando ele estaria em condições de retomar suas funções, e dele ouvi que não sabia ainda, que iria ser submetido a uma junta médica, mas que se esta o julgasse capaz assumiria para fazer o que achasse conveniente.

P.F. – Essa conversa é antes do 11 de novembro?

H.L. – É muito antes do 11 de novembro. No 11 de novembro eu já sabia que Café Filho estava a favor do golpe e mais tarde, quando ele tentou reassumir as funções, tomei as providências para impedi-lo. Para mim, desta vez foi mais desagradável. Carlos Luz estava no governo acidentalmente, mas Café Filho é que tinha me escolhido para auxiliar. Além disso, mantivemos muito boas relações, até ele adoecer. Entretanto, como homem humilde que chegou à presidência da República carregado pelo voto popular, Café Filho deveria, antes de mais nada, respeitar esse voto. E eu estava convicto que ele ia respeitar. Eu caí das nuvens depois do 11 de novembro, quando o procurei e saí desorientado: “O que vou fazer agora? Não posso recuar. O Exército já se movimentou e tomou uma decisão. Se a gente voltar atrás haverá uma guerra civil, certamente, porque muitos dos que me seguiram naturalmente vão reagir à minha decisão de aceitar a posse de Café Filho. Será a guerra civil.”

P.F. – Tinha que ir até o fim. Começado o processo, era impossível interrompê-lo.

H.L. – Não podia recuar, não era meu direito recuar.

P.F. – Agora, antes, no dia 10, o senhor chegou a se dispor a passar o ministério para o Fiúsa de Castro?

H.L. – Cheguei, no dia 10 cheguei.

P.F. – E se o senhor tivesse passado o ministério, ia tudo por água abaixo?

H.L. – Ia tudo, mas a responsabilidade não era minha, era do Fiúsa.

P.F. – Mas então, foi realmente decisivo o fato de não ter passado a pasta, porque o Fiúsa estava comprometido.

H.L. – Estava; e mais tarde vim a saber que ele tinha sido convidado por uma organização industrial para assumir uma função elevada e disse que não poderia aceitar, que havia razões que o impediam de aceitar.

P.F. – Marechal, nesse período entre 11 e 23 de novembro, entre o *impeachment* do Carlos Luz e do Café Filho, como o senhor conseguiu manter a unidade do Exército? Através de um contato mais amplo com os generais e os coronéis?

H.L. – Não, eu não lidava com os coronéis, só dava ordens aos generais-de-Exército. Reunia-me diretamente com eles e não intervinha embaixo. Nunca.

P.F. – E esse generais desciam para discutir com os seus subordinados?

H.L. – Não, eles davam ordens. Quer dizer, não sei o que fizeram, mas eu no lugar deles teria dado ordens. Recebida uma ordem legal, regulamentar, só tem uma coisa a fazer: cumpri-la.

P.F. – Quer dizer então que existe certo fluxo de informação política entre o presidente e o ministro da Guerra e depois entre o ministro e os generais, mas daí para baixo é a hierarquia que funciona.

H.L. – Não, não há fluxo político. O ministro do Guerra exerce uma função política, os generais exercem uma função exclusivamente militar. O ministro da Guerra lhes expõe o quadro em que se está vivendo, pois os generais devem, primeiro, saber do que se trata e, depois, das possibilidades de ação inimiga contra nós. E de posse desses dados é que vamos ver como impedir que o inimigo possa atingir seus objetivos. É assim que se encaminha um problema estratégico; dada a ordem, não há mais sobre o que raciocinar; é transmiti-la e verificar seu cumprimento.

Houve no vale do Paraíba um episódio interessante, porque um dos oficiais, comandante de um regimento, pôs sua tropa em movimento, desagradando o comandante da brigada. A ordem era ir para São Paulo, mas quando esta foi transmitida o comandante da brigada estava afastado, dormindo ou coisa que o valha, e ligaram diretamente com o comandante do regimento, que era o enteado do general Dutra.

P.F. – O general Cintra?

H.L. – Sim, o general Cintra pôs a tropa na estrada. O general Costa e Silva, então, que era comandante da brigada, quis mais tarde prender o Cintra sob alegação de que ele tinha agido sem ordens. Eu disse: “Não, ele agiu sob ordens dadas pelo comandante da região e nesse caso, você é que está errado, porque devia ter agido e não agiu. Você é que deve explicar por que não agiu”. E não deixei que o Cintra fosse preso. Este foi o único incidente de maior monta ocorrido naquele episódio.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

6ª Entrevista: 21.11.1978

P.F. – Marechal, hoje gostaríamos que o senhor nos dissesse alguma coisa sobre sua participação no governo Juscelino Kubitschek como ministro da Guerra, destacando primeiramente a fórmula que o senhor utilizou para conseguir o verdadeiro milagre que foi a estabilidade interna do Brasil durante o período do Juscelino Kubitschek.

H.L. - Como ministro da Guerra, minha idéia diretriz foi auxiliar o presidente Juscelino de maneira a deixá-lo a salvo de preocupações quanto à manutenção da ordem pública. Para tanto, classifiquei nos comandos os oficiais que estavam em melhores condições de exercê-los, sob o ponto de vista da cultura profissional, dedicação ao serviço e noção de responsabilidade. Não tivemos dificuldades no que tange à vida do Exército; houve, entretanto, os dois levantes da Aeronáutica: Jacareacanga e Aragarças. Foram levantes de pequena monta, organizados por um grupo reduzido de oficiais, abafados ambos sem dificuldades e sem conseqüências. Esmagados os movimentos, tanto o presidente Juscelino quanto eu, ao invés de punir os que nele tinham se envolvido, achamos mais vantajoso que lhes fosse dada anistia, a fim de que eles se reintegrassem na força a que pertenciam e lá continuassem a prestar serviço ao Brasil. Assim fizemos, e os fatos subsequentes mostram que nós estávamos com a razão.

P.F. - Marechal, o pessoal da Força Aérea envolvido nesses dois levantes do governo Juscelino Kubitschek eram elementos oriundos daquelas agitações que empolgaram a Aeronáutica no 24 de agosto de 54, quando da morte do Getúlio?

H.L. - Não sei, não tenho elementos que me dêem informações a respeito da atividade desses oficiais naqueles acontecimentos. Não sei.

P.F. - Mas de qualquer maneira, a partir do 5 de agosto, da morte do major Rubens Vaz, a Aeronáutica se transformou num centro de debate político realmente bastante exacerbado, não é isso?

H.L. - Sim, o assassinio de um oficial da Aeronáutica naturalmente deve ter ferido muito fundo, não só os sentimentos como o brio da Força Aérea Brasileira. O traumatismo causado por esse choque durante certo tempo se fez sentir, dando lugar a que certo número de oficiais intranqüilos procurassem intervir em problemas que não lhes diziam respeito, inclusive na área política. Agora, eu não sei qual foi a duração que teve esse estado de espírito de uma parte de oficiais da Aeronáutica após o assassinato do coronel Rubens Vaz.

P.F. - Mas esses mesmos oficiais mantiveram contato também, durante essas revoltas do governo Juscelino, com o Carlos Lacerda, ou não? O Carlos Lacerda teve alguma coisa a ver com essas revoltas?

H.L. - Não sei. Carlos Lacerda, por meio de seu jornal e outros meios de comunicação, procurava agitar as Forças Armadas e mesmo o povo brasileiro. Era do seu temperamento. Ele deve ter influenciado até certo ponto esses oficiais. Desconheço as razões que conduziram esses oficiais a tomar aquelas atitudes. Quando em 11 de novembro tivemos que agir no sentido de fazer respeitada a vontade do povo expressa nas urnas, o Exército na sua quase totalidade pensou da mesma maneira que eu: uma eleição havia sido feita, o povo manifestara seu ponto de vista e esse ponto de vista deveria ser respeitado. Uma boa proporção da Aeronáutica e da Marinha pensou também dessa maneira. Entretanto, uma outra parte, somada a alguns elementos do

Exército, não se conformou com a solução dada ao problema político, e continuou como irredenta a tentar criar dificuldades para o governo. Felizmente, como eram um pequeno grupo, pouca coisa puderam fazer.

Quando, a mando do presidente da República estive no estrangeiro, o tenente-brigadeiro Francisco Correia de Melo me substituiu no Ministério da Guerra. Mais tarde, quando o brigadeiro Melo teve também uma missão no estrangeiro, o presidente Juscelino perguntou-me se aceitaria exercer temporariamente a função de ministro da Aeronáutica. Para mim era desagradável, porque iria acumular mais um trabalho indo, ademais, para um meio que pouco conhecia. Mas como acho que um militar não pode recusar missão, aceitei essa determinação do presidente. Na partida do brigadeiro, alguns oficiais da Aeronáutica praticaram uma descortesia comigo, deixando de cumprimentar militarmente - fazer continência - e eu naturalmente os observei, o que provocou certa onda na Aeronáutica. Esse fato mostra como na Aeronáutica havia um certo número de oficiais que estava sempre pronto para aproveitar qualquer oportunidade para criar dificuldades ao governo. Mas não tiveram muito sucesso, pois o presidente Juscelino governou durante todo o tempo sem maiores percalços, no que diz respeito à ordem pública e à paz no Brasil.

P.F. - Esses oficiais da Aeronáutica que participaram de Aragarças primeiro demonstram um inconformismo com a situação de 24 de agosto ter se revertido: eles jamais conseguiram admitir o 11 de novembro, ou seja, jamais aceitaram a volta daquelas correntes que consideravam mais populares ao poder. Por outro lado, além disso, eles se queixam daquilo que o senhor próprio se queixou nesta mesma entrevista: consideram-se perseguidos a partir do 11 de novembro, alegando que existiu uma política de discriminação em relação a eles, à possibilidade de promoções e inclusive à distribuição no território nacional.

H.L. - Desconheço; como não me imiscuí nas atividades do ministro da Aeronáutica, não estou apto a dizer se houve discriminação ou não. No Exército, por exemplo, não coloquei fora de funções os oficiais que eu sabia serem contrários ao governo; se eram oficiais de estado-maior dava-lhes missões em que recebessem a gratificação de estado-maior, impedindo apenas que tivessem sob suas ordens elementos que facilitassem uma atitude de perturbação da ordem pública. Eles não recebiam missão de comando, mas os que tinha estado-maior iam servir como chefes nas funções de recrutamento, tendo todas as regalias de um oficial de estado-maior, inclusive as gratificações. Os outros exerciam outras funções, também de caráter administrativo, mas não foram afastados do serviço e não tiveram prejuízo em sua carreira, porque no Exército todo serviço é anotado para contar mais tarde a favor de uma possível promoção.

P.F. - E a presença do general Odílio Denis no I Exército seria também uma peça fundamental desse seu esquema militar?

H.L. - O general Odílio Denis, que conhecia bem a situação do I Exército, era um dos auxiliares de maior importância no que tange à manutenção da ordem pública. Ele e seus auxiliares diretos conheciam perfeitamente as condições, inclusive as políticas, da região.

P.F. - Marechal, examinando os relatos acerca dos dois movimentos de Jacareanga e Aragarças, percebemos muito claramente que a base de sustentação militar do governo Juscelino Kubitschek se colocou no Exército, enquanto seriam a Aeronáutica e a Marinha os lugares onde se concentrava o inconformismo. A que se devia isso? O senhor acha que existiu uma política preferencial do presidente Juscelino em relação ao Exército?

H.L. - Absolutamente, não houve nada disso. O que se passa no Brasil é o seguinte: o Exército, em primeiro lugar, possui um número de componentes muito maior do que os da Marinha e Aeronáutica somados. Além disso, o Exército está distribuído em todo território nacional, desde a faixa litorânea até a das fronteiras, do norte ao sul, do leste a oeste. A Marinha, entretanto, está em um pequeno número de portos onde operam as unidades navais. Como a Aeronáutica também só dispõe de alguns aeroportos que lhes servem de base, o Exército sempre teve um papel preponderante no que diz respeito à manutenção da estabilidade das instituições e da paz pública.

P.F. - Aquela origem que o senhor nos falou, do oficial do Exército como um elemento de uma maneira geral menos nobre, menos aristocrata, mais do povo ou da classe média, seria isso um fator importante?

H.L. - Não, a oficialidade do Exército, como a da Marinha e a da Aeronáutica, provém de todas as classes do Brasil. Eu, por exemplo, que era filho de uma professora e um pequeno industrial, pretendi inicialmente ir para a Marinha, mas acabei indo para o Exército. Meu filho é oficial da reserva da Aeronáutica e tenho outros parentes, genros, que foram oficiais do Exército. Não há, então, uma diferenciação quanto ao recrutamento da oficialidade do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica; eles são recrutados no conjunto da população brasileira. Depende das inclinações dos rapazes o fato de irem eles para tal ou qual organização militar. Não há nenhuma seleção.

P.F. - Afonso Arinos comenta que o grande segredo da supremacia civil no governo Juscelino Kubitschek teria sido a divisão das Forças Armadas. Na medida em que o Exército se colocava numa posição e a Marinha e a Aeronáutica se colocavam numa posição contrária, quer dizer, isso teria gerado um clima para supremacia civil então.

H.L. - Não, há aí um erro de julgamento do Afonso Arinos, porque não havia por parte de toda a Aeronáutica e de toda a Marinha um estado de espírito contrário ao governo do presidente Juscelino; eram alguns elementos, numerosos talvez, que se colocavam contra o governo, mas a maior parte da Marinha e a maior parte da Aeronáutica cumpriam seu dever sem tergiversações, sem dificuldades, sem criar obstáculos. O presidente Juscelino era antes de mais nada um ser humano, um *Homo Sapiens*, um cidadão que atuava levado por seu coração. Viajei bastante acompanhando o presidente Juscelino e vi a receptividade com que o recebiam em todos lugares em que chegava. Como o povo ficava contente de olhar para ele! A sua reação, o rosto, a fisionomia como que espelhavam e refletiam esse estado de espírito do povo em relação a sua

pessoa. O presidente Juscelino era um homem cuja receptividade popular era excepcional, maior até do que a do presidente Getúlio Vargas, porque Kubitschek era um homem do povo, filho de uma professorinha de Minas Gerais, pobre, que lutou muito para subir na escala social, granjeando sucesso à custa de suas qualidades de caráter, inteligência, bondade, simplicidade e compreensão. Esse é o fato.

P.F. - Mas quanto às resistências da Marinha e da Aeronáutica em aceitar pacificamente a hierarquia no governo Juscelino Kubitschek, nós temos pelo menos dois exemplos, dois exemplos graves: um deles, quando o comandante das operações da Aeronáutica ameaça bombardear Jacareanga e um brigadeiro lança um manifesto muito violento, responsabilizando-o pela possível chacina da população civil e dos revoltosos. E um segundo momento, dessa vez já na revolta de Aragarças, quando o comandante do navio *Presidente Vargas* se recusou a transportar as tropas que iriam esmagar a rebelião em Santarém. Eu acho que esses fatos são significativos de que existia uma resistência à hierarquia nessas duas corporações.

H.L. - O interessante é que não me recordo da ocorrência desses fatos: não sei quem é esse brigadeiro, não sei da existência desses manifestos nem da negativa do comandante desse navio para levar tropas para o Norte. Aliás, havia outros meios de que o governo podia dispor para agir contra os rebelados sem a necessidade desse navio.

P.F. - O senhor podia dar uma descrição sucinta do que foi a política do presidente Juscelino Kubitschek em relação ao Exército? Em que a gente poderia dizer que o presidente tenha ajudado a corporação?

H.L. - O presidente Juscelino, no que diz respeito às Forças Armadas, pelo menos no que diz respeito ao Exército, confiava em mim e me deixava a iniciativa e a orientação das atividades do Ministério da Guerra, sem qualquer interferência de sua parte. Para ele, a administração e a orientação do Exército eram assuntos que eu conhecia melhor, devendo portanto ficar a meu encargo. E durante o tempo em que fui ministro da Guerra, uma das coisas a que sempre dei muita importância foi a justiça, pois considero-a um dos elementos capitais para assegurar um equilíbrio estável no seio da sociedade. Quando há justiça ninguém tem o direito a reclamar e, não havendo quem se sinta com direito a reclamar, naturalmente não há possibilidade de surgir reações contra a autoridade.

[FINAL DA FITA 7-A]

H.L. - Nas Forças Armadas, as promoções se fazem baseadas em dois princípios, antigüidade e merecimento. A promoção por antigüidade é mais simples de ser dividida. Basta que o oficial esteja num determinado número de ordem, em boas condições de saúde - ele é submetido a inspeção de saúde - e haja vagas que atinjam esse número para que seja proposto para promoção. O critério de merecimento é mais complexo, porque neste caso alguns oficiais vão ser promovidos mais cedo do que seus camaradas mais

antigos, tornando-se então muito mais delicada a escolha. Eu, com a experiência que tinha de meu serviço no Exército, procurei estabelecer normas que assegurassem a plena justiça na classificação dos oficiais no quadro de merecimento, considerando sempre cada uma das funções por eles exercidas. O Comando tinha um certo índice; função de Estado-Maior tinha outro índice; professor de escola do Estado-Maior, determinado índice; instrutor da Escola Militar, outro índice; serviço em funções administrativas, outro índice. Esse índice era multiplicado pelos elogios, pela maneira pela qual o oficial exerceu a função estabelecendo-se, pelo resultado dessa multiplicação, um dos elementos que iriam servir de base para classificar o oficial em relação a seus companheiros. Assim procedemos e, graças a Deus, não carrego em minha consciência o peso de haver cometido a menor injustiça, pois tanto os que tinham estado do nosso lado como os do outro lado foram promovidos, quando chegou a sua vez, levando em conta esses critérios preestabelecidos.

Eu conheci um Exército antigo, de quando não havia ainda serviço militar obrigatório, e nossos soldados eram recrutados através do voluntariado que se abria em todo o Brasil, especialmente nas zonas da gente que gosta de barulho, como o Rio Grande do Sul. Em geral eram rapazes com pouca cultura. O recrutamento dos cabos e sargentos era feito na tropa, levando-se em conta a maneira pela qual os soldados cumpriam seus deveres militares. Conforme seu procedimento, iam recebendo elogios ou punições e, chegada a ocasião, eram promovidos a cabo, depois a sargento. Mais tarde esta situação se modificou porque passou a haver serviço militar obrigatório e se criou a Escola de Sargentos. Eu fui instrutor da Escola de Aperfeiçoamento da Infantaria, que mais tarde se transformou em Escola de Sargentos. Nessa época, se tiravam os sargentos da tropa para instruí-los, tornando-os mais aptos ao exercício de suas funções. Posteriormente se passou a recrutar também cabos e soldados, que eram matriculados na Escola de Sargentos, e concluído o curso, conforme as notas obtidas, eram promovidos a sargentos.

Esse nosso concidadão servia ao Exército durante muitos anos, às vezes mais de uma ou duas décadas, sem alcançar o tempo suficiente para ter direito à reforma. Ao contrário, quando atingia certa idade, se tinha ingressado um pouco mais tarde nas fileiras do Exército, era licenciado e ia para a vida civil sem qualquer garantia, sem o menor pagamento pelo serviço que havia prestado à nação em nossas fileiras. Sempre achei isso uma injustiça. Nas funções que exerci, principalmente nas funções técnicas ou de comando de grandes unidades, tinha verificado que existe uma série de tarefas em que é inexcedível o desempenho dos sargentos. As comunicações, a manutenção do material automóvel e a construção de pontes, por exemplo, são atividades executadas pelos sargentos. Os oficiais têm conhecimento teórico mas a prática, a execução, é dos sargentos. Era então natural que o Exército, não só por uma questão de justiça, aproveitasse essa capacidade profissional. A administração também acaba sendo uma importante função desempenhada pelos sargentos. Eu, por exemplo, tenho-lhe horror. Não gosto do papel, e o papel não gosta de mim. Quando estou procurando um documento no meio de uma porção de papéis, geralmente não acho. A administração, entretanto, tem que ser feita, porque sem ela não há vida na nossa organização, e são justamente esses sargentos que delas se encarregam. Uma parte da iniciativa, inclusive, cabe aos sargentos, ao invés de ser exercida pelos oficiais, que tiram um curso de vários anos na Escola Militar. O sargento tirava um curso de menor duração mais barato para o governo, e estava mais apto àquela prática pela própria experiência adquirida no exercício de tais funções. Baseado nesse raciocínio propus ao presidente Juscelino, e ele concordou, que o Estado-Maior estudasse a solução desse problema. Houve certa

dificuldade - não digo reação, mas retardamento -, tendo eu insistido até que se chegou a uma solução: os sargentos passaram a ser promovidos a segundo-tenentes, quando completavam determinado tempo de serviço, conseguindo chegar a capitão e alguns até a major, quando transferidos para a reserva, pois havia mais uma promoção por tempo de serviço. Esta foi uma iniciativa minha, visando fazer justiça e assegurar os serviços indispensáveis ao Exército.

P.F. - Mas a reforma remunerada os sargentos só conseguiram durante o governo Juscelino, ou já existia antes?

H.L. - Antigamente eles eram reformados como sargentos, mas em geral completavam idade em que eram compulsoriamente excluídos do Exército antes de terem o tempo que lhes desse direito à reforma.

P.F. - Marechal, chegou a haver durante o governo Juscelino, uma homenagem dos sargentos à sua pessoa, não?

H.L. - Houve, mas é posterior ao governo Juscelino. Eu já não estava mais no Ministério da Guerra. Há inclusive uma escola nos subúrbios que se chama Escola Marechal Lott. Foi iniciativa dos sargentos.

P.F. - Porque eu tinha ouvido falar numa outra homenagem, mas durante esse tempo...

H.L. - Há também aquele episódio da espada de ouro, que é tão debatido e pelo qual fui tão atacado. Os sargentos vieram participar da reunião pública que se passou na avenida Presidente Vargas.

P.F. - Como é que foi esse episódio, marechal? Foi iniciativa de quem? É um episódio tão discutido, mas muito pouco explicado em seus detalhes.

H.L. - Eu só soube dos fatos quando vieram me perguntar se aceitava. A princípio relutei, porque previ a reação, mas afinal, como não havia qualquer impedimento legal, aceitei essa homenagem. Não gosto de homenagens. Hoje minha vida se passa inteiramente aqui nesse meu apartamento em Copacabana ou na minha casa em Teresópolis. Saio aos domingos para ir à missa; nem à praia - apesar de que como mineiro, gosto muito de praia -, nem à praia eu vou. Sou raça de gato, gosto de ficar dentro de casa. Desde menino, sempre gostei. A vida social para mim é desagradável. Sofri muito quando fui adido militar nos Estados Unidos, porque era obrigado a manter uma atividade social. Para mim era muito desagradável, muito cacete comparecer àquelas recepções. Certa vez, um almirante americano implicou porque eu não tomava bebida alcoólica. Ele, numa daquelas recepções, já um pouco entrado na bebida, trouxe-me um copo e queria a todo pano que eu bebesse. Quase tive que empregar a força para

impedi-lo de me obrigar a beber. A atividade social, então, é para mim um sacrifício. Em geral, na vida social a sinceridade tem uma parcela muito pequena no que se passa.

P.F. - Marechal, nesse episódio da espada de ouro, tenho a impressão de que esses elementos que contestaram o recebimento da espada, na verdade contestavam uma identificação do Exército com o povo. Na verdade, essa identificação havia se estabelecido através da garantia que o Exército deu à execução da vontade popular nas urnas. Eu tenha a impressão de que foi isso.

H.L. - Não estou em condições de julgar. Há um ditado, uma ordem de Cristo que diz: “Não julgueis para não seres julgado”. De sorte que eu, quando desconheço os fatos, não julgo. Nunca participei de Conselho de Guerra na profissão militar. Uma ocasião só, em que participei de um Conselho de Justificação, felizmente o cidadão foi absolvido. É para mim muito desagradável e muito difícil julgar os atos de outras pessoas, podendo condená-las a maior ou menor punição.

P.F. - Marechal, o senhor é, eu não diria acusado, mas é comentado por alguns oficiais do Exército como uma pessoa que tratava melhor os sargentos do que o general.

H.L. - Absolutamente, isso é mentira. Nunca estabeleci diferenciação. Eu tratava todos os militares da maneira que trataria um irmão. Naturalmente, há manifestações de respeito militar como a continência, e essas eu sempre exigi porque era meu dever, mas no trato, quando me expunham os seus interesses ou seus problemas, eu ouvia a todos da mesma maneira, sem estabelecer distinção entre general, coronel, capitão, sargento e soldado.

P.F. - É, no fundo, a crítica deve vir por conta de a maior parte dos oficiais estabelecerem uma distinção no tratamento de generais e sargentos, coisa que o senhor, talvez por ser um elemento que sempre viveu muito próximo da vida de caserna, não estabelecia...

H.L. - A minha vida foi toda passada no seio do Exército. Exerci funções de instrutor da Escola de Sargentos, do Curso de Aperfeiçoamento da Infantaria, da Escola Militar (várias vezes), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Estado-Maior. Fui comandante do Estado-Maior, comandeí pelotão, comandeí companhia, comandeí batalhão, comandeí regimento, comandeí infantaria divisionária, comandeí divisão, comandeí região militar e exerci a função de ministro da Guerra, que afinal de Contas, até certo ponto, é o comando do Exército. Todas essas funções de comando nas quais a gente tem de agir no sentido de cumprir o que está escrito nas leis e regulamentos. É essa a minha norma de proceder. Meu antecessor, o general Zenóbio, estabeleceu uma norma de que os militares - inclusive sargentos - podiam falar diretamente com ele quando tivessem problemas pessoais que não pudessem ser tratados pelos canais competentes. Eu achei uma boa idéia e, como ministro, a mantive e a ampliei, determinando que um oficial e alguns sargentos que trabalhavam num cômodo em cima do meu gabinete recebessem as cartas que me eram dirigidas por oficiais, sargentos e

praças. Desse modo, eu tomava conhecimento de seus problemas e lhes respondia, sempre que possível, atendendo a seus pedidos. Não é incomum, hoje em dia, ser cumprimentado por alguém que se refere a um problema que eu resolvi. Eu nem me lembro mais, mas naturalmente aqueles que tiveram seus direitos respeitados ou sua vontade atendida ficaram gratos à minha pessoa. Durante essas entrevistas, verifiquei como os sargentos eram dedicados à família. Eles tinham muitas dificuldades, pois ganhavam pouco para manutenção da família e se esforçavam para que seus filhos tivessem uma instrução mais completa, que lhes possibilitasse subir mais depressa na escala social e ter uma vida mais agradável. Nessas entrevistas eu notava que os sargentos tinham muito mais interesse nesses problemas familiares que os próprios oficiais, e isso me tocava o coração, pois considero a dedicação do chefe de família à sua família um dos maiores deveres do ser humano.

P.F. - Marechal, provavelmente e infelizmente, o senhor não encontrou continuadores de sua política em relação aos sargentos, visto que em 64 estourariam revoltas de sargentos demonstrando um descontentamento muito grande dessa parte das Forças Armadas em relação à instituição.

H.L. - Não sei; como lhe disse, passei a maior parte de minha vida a serviço do Exército, durante muito tempo morando no próprio quartel. Por isso, meu contato com a tropa é muito íntimo. Mas depois que saí do Exército achei que, ao terminar meu tempo de serviço, não deveria mais estar intervindo nos assuntos militares para não atrapalhar. Às vezes, ao praticar uma intervenção o indivíduo tenciona fazer o bem mas na verdade atrapalha, porque não sabe quais são as idéias que orientam o responsável pela administração. As idéias são externas, então, intervindo com desconhecimento da situação, só vão servir para perturbar, isto é, vão desservir ao Exército e aos que dele fazem parte. Por isso, mesmo gostando muito da caserna, nunca mais fui a quartéis. Tenho saudades de alguns dos quartéis, mas nunca mais procurei saber o que neles se passava.

Não gosto muito de política e de outros fatos e, por isso agora só leio jornal uma vez por semana, aos domingos. Acompanho o que se passa pelo rádio e pela televisão. O rádio e a televisão mudaram as possibilidades de compreensão do povo brasileiro. Quando me candidatei à presidência da República, fui muito atacado por manifestar a minha idéia de que os analfabetos também deveriam cumprir o dever de votar. Meus adversários achavam que isso era demagogia, pois não acreditavam que o povo estivesse em condições de fazê-lo bem. Estavam errados, já naquele tempo em que os fatos eram transmitidos apenas pela palavra escrita, ainda vá lá, porque o povo é analfabeto. Mas hoje, com o rádio e a televisão esta restrição é injustificável. Se eu acompanho o que se passa pelo rádio e a televisão, então o analfabeto pode acompanhar. Por outro lado, um chefe de família dedicado, honesto, que cumpre todos os seus deveres para com sua família e sua profissão, tem muito mais condições de escolher do que, por exemplo, um advogado sem-vergonha ou um patife que vive fazendo trapas para prejudicar outras pessoas, servindo-se de seus conhecimentos profissionais, não em benefício da coletividade, mas em benefício de si próprio e dos que a ele estão ligados. Então, há um outro aspecto a considerar: quando há um mau governo quem mais sofre é aquele que tem os menores meios de defesa, ou seja, o analfabeto. Então é natural que, bem ou mal, ele participe da escolha daqueles que vão dirigir o país.

P.F. - E a que o senhor atribui essas resistências ao voto do analfabeto?

H.L. - Não sei, não sei porque as restrições podem ser tão numerosas...

P.F. - O senhor acha que os políticos têm um mundo à parte, quer dizer que a moral política seja uma moral específica?

H.L. - No Brasil, antes da Revolução de 30, falavam no coronelismo, porque eram fazendeiros e os donos de lojas, botecos e armazéns do interior que orientavam os eleitores. O pessoal era, como diziam, conduzido a cabresto. Acho esta uma figura muito forte, mas o fato é que eles eram orientados, Eu tinha um primo irmão 30 anos mais velho que eu. A mãe dele era a mais velha das irmãs e se casou cedo, enquanto meu pai, que era o mais moço, casou-se tarde, de modo que quando eu não passava de um menino ele já era homem feito. Juca - assim se chamava se chamava esse primo - era fazendeiro em Guanhães, no Interior de Minas, e possuía lojas comerciais. Era um homem rico e gostava de intervir na política. Não ambicionava ser eleito, mas gostava de eleger um cidadão chamado Sabino Barroso, se não me falha memória. Esse foi meu primeiro contato com a política; depois, quando mamãe era professora e diretora da escola Basílio da Gama, as eleições se realizavam, como até hoje, nas escolas ou outros lugares semelhantes. Eu assistia ao funcionamento das eleições e tive muito contato com os eleitores, mas apenas por curiosidade, porque muita gente ia lá. O eleitor, para manifestar a sua opinião, deveria ter em mão uma cédula de voto, que não se comprava, mas se recebia ou do candidato ou pelos que manuseavam os eleitores a serviço dos candidatos. Então, o eleitor não tinha direito de votar em quem desejasse, mas só podia votar naquele que lhe entregara a cédula. Agora o cidadão tem o direito de votar em branco, mas naquele tempo não, ele tinha que botar qualquer coisa lá dentro.

Há um outro episódio interessante. Certa vez, um camarada meu, um oficial muito capaz e sério, exerceu funções num desses territórios lá do Norte, onde se tornou muito estimado. Ele se candidatou a deputado. Nessa ocasião, porém, estava servindo no Rio, e o opositor lhe pregou uma grande peça: quando soube que havia um avião destacado para levar as cédulas, ele deu um jeito de prender o avião. Esse meu colega, apesar de muito trabalhador, deixava tudo para a última hora, e o outro venceu.

P.F. - E a eleição de Juscelino e João Goulart?

H.L. - Juscelino e Juarez foram candidatos numa época em que toda essa agitação mostrava a necessidade de que a eleição fosse feita de maneira a que os eleitores pudessem votar em quem quisessem, sem sofrer constrangimentos. Era uma questão de segurança da área em que ia se proceder a eleição, de segurança dos transportes e das urnas, para que elas não fossem violadas. Mas, por outro lado, era preciso que os eleitores tivessem a possibilidade de votar em quem lhes aprovesse, e a esse respeito conversei com o presidente do Superior Tribunal Eleitoral, que me apresentou como solução, a cédula única. Não sei se a cédula naquele tempo era igual à de hoje, mas de qualquer maneira cabia ao governo distribuí-la a todos os eleitores. De sorte que o eleitor passou então a votar em quem lhe desse na veneta. Tudo era mais fácil, estando

lá os nomes dos candidatos para ele escolher. Então, foi esta uma das participações que eu tive no processo eleitoral, precedendo - parece que eu estava adivinhando - a tentativa de desrespeito à vontade popular.

P.F. - A cédula única provocou resistência muito grande, inclusive do PSD, não é? O senhor teve problemas com o próprio José Maria Alkmim, que era contra a introdução da cédula única, não é?

H.L. - Aliás, não teve comigo. Se teve, deve ter tido com o presidente Juscelino, porque não me lembro de ter tratado desse problema comigo.

[FINAL DA FITA 7-B]

H.L. - O presidente do Superior Tribunal Eleitoral me disse que esse caso já tinha estado em pauta, quando da eleição do presidente Getúlio Vargas, e tinha sido decidido, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, que não era exigida a maioria absoluta de votos, e sim a maioria simples.

P.F. - Essa tese da maioria absoluta era uma tese ilógica, pois a Constituição não previa o que se deveria fazer no caso de um candidato não atingir a maioria absoluta. Se houvesse a necessidade de o vencedor obter maioria absoluta, o próprio texto constitucional deveria prever o desdobramento do processo eleitoral, não é isso?

H.L. - É; por tudo isso, então, eu tinha razões de sobra para achar que a eleição não podia ser desrespeitada. Esses episódios me são muito desagradáveis, porque para mim desrespeitar a lei, mesmo respeitando um princípio superior, é muito desagradável. Considero-me um homem da ordem e da lei. Em situações como a do 11 de novembro, trata-se de uma luta na minha consciência: ponho os dois pratos na balança - de um lado a lei, do outro a justiça - até que a balança pende para um lado.

P.F. - Trata-se de evitar um mal maior, não é?

H.L. - É, mas há outro fato a considerar. Episódios recentes, que acompanhei pela televisão, mostram a necessidade de que se modifique o sistema de escolha dos candidatos. Acho que o povo deve ter plena liberdade de escolha, escolha de um determinado número de cidadãos que, pelo seu caráter, pelo seu conhecimento para o exercício da função e pelo seu procedimento anterior, esteja em condições de exercer a função para a qual se candidata. Então, a escolha deve partir das bases populares. Primeiro no município, escolhem certo número de cidadãos, mandando-se alguns deles para o estado. Estes, juntamente com outros da capital, vão escolher dentre aqueles que eram candidatos ao estado quais os que estão aptos a candidatar-se no âmbito da República. É a mesma coisa que botar uma fita vermelha na embalagem de um remédio que possa fazer mal à saúde. O cidadão, tendo que optar numa plêiade de candidatos, só

pode escolher quem está em condições de exercer a função em benefício da coletividade. Esse é o modo de ver. Acredito que assim não teremos mais patifes, gatunos e sem-vergonhas eleitos, como já foram mais de uma vez, criando problemas muito sérios para o Brasil. É desagradável citar cidadãos que morreram ou que ainda estão vivos, mas nós sabemos exatamente o que eles fizeram. Um desses cidadãos está aparecendo na televisão, de barba branca, bigode branco, cabelo branco, novamente postulando cargos eletivos...

P.F. - Jânio Quadros...

H.L. - É interessante, o senhor sabe perfeitamente que não é qualquer um que pode ser camelô. É preciso ter habilidade para vender aquela mercadoria.

P.F. - É uma arte.

H.L. - É; postular cargos eletivos, falar ao povo, também é uma arte; não é cultura, nem conhecimento, mas a maneira de se dirigir ao povo. Naturalmente, esta arte exige certa cultura para que se possa empregar convenientemente nosso idioma, mas também exige outras coisas: a simpatia, o carisma etc. Por exemplo, Juscelino Kubitschek possuía, no bom sentido, todas essas qualidades. Ele era um polarizador de votos. Aonde quer que fosse, todo mundo olhava e ficava contente. Esse outro cidadão também tem a mesma coisa. Agora, Juscelino Kubitschek partiu de baixo. Era filho de uma professorinha do interior de Minas – Diamantina – e chegou à presidência da República, mas sempre decente, cumprindo seu dever. Esse cidadão também subiu vários degraus – saiu de Mato Grosso e veio para São Paulo – mas inteligentemente não procedeu da mesma maneira que Juscelino em todos os lugares.

P.F. – Marechal, o senhor não acha que essas diferenças decorrem do fato de o senhor, como militar, ter uma lógica voltada para o bem comum, enquanto o político tem uma lógica muito mais voltada para o seu próprio bem particular?

H.L. – Não, há políticos e políticos. Há o político que tem a sua vida orientada para o bem comum. Nós tivemos, graças a Deus, no Brasil, muitos políticos nessas condições. Há profissões como, por exemplo, a de professor e a de médico, que predisõem o indivíduo para uma certa compreensão do bem-estar de seus subordinados; mas há outras profissões em que se trata de vencer por bem ou por mal. Então, aqueles que sobem no quadro dessas últimas possuem uma formação, não digo política mas especialmente moral, que deixa muito a desejar. Não são úteis à nossa pátria, mas nocivos. É preciso evitar que esses cidadãos possam postular cargos eletivos para que nosso país não venha a sofrer.

P.F. – Marechal, voltando à polícia militar do governo Juscelino Kubitschek, há um fato interessante que eu não sei se o senhor poderia explicar, que é a destinação de grandes verbas no governo Juscelino Kubitschek para as Forças Armadas. Se a gente observar a

porcentagem do orçamento nacional que foi destinada nos últimos anos, desde 1945 até atualmente, às Forças Armadas, nós notamos que o governo Juscelino foi o governo que mais deu dinheiro a elas.

H.L. – Não sei se o senhor tem razão, talvez até esteja enganado. Não tenho elementos estatísticos para discutir o seu ponto de vista. Entretanto, posso dizer que durante o tempo do presidente Juscelino Kubitschek encontrei vários problemas no Exército. Algumas unidades não tinham quartel que assegurasse residência aos que lá serviam. Nós militares somos transferidos não por nossa vontade, mas pelas circunstâncias. O quadro de serviços é que nos destina tal ou qual lugar. Estamos muito bem instalados, passavelmente instalados ou mal instalados num determinado lugar, vamos para outro e lá às vezes não encontramos sequer onde morar. Nossa família, pela qual somos responsáveis, conforme o nosso posto e a nossa idade, tem filhos crescidos, filhos pequenos ou netos, às vezes. Nós militares, apesar de se dizer o contrário, em geral ganhamos pouco em relação às nossas necessidades. Por isso, procurei também proporcionar aos militares, oficiais e sargentos, residências nas proximidades dos quartéis, especialmente nas localidades em que elas eram mais difíceis de ser conseguidas. Comprou-se material, mas não compramos muito material bélico durante o tempo em que estivemos no Exército.

As unidades de fronteira estavam largadas; nossa fronteira estava abandonada. Tivemos problemas no Acre, por exemplo. Gente dos países vizinhos entrava para tirar os nossos recursos na *hiléia* amazônica, sem que tivéssemos meio de defendê-los. Era preciso que tivéssemos lá uma guarda, uma sentinela ou um corpo de tropa, tendo-se para tanto necessidade de construir esses quartéis. Por outro lado, penso que no Brasil solucionou-se erroneamente o problema dos transportes. O automóvel é um veículo moderno e como o avião tem a vantagem de ir de porta a porta. O trem vai de estação a estação; o navio, de porto a porto, de sorte que um e outro exigem que o automóvel intervenha depois para transportar o passageiro ou a mercadoria até seu destino final. Mas ao mesmo tempo, cada automóvel ocupa um motorista. Por maior que seja o caminhão, o número de toneladas que ele carrega é muito pequeno. Um maquinista, um foguista e alguns guarda-freios conduzem uma tonelagem enorme. A estrada de ferro é eletrificada. A ferrovia consome energia elétrica, assegurada por nosso poder hidrelétrico, sem dispêndios. Com o automóvel temos que empregar divisas para comprar o petróleo e depois refiná-lo. Nos Estados Unidos vemos, por exemplo, a navegação desenvolvida ao longo da Costa. Eu vi na França navegação naqueles cursos d'água, até navios puxados a parralhas de cavalos.

P.F. – Navio puxado a cavalo?!

H.L. – É, navio puxado a cavalo.

P.F. - Como é que pode?

H.L. – Na França há, sim senhor.

P.F. – Mas como é que pode?

H.L. – *Chemin d'hallage* é o nome. Tem, ao longo do curso d'água, um pista. O cidadão, a mulher e os filhos moram a bordo. Eles vão dirigindo essa parelha; no fim do dia, param no porto, os animais vêm para bordo comer e descansar.

P.F. – Os animais vão pelo lado, puxando, pela margem?

H.L. - É; chama-se *chemin d'hallage*.

P.F. - Que engraçado isso, não é?

H.L. - É; na minha vida, tive a sorte de ter vivido em muitos lugares - na França, nos Estados Unidos, na Dinamarca - e visitado vários países da Europa e da América do Sul. Esta experiência me dera oportunidade de verificar o que se pode fazer para a solução de determinados problemas da maneira melhor para atender ao interesse da população.

P.F. - Marechal, a gente está vendo que boa parte da despesa com as Forças Armadas foi resultante de uma política que o senhor implantou de proteção ao homem, quer dizer, ao próprio militar, ao indivíduo. E sem dúvida acho que a gente pode concluir que esse foi um dos fatores de tranquilidade do governo Juscelino Kubitschek.

H.L. - Sim; naturalmente, proteger o militar e sua família significava proporcionar-lhe melhores condições de vida; e tendo melhores condições de vida esse militar gozaria de boa saúde e equilíbrio emocional, o que me permitiria melhor servir à pátria, num setor difícil como é o das Forças Armadas. Então, de fato, dessa maneira eu estava prestando um grande benefício ao Brasil.

P.F. - Marechal, de certo modo, se o senhor deu condições com uma mão, com a outra foi inflexível na punição daqueles que haviam de alguma maneira transgredido as normas e os regulamentos. Como foi sua atitude em relação à política desenvolvida no Clube Militar por ocasião das eleições de 56 e 58?

H.L. - Em primeiro lugar, na aplicação dos regulamentos não fui intransigente nem brutal. Aragarças e Jacareacanga tiveram anistia, outros militares que cometeram crimes políticos tiveram anistia, e nas eleições do Clube Militar eu não intervim. Sou sócio do Clube Militar, e dos mais antigos hoje, mas nunca fui a uma de suas eleições. Para mim, o Clube Militar tem como aspecto positivo a congregação não só dos militares como dos seus familiares, abrindo-lhes a possibilidade de conviver e trocar idéias, divertir-se, etc. Hoje o Clube Militar tem uma sede na Lagoa, mas antigamente era só a da Avenida Rio Branco.

O Clube era um local em que o militar se encontrava com outros militares fora do quadro da caserna, tendo então maior liberdade de manifestar seu pensamento e maior liberdade de atuação. Entretanto, às vezes ele é conduzido a discutir problemas políticos, o que é muito nocivo ao país e à política militante. O quadro político geral do país não deve intervir na caserna, porque a política divide, e nós da caserna não podemos ser divisores. Existem vários fatos em nossa história provando os inconvenientes da interveniência da política no quadro militar, de sorte que o Clube Militar tem esse aspecto negativo. Mas eu não intervim nessas eleições, não tive candidato nem manifestei uma posição; nada fiz que pudesse atrapalhar o que eles pretendiam fazer.

P.F. - Então, o senhor assumiu uma posição de neutralidade mas por outro lado, de certo modo, procurou resguardar as Forças Armadas dessa influência política. Eu, pelo menos, interpreto assim, na medida que o senhor proibiu a propaganda dentro dos quartéis, não foi?

H.L. - É, naturalmente a propaganda política no quartel é proibida, sempre foi. Não se pode fazer política dentro do quartel. Política e quartel são coisas que não podem estar juntas.

P.F. - Marechal, tem um outro episódio ocorrido na mesma época daquele da espada de ouro, que é a prisão do general Juarez Távora. O senhor poderia contá-lo para a gente?

H.L. - Foi um episódio desagradável para mim, porque Juarez Távora participou da revolta do Getúlio, e eu não. Em geral, estivemos em campos opostos na política. Entretanto, votei nele, quando ele foi candidato. Na Revolução de 32, trabalhamos juntos na mesma unidade, participando do mesmo Estado-Maior de uma divisão que combatia os paulistas, e eu sabia o prestígio que ele tinha no Exército. Quando me disseram que ele estava procurando aliciar elementos para uma sublevação, entendi que se o deixasse com liberdade de ação ele seria nocivo à ordem pública e mandei que fossem trazê-lo à minha presença. O oficial que o trouxe disse que o encontrou em casa dormindo e, quando soube disso, imediatamente mandei que ele fosse embora para casa. Ele não foi preso.

P.F. - Mas não houve problema de ele ter prestado declarações políticas à imprensa, quando o senhor havia proibido? O senhor proibiu que os militares se manifestassem politicamente pela imprensa, não proibiu isso?

H.L. - Sim, proibi, mas não me recordo dos detalhes. Em geral, graças a Deus, os fatos desagradáveis à minha memória os meus dentrites atrofiados e os meus neurônios não transmitem.

P.F. - É uma grande sabedoria. [risos]

H.L. - Não é sabedoria, não; isso é sorte.

P.F. - É sorte! [risos]

H.L. - Sim; sorte. E, graças a Deus, não tenho raiva de ninguém com a vida que tive desde a minha infância até hoje. Se guardasse raiva daqueles que estiveram em campo oposto, teria sofrido muito. Isso é um fato interessante, que muita gente desconhece: a raiva não faz mal a quem é dirigida, mas sim a quem a tem. Nós possuímos, no nosso sistema nervoso, o elemento que forma adrenalina, noradrenalina, epinefrina e noraepinefrina. Além disso, temos o sistema nervoso simpático, que é aquele que comanda o funcionamento de nossos órgãos de um modo geral, além do vago ou parassimpático e do ortossimpático. O vago ou parassimpático é chamado vago porque é um pneumogástrico, que é um nervo muito ramificado.

P.F. - Como é que chama ele?

H.L. - Pneumogástrico; mas, então, o vagossimpático contém acetilcolina, que é um elemento calmante, enquanto os outros dois são excitantes. De sorte que eles atuam, no equilíbrio dos nossos órgãos - salivação, suco gástrico, etc. - pela segregação da acetilcolina ou da adrenalina. Quando ficamos irritados, quem trabalha predominantemente é o ortossimpático, que sapeca adrenalina em quantidade no organismo, podendo resultar uma úlcera no estômago. É interessante que temos no estômago um elemento que é atuado por um outro para poder digerir as carnes. Ele em si não atua, mas é um ácido que, intervindo, transforma outro elemento, que é atuante, e digere as proteínas. Ora, nosso estômago é proteína. Agora, o nosso intestino é uma membrana revestida por um muco, que é atacado e eliminado quando a adrenalina se concentra em grandes doses e paralisa numa certa zona. Fica, então, exposta uma área da nossa proteína e cria-se aí uma úlcera gástrica. De sorte que as pessoas que se enraivecem tendem a criar úlceras gástricas. E as pessoas a quem é dirigida a raiva não sabem às vezes disso.

P.F. - Formidável, marechal, onde o senhor aprendeu essa coisa toda?

H.L. - Eu sempre gostei de ciências físicas e naturais, principalmente naquilo que diz respeito ao ser humano. Durante o tempo em que era militar, minha obrigação era estudar assuntos relacionados com a minha profissão, mas depois que fui reformado passei a ler sobre ciências. Conheço o idioma inglês e o francês, leio um pouco de alemão, entendo espanhol e italiano, de sorte que tenho possibilidade de estudar em várias fontes. Algumas livrarias tinham uma série de livros muito baratos, traduzidos de livros franceses, sobre assuntos relativos ao ser humano. Comprei muitos desses livros e além disso, minha filha, que mora nos Estados Unidos, sempre que vê um livro interessante me manda. Eu também sempre percorro as livrarias e compro outros livros. Assim, estudo esses assuntos ainda hoje, com menos tempo, pois agora emprego mais tempo em rezar do que em estudar.

P.F. - E a Frente de Novembro, marechal? Ela foi fechada em novembro de 56. Por que o senhor fechou Frente de Novembro?

H.L. - Antes de 11 de novembro de 55, certo número de militares já estava trabalhando para que a eleição do Juscelino fosse respeitada. Eles atuavam em vários lugares, no Norte e no Sul, e me obrigaram a intervir para interromper seu trabalho porque eles estavam agitando as casernas. Depois veio o 11 de novembro, e esses fatos passaram, mas da mesma maneira alguns militares contrários ao 11 de novembro passaram a agir no sentido de nos criar dificuldades. É possível, então, que certos elementos se julgando na obrigação de nos apoiar tenham criado a Frente de Novembro. Achei, entretanto, que essa coisa não estava certa, porque criava possibilidade de agitação nas Forças Armadas. Como poderia eu agir contra os opositores de governo se estava permitindo que os outros agissem? Então, por medida de justiça, tive que fazer cessar essas atividades.

P.F. - É, mas junto com essa o senhor fechou também o Clube da Lanterna, não é? Do Lacerda?

H.L. - Não fechei porque não tinha autoridade. Quanto ao Lacerda, eu sempre recorri à justiça civil, mas como a nossa legislação não dá ao cidadão a possibilidade de se defender contra o que lhe é assacado pelos jornais, rádio e televisão, nunca obtive resultados. É muito difícil, quase impossível, processar. Só que se alguém fechou, eu não fechei.

P.F. - É interessante que a estabilidade que o senhor conseguiu nesse período realmente resultou de um política imparcial, uma política profissionalizante no Exército.

H.L. - Da mesma maneira que, para que numa balança os dois pratos se mantenham equilibrados, é preciso colocar o mesmo peso num e noutro prato, também na direção ou no governo é preciso que se ponha o mesmo peso de um e de outro lado.

P.F. - E foi a favor dessa política de neutralidade que o senhor, depois, em 58, teve aquele problema com o *Diário de Notícias*, quando este jornal publicou uma carta de brigadeiros contra a sua pessoa e, parece, houve um problema de censura ao jornal.

H.L. - Olha, eu atuava porque era ministro da Guerra. Era meu dever defender o ministro da Guerra contra ofensas publicamente assacadas. Não importava que o cidadão fosse processado ou punido, era preciso que se provasse que as ofensas eram mentirosas para que a autoridade do ministro não fosse posta em causa. Depois que deixei o ministério me xingaram de muita coisa, mas eu não me incomodava. Nunca mais tentei processar ninguém, nem agir contra quem quer que seja, porque passei a ser o cidadão Henrique Lott. De sorte que para o Brasil pouco importava que o Henrique Lott fosse chutado ou não, que lhe fizessem injustiça ou não. Lott era um entre muitos milhões de brasileiros. Naturalmente eu sofria com isso, mas não me achava na

obrigação de defender-me e principalmente não achava conveniente criar novas agitações. Durante certo tempo, eu recebia cartas anônimas me xingando. O cidadão tinha primeiro o trabalho de escrever a carta, ter a raiva e soltar adrenalina, conforme descrevemos, depois dobrava a carta, selava, botava no correio e ficava esperando reação. Mas não vinha nenhuma reação, o que para ele era uma tristeza.

P.F. - Mas quando mandou para o jornal e o jornal publicou aí o senhor puniu, não foi?

H.L. - Não, isso aconteceu quando eu era ministro. Estas cartas anônimas foram depois de eu estar na vida civil, já reformado. E mais tarde, depois de todos esses fatos, já naquela fase de agitação que precedeu à derrubada de João Goulart, eu recebia umas cartas datilografadas, assinadas por um soldado desconhecido.

[FINAL DA FITA 8-A]

H.L. - Havia uma série de idéias, argumentos e razões, procurando induzir-me a agir contra o governo de João Goulart. Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Eu já tinha feito o 11 e 21 de novembro, e por isso achavam que eu poderia chefiar o movimento armado contra Goulart. Mas eu havia feito o 11 e o 21 de novembro em cumprimento de meu dever e na ocasião não considerava meu dever agir contra João Goulart, especialmente com uma rebelião militar. João Goulart estava errado; ele não estava em condições de exercer a função de presidente da República, mas o meio mais adequado para afastá-lo era o impedimento. Através do *impeachment*, constitucionalmente, ele seria afastado, fazendo-se a substituição dentro do quadro legal.

P.F. - Foi só por carta que tentaram contactá-lo ou chegou a haver assim algum contato pessoal?

H.L. - Lacerda esteve aqui [risos]. Ele foi a meu a meu gabinete, onde há um alto-relevo de Getúlio Vargas. Minha esposa, então, colocou a cadeira do Lacerda de maneira que ele ficasse olhando bem de frente para o Getúlio. Ele falou, falou, com aquele seu jeito, mas não conseguiu nada. Eu não queria.

P.F. - Quer dizer, apesar de o senhor ser conhecido como ferrenho anticomunista...

H.L. - Eu não sou ferrenho anticomunista, eu sou católico, apostólico, romano. O católico apostólico romano não é ferrenho anticomunista; ele acha que o comunismo não serve porque é anticristão, e tudo aquilo que é contra Cristo não pode ser apoiado por um católico apostólico romano. Este é o problema. Só que não sou ferrenho anticomunista; acho que o comunismo é nocivo, porque partindo de uma idéia de Marx originada na Inglaterra no início da idade industrial, quando a situação da sociedade era completamente outra, ele fala na tirania do proletariado. Essa idéia foi explorada e deturpada, pois em vez de ser o proletariado quem manda, é um cidadão qualquer, um

Hitler, um Stálin ou coisa que o valha. Esse indivíduo domina um determinado país e se o país é poderoso e rico, tenta dominar a humanidade através da escravidão do seu povo. O seu povo não tem idéia, não tem liberdade, não tem nada. Ora, uma das idéias básicas do cristianismo é que nós todos somos irmãos e devemos, primeiro, amar a Deus acima de todas as coisas e depois amar ao próximo como a nós mesmos. Então, somos todos iguais e se somos todos iguais não pode haver ditadura nem do proletariado nem dos militares nem de quem quer que seja. Por isso, o comunismo é coisa errada.

P.F. - Mas o Lacerda, nessa ocasião, chegou a lhe propor algum plano? Ele já tinha alguma coisa em mente?

H.L. - Ele não falou. Lacerda era muito inteligente e não semeava sem ter preparado previamente a terra. Quando ele começou a preparar a terra e viu que a terra não prestava para nenhuma semeadura não lançou nenhuma semente.

P.F. - Foi muito antes da Revolução de 64?

H.L. - Não me lembro quando foi.

P.F. - Marechal, falta falar alguma coisa sobre uma etapa muito importante da sua vida, que foram o surgimento do seu nome para Presidência da República e a própria campanha eleitoral. Como é que surgiu o seu nome? Como é que o senhor, um militar, elemento disciplinador, um educador da caserna saltou para o meio da política?

H.L. - Eu não queria postular um cargo político, ainda mais de presidente da República, mas fui posto diante do dilema; ou aceitava ou dava indicação de medo ou comodismo, por não querer correr os riscos da campanha. Assim é que foi colocado o problema diante de mim. Quando se apresentou aquele cidadão como candidato por um partido que esposava idéias diametralmente opostas às que ele até então pregara, isto queria dizer que ele iria ser ferramenta desse partido. Eles iriam explorá-lo devido à sua demagogia, à sua penetração na massa popular, à sua capacidade de arrastar o povo, mesmo tendo dados do seu despreparo, dada a maneira pela qual ele tinha agido nas funções anteriores. Isso era conhecido de muita gente, inclusive do pessoal da UDN que o tinha escolhido. Os elementos do outro lado, do PSD etc. que não o queriam por isso, vieram a mim e insistiram.

P.F. - Quem o convidou, o próprio Juscelino?

H.L. - Não, de modo nenhum, Juscelino nunca interveio nesse problema.

P.F. - Mas o senhor, de certo modo, garantiu o governo do Juscelino, não é?

H.L. - Mas Juscelino nunca interveio, nunca trabalhou em favor da minha candidatura. Nunca moveu uma pedra.

P.F. - Antes do lançamento, não é?

H.L. - Não; quem esteve lá foram o Alkmin e outros elementos do Partido Social Democrático, cujo nome não me lembro agora.

P.F. - Cid Carvalho?

H.L. - Não me lembro.

P.F. - José Joffily?

H.L. - Não me lembro não, mas estiveram lá alguns elementos me induzindo, e eles me puseram diante desse dilema.

P.F. - Primeiro foi o PSD?

H.L. - Eu me lembro bem do Alkmin ter estado lá em casa. Eu conheci Jânio Quadros por ter sido comandante da Região de São Paulo durante o tempo em que ele exercia funções políticas naquele estado, e sabia inclusive de suas ligações com os comunistas. Naquela época, um documento secreto fora publicado por um jornal comunista, mas ele defendeu os comunistas da tribuna da Assembléia Legislativa, dando clara demonstração de que era ligado a eles. Além disso, meu serviço secreto da região tinha provas de que ele dava dinheiro para organizações comunistas em São Paulo. Então eu sabia também que ele era comunista e, em consequência, na presidência da República, seria muito perigoso para o Brasil. Era, portanto, o meu dever contribuir para que um cidadão com essas qualidades, ou falta de qualidades, não fosse exercer as funções de presidente da República. Agora, do outro lado estava todo o meu ser humano, de cidadão criado num lar modesto, que viveu no meio militar, tendo horror à política partidária, tendo horror a agitações de rua, tendo horror aos palanques, placar e discursos, não gostando de falar e tendo mais raiva ainda de escrever. Tudo isso estava pesando no outro prato da balança, mas o dever sempre tem que preponderar em relação aos nossos interesses pessoais, quando o cidadão tem noção de que é um ser humano temente a Deus. Então aceitei, e depois que aceitei tive que seguir uma orientação, embora sem ter prática e sem gostar de falar em público. Eu poderia, durante a campanha, comparar minha vida com a vida dele. Eu era um homem já idoso, com uma grande experiência no Brasil e no estrangeiro, tinha exercido várias funções públicas de responsabilidade, tinha lutado na paz e na guerra, possuía uma série de cursos dos mais elevados, inclusive de engenharia militar. Ele era advogado, um homem bem falante, tinha experiência e havia também exercido funções públicas no quadro legislativo e executivo do município e do estado de São Paulo. Isso era o que ele tinha, mas muito

menos experiência da vida do que eu. Ele nunca tinha ido sequer passear no estrangeiro; eu já tinha vivido, tinha mais de sete anos da minha vida no estrangeiro. Eu podia, então, durante a campanha, estabelecer esse paralelo, mas não o fiz; determinei que meus auxiliares estudassem os problemas das várias regiões que nós íamos visitar e anotassem quais eram os problemas que mereciam solução mais pronta e que eram mais prementes para a população.

P.F. - Quem lhe forneceu esses auxiliares da campanha, marechal? Como é que se estruturou a sua campanha?

H.L. - Alguns camaradas me auxiliavam; meu antigo ajudante de ordens e elementos civis, que se apresentaram para trabalhar ao meu lado.

P.F. - Por que o Juscelino não colocou à sua disposição o conhecimento, a grande experiência política que ele possuía?

H.L. - Pode ser que eu esteja sendo injusto com ele, mas tenho impressão de que o dr. Juscelino não tinha muita vontade que eu fosse presidente da República. Tendo eu trabalhado para ida de Kubitschek para a Presidência da República e tendo depois sido seu auxiliar, caso o sucedesse, ele não se sentiria à vontade para se candidatar novamente. Tenho a impressão de que, para ele, seria melhor que fosse um outro cidadão qualquer, mas não posso afirmar isso, inclusive porque nunca conversamos a esse respeito.

P.F. - Ele estava pensando na volta, não é?

H.L. - É, ele sempre pensou. Quando fui a Belo Horizonte – veja que fato interessante – havia placas com o nome do Juscelino, mas não havia placas com meu nome. E há outro fato que também atesta que eu não tinha vontade de ser o presidente da República. Conheci Ademar de Barros quando fui comandante da Região Militar de São Paulo. Ele era governador e enfrentava, naquele momento, uma série de agitações, inclusive greves, e eu intervim no sentido de garantir a manutenção da ordem pública. Ademar me era grato por isso e sempre me tratou muito bem. Pois bem, quando eu era candidato, ele convidou-me para passar uns dias numa fazenda de sua propriedade, num lugar bonito na serra de São Paulo. Estávamos num almoço em Botafogo, na casa de um político cujo nome não me recordo. Nessa oportunidade, ele me propôs que juntássemos nossas legendas. Havia no Congresso, segundo ele, elementos que apoiariam uma reforma que viesse a permitir essa união. Se eu aceitasse a idéia, ele proporia a reforma imediatamente ao Congresso. Agradei-lhe muito a idéia. Sentia-me lisonjeado diante de tamanha demonstração de amizade e confiança, mas não podia aceitar porque achava que às dificuldades inerentes ao exercício da Presidência da República exigiam que o cidadão que a ocupasse se sentisse com coragem para governar o Brasil e enfrentar os seus problemas. Tal coragem, entretanto, só poderia advir da certeza consciente e subconsciente de que o povo o queria lá. Por isso não poderia aceitar essa junção de legendas.

Se tivesse aceito eu teria sido eleito. Dizem que fui esmagado mas esse esmagamento foi relativo. Jânio, pelo que se verifica nas tabelas, teve cinco milhões trezentos e tantos mil votos, eu tive três milhões seiscentos e tantos mil votos. Então, era de um milhão e oitocentos mil, parece, a diferença. Dr. Ademar de Barros teve dois milhões e duzentos mil, de sorte que nossas duas legendas o sobrepujariam nas urnas. Mas nesse caso, iria para a presidência da República um mau presidente, porque teria entrado pela janela.

P.F. – Agora o senhor procurou de qualquer maneira estabelecer acordos com os candidatos a governo estadual ou não?

H.L. – Não.

P.F. – O senhor não fez acordos políticos na sua campanha de forma que pudesse criar uma base que lhe permitisse uma votação maior?

H.L. – Não, naturalmente os governos estaduais que eram ligados aos partidos que me apoiavam, o PSD e o PTB, naturalmente eles deveriam ter me apoiado.

P.F. – Mas algumas vezes isso não ocorreu.

H.L. – É; no rio Grande do Sul, não. Não ocorreu por causa do Jan-Jan.

P.F. – E o senhor não procurou também fazer acordo com outros partidos?

H.L. – Não, nunca procurei estabelecer ligações, justamente porque – como eu estou lhe mostrando – só aceitava a presidência da República caso eu fosse eleito de uma maneira limpa. Não queria deixar dúvida de que o povo me queria. Achava que só assim poderia vencer tudo que eu tinha contra o exercício da função, no meu interior, no meu consciente e subconsciente. Eu tinha inquestionavelmente medo de errar na presidência. Graças a Deus, não fui eleito. Nada do que está por aí me pode ser lançado ao rosto. Fiz o que estava a meu alcance. Fui candidato à Presidência da República e procurei, na medida das minhas possibilidades e dentro da minha orientação moral e cívica, agir para consegui-la.

P.F. – Quem coordenou a sua campanha, quem bolou assim a plataforma, a estratégia?

H.L. – Não me lembro, porque não concordei muito com isso e fiquei mais numa posição de quem está cumprindo uma missão.

P.F. – Está bem, acho que não temos muita coisa mais, porém, gostaria de saber se o senhor quer dizer mais alguma coisa para fechar a nossa entrevista.

H.L. – Há um problema muito delicado, a respeito do qual já me manifestei: é o da anistia. Eu tive oportunidade de ver como é útil ao Brasil a anistia. Bernardes não deu anistia e passou todo o seu governo em estado de sítio. Vi como sofreram alguns dos alunos da Escola Militar que não foram anistiados. Eu tinha um primo, Jorge Duffles Teixeira de Andrade, aluno da Escola Militar, que participou da revolta. Quando acabou a revolta, foram reunidos os alunos e perguntado quais os que eram conscientes e quais os que não eram, e ele deu um passo na linha dos conscientes. Os pais dele tinham recursos. Era filho de um negociante, um industrial de Minas Gerais, residente em Antônio Carlos, que naquele tempo chamava Sítio. Ele tinha um tio que era professor da Escola de Minas de Ouro Preto. Tentou estudar engenharia na Escola de Minas, mas não conseguiu matrícula, porque não permitiram. Passou então a trabalhar com seus pais, como auxiliar de escrituração da indústria e do comércio de seus pais. Um dia, quando ele estava no escritório, vieram dizer que havia um rapaz procurando-o. O rapaz estava tuberculoso. Antônio Carlos era um lugar de sanatórios para tuberculosos. O clima é muito seco e o lugar está a mil e oitenta e tantos metros de altitude. O rapaz chamava-se Mário Vitória e estava pedindo o auxílio porque não tinha recursos para ir para um hotel. O meu primo Jorge, que tinha sido seu colega cedeu-lhe umas casas da família e lá o sustentou. O rapaz melhorou com o clima mas depois, quando se sentiu recuperado, começou a se divertir e acabou recaído e morreu. Presenciei, então, esse tipo de sofrimento.

Mais tarde, no governo Juscelino, vi como a anistia impediu mesmo a esses elementos intransigentes que se levasse avante os propósitos de perturbação da ordem pública. Quando tomamos uma atitude política, somos sérios se estamos levando em conta os interesses do Brasil. Essa decisão pode ser num sentido ou noutro, pode fazer com que fiquemos do lado dos que vencem ou do lado dos que são vencidos. Os que vencem naturalmente – eu penso assim – não ficam com direito privilegiado. Eu não quis ser ministro da Guerra, eu relutei muito para aceitar a função, justamente por ter agido no sentido de garantir a posse do presidente Juscelino. Mas se somos vencidos também não devemos ser postos à margem. Tomamos uma atitude que as circunstâncias ou o povo não quiseram tornar a vencedora e só. Devemos voltar ao seio da família brasileira, para que não perca esse estado de isenção, de falta de amizade, de divisão. Este é meu ponto de vista. Por isso, sou partidário da anistia e quanto mais cedo melhor.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.F. – Muito obrigado, marechal, gostaria então que o senhor que o senhor nos falasse alguma coisa sobre esse episódio, de que teria havido um atrito entre o senhor e um oficial da polícia do Exército.

H.L. – É absolutamente inverídico esse fato. Nunca fui visitar meu neto na Polícia do Exército e, não tendo visitado o meu neto, naturalmente, não poderia ter tido atrito com quem quer que fosse. Jamais dei tiro em ninguém, nem durante as nossas lutas intestinas

eu atirei; eu comandava a tropa, mas não atirava. Isso é mentira de gente que está procurando criar problemas e agitação. É mentira!

Há um outro fato que também quero descrever. Uma ocasião, eu estava em minha residência em Teresópolis, quando apareceu a Polícia Civil da Delegacia de Teresópolis, perguntaram se eu desejava que guarnecessem a casa. Indaguei por quê, e eles explicaram: “porque soubemos que ela vai ser assaltada”. Eu disse: “Não, não precisa. Obrigado. Eu tenho armas para a minha defesa e sei atirar. Agradeço muito”... Depois eu soube que ele deixou lá os tais cidadãos e não houve nenhum assalto, mas correu esse boato em Teresópolis. Logo depois desses acontecimentos, houve uma porção de mentiras procurando me envolver. São pessoas que, devido minha atuação no quadro da vida pública brasileira, querem envolver-me em fatos dos quais não participei.

P.F. – O senhor conhece a versão da história que circulou?

H.L. – Li um artigo, não me lembro os detalhes, publicado num jornal lá na Europa.

P.F. – A versão diz que o senhor teria sido desrespeitado por um oficial da Polícia do Exército e que então teria vindo em casa, se fardado, voltado, atirado nesse oficial que o desrespeitou e, após isso, teria pedido um julgamento público, o que não lhe foi concedido [risos].

H.L. – Eu fico admirado com a imaginação dos mentirosos. A imaginação dos mentirosos excede qualquer novela. Em primeiro lugar, um militar reformado não deve, a não ser depois de morto, usar uniforme militar. Para exigir que me respeitem, eu não preciso estar fardado; sou um ser humano e com idade bastante para exigir respeito pelo menos às minhas cãs. É mentira, mas uma mentira que denota, da parte dos cidadãos que imaginaram, uma imaginação pútrida.

P.F. – E não só isso, marechal, mas também, de certo modo, mostra os prejuízos que pode causar para o país a inexistência de uma imprensa livre, porque tudo isso só circulou dessa forma porque inexistia no país uma imprensa que pudesse publicar no dia-a-dia as coisas.

H.L. – Mas se fosse publicado na imprensa, ao invés de circular de boca em boca, circularia muito mais rapidamente e muito maior número de pessoas teria conhecimento desse fato. Então, como em geral se pensa que é verdade, achariam que era verdade; ao passo que, como só foi publicado no estrangeiro, aqui não houve mais do que um disse-que-disse entre comadres que andaram conversando.

P.F. – Está bom, muito obrigado marechal.

[FINAL DO DEPOIMENTO]